



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 3353/2025

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, por intermédio do(a) Pregoeiro/Agente de Contratação **RAQUEL BRAGA DA COSTA**, designado(a) pela **PORTARIA DGER N. 138 DE 27 DE MARÇO DE 2026**, tora público, que, na forma da **Lei n.º 14.133/2021, IN SEGES/ME Nº 73/2022, Decretos nºs 11.246/2022, 11.462/2023 e 7.174/2010, da Lei Complementar nº 123/2006, e da Lei nº 8.078/1990** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ENTREGA DO EDITAL: Dia **29/05/2026**, no endereço:
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

DATA DE ENTREGA DE PROPOSTA: A partir da entrega do Edital, no endereço:
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto.

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: Não.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia **16/06/2026**, às **09:00h (nove horas)** - Horário de Brasília/DF.

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CÓDIGO UASG: 080003



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, por meio de registro de preços, de solução de rede Wi-Fi, compreendendo o fornecimento de equipamentos, serviços de site survey, implantação, repasse de conhecimento, assistência e suporte técnico, bem como a subscrição de software hospedado em nuvem, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, admitida a prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme especificações técnicas, condições e prazos definidos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.1.1. Em caso de discordância entre as especificações constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**, deste Edital e as previstas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão as primeiras.

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. A Ata de Registro de preços a ser formalizada pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO** terá validade/vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme constam dos termos dos Arts. 84 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

2.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fato da existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada/justificada, sendo assegurado ao detentor da Ata preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme previsto dos Arts. 83 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 21 do Decreto nº 11.462/2023.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018 e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.1.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.1.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que **permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica**.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou àqueles que se tornem desatualizados.

3.1.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3.1. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT 8ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Como requisito para participar neste Pregão, a licitante deverá efetivar, em campos próprios do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

3.5.1. Declaração quanto à ciência e concordância com as condições contidas no edital e seu(s) anexo(s)/Apenso(s), bem como quanto ao pleno cumprimento dos requisitos de habilitação definidos no edital;

3.5.2. Declaração quanto à inexistência de fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.3. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, no sentido de que a Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

3.5.4. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

3.5.5. Declaração Independente de Proposta, conforme modelo disponível no sistema Compras Governamentais.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.7. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

3.8. Não poderão participar deste Pregão:

3.8.1. Sociedade empresária ou Empresário individual impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

3.8.2. Sociedade empresária ou Empresário individual suspenso (a) de participar de licitação e impedido de contratar com o TRT 8ª Região, durante o prazo da sanção aplicada;

3.8.3. Sociedade empresária ou Empresário individual declarado (a) inidôneo (a) para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.8.4. Sociedade empresária ou Empresário individual cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do presente Pregão;

3.8.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.8.6. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.7. Pessoas jurídicas constituídas sob a forma de cooperativas de trabalho/cooperativas de mão de obra, caso:

a) haja a necessidade de subordinação jurídica, pessoalidade e/ou habitualidade entre os trabalhadores cooperados e o licitante a ser contratado;

b) não tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social, compatíveis com o objeto a ser licitado;

c) a prestação dos serviços não atenda aos objetivos sociais da cooperativa; e/ou

d) não estejam em conformidade com a Lei n. 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, e a Lei n. 12.960/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho.

3.8.8. Sociedade empresária ou Empresário individual que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

3.8.8.1. Não se enquadram no impedimento definido neste subitem, as empresas em recuperação judicial que apresentarem certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, onde comprove estar apta economicamente a participar de procedimento licitatório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

3.8.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.8.10. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme justificativas contidas no item 10.2 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

3.8.11. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s);

3.8.12. Que se enquadrem nas **vedações** previstas no **artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021**, no que for aplicável ao objeto desta licitação, onde se normatiza que **não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

3.8.12.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.12.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.12.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive em face do licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, como intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (§ 1º, Art. 14, Lei nº 14.133/2021).

3.8.12.4. Aquele que mantenha **vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil** com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.12.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.12.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.8.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.8.14. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

3.8.15. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

art. 12 da Lei nº 8.429/92;

3.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante **assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico,** relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.1.1. Como o objeto desta licitação não é **exclusivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, a assinalação do campo "não" em nada impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seu(s) anexo(s)/Apenso(s);

3.9.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.9.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.10. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.11. Considerando o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República, que consagra poder/dever à Administração de garantir a razoável duração do processo administrativo e meios que garantam a celeridade de sua tramitação; considerando o respeito ao devido processo administrativo, ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, na forma do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República; considerando a adequação entre meios e fins estritamente necessários ao atendimento do interesse público (artigo 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei n. 9.784/1999); considerando, finalmente, o princípio do julgamento objetivo (artigo 5º, "caput", da Lei n. 14.133/2021) e a possibilidade de a Administração estipular, previamente, condições editalícias, o LICITANTE que participar do certame toma ciência de que, caso seja contratado, deverá dispor de um endereço de **e-mail válido**, o qual será fornecido, no ato da contratação, e que será utilizado para o recebimento de todo e qualquer tipo direto de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

4. DA VISTORIA.

4.1. É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Seção de Telecomunicações - SETEL da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica, realizar vistoria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

técnica, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

4.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

4.5. Caso deseje realizar a visita, o prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.6. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. O agendamento para a vistoria poderá ser realizado através do e-mail: setel@trt8.jus.br e/ou setin.direcao@trt8.jus.br, indicando os horários desejados para a visita.

4.8. Fica expressamente vedada a visita técnica coletiva, devendo as visitas ocorrerem em momentos diversos.

5. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
--

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas de lances e de julgamento;

5.2. A licitante deverá **cadastrar sua proposta**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, **até a data e horário marcados para abertura da sessão pública**, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.3. O cadastro da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seu(s) anexo(s)/Apenso(s), bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) No caso de ser permitida a participação de licitante organizado em cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

5.4.1. A falsidade da declaração de que trata este subitem sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

5.7. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação quando solicitados caso constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação quando solicitada, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.9. Até à abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema.

5.10. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem a convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas do compromisso assumido.

5.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de contratação e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

5.13. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

5.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea acima.

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, a ser conduzida pelo Agente de contratação, dar-se-á automaticamente, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. A comunicação entre o(a) Agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

7.1. O(A) Agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, nos termos do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, motivadamente, aquelas que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem/apresentarem os requisitos e especificações técnicas pormenorizadas estabelecidas neste Edital em seu **ANEXO I - Termo de Referência**;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.1.1. O(A) **Agente de contratação** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRT 8ª ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.1.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.3. A desclassificação será sempre **fundamentada** e **registrada** no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.1.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.1.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, conforme consta do **Art. 60 da Lei nº 14.133/2021**:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação no prazo de 5 minutos;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei quanto à execução de objeto(s) igual(is) ou similar(es) ao(s) ora licitado(s) neste certame prestado(s) à iniciativa pública ou privada, podendo, neste último caso, serem realizadas diligências pelo pregoeiro(a)/agente de contratação, para verificar a sua regularidade e veracidade;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento previsto no § 1º, Art. 5º do Decreto nº 11.430/2023, a serem comprovadas pelas empresas licitantes, respeitada a seguinte ordem:

a) medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

b) ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

c) igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

d) práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

e) programas destinados à equidade de gênero e de raça; e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

f) ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.2.1. Será concedido o prazo de 2:00h às empresas licitantes comprovarem o efetivo cumprimento de cada um dos **itens II a IV do subitem 7.2** acima.

7.2.2. Caso ainda permaneçam empatadas às propostas, em igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; (Esta compra é de órgão ou entidade da esfera federal, motivo pelo qual não se aplica este critério de desempate previsto no § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021)

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, sendo essas práticas referentes às mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros

7.2.3. As regras previstas no **subitem 7.2** não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.2.4. durante o julgamento, também poderá ocorrer empate entre duas ou mais propostas, pelo que o agente de contratação/pregoeiro, após observar informação automática do Sistema do Governo Federal - Compras.gov.br, notifica e oferece a opção de retornar o item para a disputa final.

7.2.5. Persistindo o empate, será realizado **sorteio** em sessão pública entre os licitantes empatados, conforme previsto no **§ 2º do Art. 28 da Instrução Normativa nº 73/2022, criado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024.**

7.2.5.1. Na hipótese de a sessão pública de sorteio ser efetuada de forma presencial, deverá ser transmitida em canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e será observada a seguinte sequência de procedimentos:

I - os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papéletes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;

II - antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes da sessão o conteúdo impresso dos papéletes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;

III - os papéletes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;

IV - os papéletes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papелotes individuais;

V - após a devida mistura dos papелotes individuais, um servidor de apoio técnico procederá ao sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;

VI - serão realizados tantos outros sorteios que se fizerem necessários para definir as demais ordens de classificação, em caso de empate entre três ou mais empresas, a fim de assegurar a lisura do sorteio;

VII - a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

7.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.

8.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, com **critério de julgamento MENOR PREÇO**, sendo o valor referencial do certame aquele que se encontra **ESTIMADO** por esta administração no **item 12 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será **prorrogada automaticamente** pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.2.2. A **prorrogação automática** da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.2.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.2.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.2.5. O **intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,90% (noventa centésimo por cento) do valor estimado**.

8.2.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor/percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de preço inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.5. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro. **(Observar o Art. 60 da Lei nº 14.133/2021)**

8.6. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do **MENOR lance registrado**, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.7. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.7.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.8. Durante a fase de lances, o(a) Agente de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor/percentual for considerado inexecutável.

8.9. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

8.11. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações **(§ 4º, Art. 56, Lei nº 14.133/2021)**.

8.11.1. Após o reinício previsto neste subitem, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9. DA DESCONEXÃO DO(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
--

9.1. Se ocorrer a desconexão do(a) Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances e se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.2. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

10.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte **até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:**

10.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

10.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita neste item do edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

10.2. Na hipótese da não adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor máximo aceitável para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

11. DA NEGOCIAÇÃO.

11.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

11.1.1. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, quando for o caso, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.1.3. Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

acompanhada pelas demais licitantes.

11.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.4. Conforme consta do **Art. 29 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022**, encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos **arts. 33 e 34** dessa mesma Instrução, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

11.5. Após a negociação, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

12.1. O Agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da convocação no sistema do anexo pelo Agente de contratação, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado**, conforme o **Anexo II – Modelo de Proposta Escrita**, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos **documentos complementares**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.1.1. É facultado ao Agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.1.2. A proposta comercial a ser encaminhada deverá também ser apresentada na forma e requisitos indicados nas alíneas seguintes:

a) De preferência em papel timbrado, redigida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

b) Fazer menção ao número deste Pregão Eletrônico e conter a razão social da licitante, o CNPJ, podendo indicar o endereço com o CEP, o número de telefone e/ou fax e e-mail, se houver, o banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho, formalização do contrato e posterior pagamento;

c) Declarar nome, estado civil, profissão, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail e cargo na empresa da pessoa que ficará responsável pela assinatura do contrato;

d) Declarar concordância com o prazo de entrega, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital.

e) **Declarar o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

e.1) Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, ele será considerado como aceito para efeito de validade da mesma;

f) Conter descrição detalhada do(s) item(ns) proposto(s), atendendo aos quantitativos e às especificações mínimas descritas no **Anexo I – Termo de Referência** e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), indicando os números de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

identificação dos objetos ofertados.

12.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Agente de contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ofertado com o **valor máximo** para a contratação neste Edital e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e em relação à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

12.3.1. O(A) Agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRIBUNAL ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

12.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão, pelo que se poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, Art. 59, Lei nº 14.133/2021).

12.5.2. A análise acerca da inexequibilidade da proposta se deterá tanto em face de cada item quanto em relação ao seu valor global (Acórdão 2190/2024 Plenário).

12.5.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**, que só será considerada após diligência do Agente de contratação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.5.1.1. A **inexequibilidade**, na hipótese de que trata este subitem, só será considerada, após diligência do agente de contratação/pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.6. Erros e omissões existentes nas propostas comerciais inicialmente enviadas poderão ser retificados pelo licitante, após solicitação ou consentimento do(a) Agente de contratação, desde que nenhum dos preços finais ofertados para cada um do(s) item(ns) sofra(m) acréscimo(s).

12.6.1. Será **desclassificada** a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de contratação e/ou que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no **ANEXO I - Termo de Referência**;
- c) apresentar preços inexequíveis, conforme consta do **subitem 12.5** acima, ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração nos termos das **alíneas do subitem 12.5.1** acima;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seu(s) anexo(s)/apenso(s), desde que insanável.

12.7. Para efeito de aceitação da melhor proposta comercial, somente serão consideradas no preço proposto duas casas decimais, para os valores unitários e totais.

12.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.9. O Agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

12.9.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **Agente de contratação** por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **Agente de contratação**.

12.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Agente de contratação**, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo **Agente de contratação**, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de reenviar a proposta ou não atender às exigências habilitatórias, o(a) **Agente de contratação** examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

12.11. REQUISITOS ADICIONAIS EM RELAÇÃO À PROPOSTA COMERCIAL DA EMPRESA CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR: (PROVA DE CONCEITO)

12.11.1. Após a etapa de lances, caberá ao licitante que for provisoriamente classificado em primeiro lugar demonstrar o desempenho e compatibilidade dos equipamentos Wi-Fi ofertados por meio de uma Prova de Conceito (PoC). Esta PoC deverá ser realizada no ambiente do TRT e, caso seu resultado seja considerado satisfatório, o licitante será considerado apto para homologação.

12.11.2. A Prova de Conceito está especificada em detalhes no **APENSO II/ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

12.11.3. A Prova de Conceito será analisada pela Secretaria de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Tecnologia da Informação do TRT.

12.11.4. No caso de o licitante não ser aprovado na Prova de Conceito, o Pregoeiro convocará o colocado subsequente (observando a ordem de classificação estabelecida no final da etapa competitiva, por meio de lances) e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do Edital.

12.11.5. As etapas de realização da Prova de Conceito obedecerão aos seguintes ritos e prazos, a contar da aceitação da proposta do licitante, conforme consta na tabela do **subitem 10.4.5. do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** a seguir demonstrada:

PRAZOS PARA REALIZAÇÃO DA POC			
ETAPA	PRAZO MÁXIMO (dias úteis)	EVENTO	RESPONSÁVEL
Dia D	2	Convocação para a Prova de Conceito	TRIBUNAL e CONTRATADA
D1	D + 5	Preparação do ambiente, Instalação no ambiente e Realização da Prova de Conceito	TRIBUNAL E CONTRATADA

12.11.6. Deverá ser encaminhado ao Tribunal, juntamente com a proposta de preços, um documento contendo todas as informações técnicas necessárias à adequação do ambiente para a realização da PoC. Esse documento deverá incluir, no mínimo: as configurações a serem aplicadas na rede do Tribunal e as liberações de portas necessárias no firewall.

12.11.7. Os custos de disponibilização de softwares e licenças para a PoC são de responsabilidade do licitante.

12.11.8. A PoC da solução ofertada deverá ser realizada sem custo para o TRT.

12.11.9. O licitante que for reprovado na prova de conceito ou que descumprir os prazos acima determinados, não terá direito a qualquer indenização.

12.11.10. A PoC será realizada em ambiente presencial nas dependências da sede do Tribunal.

12.11.10.1. Caso solicitado através do Pregoeiro, será permitida a participação de um representante de cada licitante.

12.11.10.2. Os representantes de licitantes concorrentes não poderão emitir juízos de valor ou causar interferências durante a realização dos testes.

12.11.10.3. Quaisquer manifestações ou ponderações poderão ser formalizadas por escrito até três dias úteis após a realização dos testes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

13. DAS AMOSTRAS.

13.1. Não se aplica ao objeto a ser licitado.

14. DA HABILITAÇÃO.

14.1. A habilitação parcial das licitantes será verificada por meio do **SICAF**, nos níveis de validade I, II, III, IV e VI, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.1.1. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

14.1.2. É dever e responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, caput), para que estejam consistentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada/ajustada/retificada.

14.1.3. O descumprimento do subitem acima poderá implicar na inabilitação/desclassificação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **Agente de contratação** lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

14.1.4. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante melhor classificado.

14.2. Os licitantes deverão apresentar nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/21, a seguinte documentação complementar:

a) Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica que comprove a realização e implementação de projeto de rede Wi-Fi corporativa, com pelo menos 10% dos pontos de acesso totais a serem registrados preço nessa contratação, com as seguintes características:

a.1) Fornecimento de equipamentos;

a.2) Prestação de serviços de configuração e manutenção dos equipamentos instalados;

a.3) O projeto tenha sido distribuído em unidades geograficamente separadas;

a.4) O licitante tem a liberdade de apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar sua aptidão;

a.5) Cabe ao **Agente de contratação/pregoeiro** em conjunto com a Área Técnica Demandante, durante o exame da documentação de habilitação, analisar o conteúdo dos atestados e pronunciar-se quanto à suficiência deles, podendo concluir, motivadamente, com base em critérios objetivos já prefixados neste edital, que o somatório dos atestados apresentados por um único licitante não é suficiente para habilitá-lo, ou, da mesma forma, habilitar licitante que apresente um único atestado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

b) Certificações Técnicas - Antes da assinatura do contrato

b.1) A LICITANTE deverá comprovar que possui equipe técnica com a seguinte capacitação profissional:

b.1.1) O(s) profissional(is) responsável(is) pelo projeto da rede Wi-Fi deve(m) necessariamente possuir, ao menos, certificação técnica válida e não expirada de nível intermediário na solução tecnológica do fabricante da solução ofertada pela CONTRATADA, usualmente conhecido no mercado como " professional ".

b.1.2) O(s) profissional(is) responsável(is) pela implementação e configuração da rede Wi-Fi deve(m) necessariamente possuir, ao menos, certificação técnica válida e não expirada de nível básico na solução tecnológica do fabricante da solução ofertada pela CONTRATADA, usualmente conhecido no mercado como " associate ".

b.1.3) O(s) profissional(is) responsável(is) pelo repasse de conhecimento deve(m) necessariamente possuir, ao menos, certificação técnica válida e não expirada de nível básico na solução tecnológica do fabricante da solução ofertada pela CONTRATADA, usualmente conhecido no mercado como " associate ".

c) Capacidade Operacional e de suporte

c.1) A empresa deve possuir uma estrutura de suporte técnico 8x5, com SLA máximo de 2 horas para incidentes críticos.

c.2) Disponibilidade de suporte presencial em todas as unidades dos estados cobertos pelas áreas de jurisdição dos Tribunais participantes desta licitação sempre que necessário durante a implantação.

c.3) Infraestrutura de NOC (Network Operations Center) para monitoramento da solução.

d) Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do **valor máximo aceitável** da contratação, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

d.1) Conforme consta do **inc. I, Art. 69, Lei nº 14.133/2021**, o **Balanço Patrimonial** deverá ser apresentado quanto ao 2 (dois) últimos exercícios sociais devidamente registrados na forma das normas aplicáveis ao caso;

d.1.1) O **Balanço Patrimonial** **limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2(dois) anos** (§ 6º, Art. 69, Lei nº 14.133/2021).

d.1.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme reza o § 1º, Art. 65, Lei nº 14.133/2021.

e) O licitante enquadrado como **microempreendedor individual (MEI)** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado, apenas, da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

e.1) Quanto à apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais (Inc. I, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021), salvo exceção prevista no § 6º desse mesmo dispositivo (b.1.1 acima), não estará dispensado, uma vez que, em decorrência do **Princípio de Especificidade**, sendo a **Lei nº 14.133/21** mais específica na seara das licitações e contratos, deverá esta ser aplicada ao caso concreto dessa natureza, não havendo nenhuma previsão de benefício dessa natureza em seu **Art. 69** que possui rol taxativo.

f) A certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em Consulta - Cadastro - Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira, devendo ser verificado o registro dos dados referentes à Certificação de Falência / Recuperação, (Código de Controle da Certidão, Data da Emissão e Data de Validade).

f.1) Na ausência de total documento no SICAF, a licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua apresentação, exceto quando a pessoa jurídica não se sujeitar à falência, como no caso das cooperativas, conforme art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 6 de dezembro de 1971.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

14.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2:00h, prorrogável por igual período, contado da solicitação do **Agente de contratação**, cujo prazo poderá coincidir com aquele previsto no **subitem 12.1** deste Edital.

14.4. O(A) **Agente de contratação** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

14.4.1. O **Agente de contratação**, verificará durante a fase de habilitação da empresa, nos termos do **acórdão 1793/2011 do TCU**:

a) A existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP/CGU;

b) A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do **CNJ**;

c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do **Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

d) A **composição societária das empresas** a serem contratadas no sistema Sicafe a fim de certificarem se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade contratante, abstenendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

14.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor/Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.4.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.4.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4.3. Constatada a existência de sanção, o **Agente de contratação**/licitante reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, inclusive os relativos à regularidade da documentação vencida, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços readequada de que cuida o subitem **14.1** ou **nos moldes do 14.13** deste edital.

14.6. Em caráter de diligência, os documentos poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo **Agente de contratação**, à Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na **Tv. Dom Pedro I, Bairro - Umarizal, nº 746, 2º andar, ANEXO/BLOCO IV, CEP 66.050-100, Belém/PA**.

14.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

14.8. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

14.9. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

14.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.11.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

subitem anterior **implicará decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital (Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021), sendo **facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para a **assinatura do contrato** ou **revogar a licitação**.

14.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Agente de contratação** suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado de sua solicitação, sob pena de inabilitação.

14.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

14.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **ANEXO I - Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado que não seja ME/EPP.

14.17. **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme reza o § 1º, Art. 65, Lei nº 14.133/2021.**

14.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.21. As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos (Art. 68 da Lei 14.133/2021):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a **Fazenda federal, estadual e/ou municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à **Seguridade Social e ao FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a **Justiça do Trabalho**;

VI - o cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.

14.21.1. A comprovação das habitações previstas nos **itens III a V** deste subitem deverá ser feita na forma da legislação específica ou mediante a perfeita regularidade da **certidão SICAF** prevista no **subitem 14.1** deste item;

14.21.2. Todos os documentos previstos nos incisos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (§ 1º, **Art. 68 - Lei 14.133/2021**).

14.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o **Agente de contratação** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.23. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.24. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

15. DO ENCAMINHAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES.

15.1. Todos os documentos exigidos para fins de PROPOSTA e HABILITAÇÃO serão solicitados oportunamente pelo pregoeiro/agente de contratação, após as tratativas com a empresa melhor classificada no certame, conforme consta do **subitem 12.1**; salvo as exceções previstas nos subitens **12.9 e 14.13** deste edital.

16. DA DEMONSTRAÇÃO DO(S) OBJETO(S).

16.1. Não se aplica a este Pregão.

17. DO RECURSO.

17.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, **será concedido o prazo do sistema comprasnet**, para que **qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer**, de forma **motivada**, isto é,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2. O(A) **Agente de contratação** fará **juízo de admissibilidade da intenção de recurso** manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

17.2.1. Nesse momento o(a) **Agente de contratação** não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.3. Uma vez admitida a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias úteis para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, ficando os **demais licitantes**, desde logo, **intimados** para, querendo, **apresentarem contrarrazões** também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias úteis**, que começarão a contar do término desse prazo do recorrente ou da intimação pessoal, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.4.1. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7.0 recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17.10. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a AUTORIDADE SUPERIOR autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

17.11. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Agente de contratação** serão apreciados pela autoridade competente.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.
--

18.1. Observando o **Art. 44/IN SEGES/ME n.º 73/2022**, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **AUTORIDADE SUPERIOR**, observando o que consta da **PORTARIA PRESI N.º 134, DE 30 DE JANEIRO DE 2025 (Delega competências para o biênio 2024–2026)**, para **adjudicar** o objeto e **homologar** o procedimento, que ainda, conforme o disposto no **art. 71 da Lei nº 14.133/2021**, poderá:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- I** - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
18.2. O objeto deste Pregão será adjudicado ao(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) GRUPO/**LOTE ÚNICO**.

19. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

- 19.1.** Caberá(ão) ao(à) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação, as atribuições dispostas no art. 14 do Decreto nº 11.246/2022 que regulamenta o disposto no art. 8º, §3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 19.2.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.
- 19.3.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o saneamento da proposta por conta de erros formais ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20. DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL.

- 20.1.** AO PRESIDENTE caberá:
- 20.1.1.** Determinar o **retorno dos autos** para **saneamento de irregularidades**;
- 20.1.2.** **Adjudicar** o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;
- 20.1.3.** **Homologar** o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;
- 20.1.4.** **Anular** este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 20.1.5.** **Revogar** este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.
- 20.2.** A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados na forma do CAPÍTULO XV da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022;
- 20.3.** Nos casos de **anulação** e **revogação**, deverá ser **assegurada a prévia manifestação dos interessados**;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

20.3.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

21. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

21.1. Após homologado o resultado deste Pregão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas neste edital, contado da data do recebimento da convocação formal, sob pena de decadência do direito e sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021**, a Administração do TRIBUNAL, na qualidade de Órgão Gerenciador, convocará o licitante mais bem classificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, bem como os demais classificados que aceitarem cotar o(s) objeto(s) desta licitação com preços iguais aos do adjudicatário e aqueles que mantiverem sua proposta original, obedecida à ordem de classificação dos licitantes e aos quantitativos propostos, conforme consta do **Art. 19 do Decreto nº 11.462/2023**.

21.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justificado e aceito pelo TRIBUNAL, mediante solicitação do licitante mais bem classificado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
e

II - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

21.1.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

21.2. Serão registrados na ata os preços os quantitativos do adjudicatário, conforme consta do **inc. I, Art. 18 do Decreto nº 11.462/2023**.

20.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21.4. O TRIBUNAL informará as licitantes classificadas e convocadas, indicando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

21.5. É facultado à Administração, quando o convocado deixar de assinar a ata de registro de preços no prazo acima e condições estabelecidos neste edital, convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme consta do **Art. 20 do Decreto nº 11.462/2023**.

21.5.1. Na hipótese dos licitantes que constarem da formação do cadastro de reserva na condição de cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, deixarem de aceitar a contratação nos termos do disposto no **caput** deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar para negociação os licitantes de **que mantiverem sua proposta original**, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar a **Ata de Registro de Preços** nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

frustrada a negociação de melhor condição.

21.5.2. A recusa injustificada do fornecedor/licitante mais bem classificado em assinar a **a Ata de Registro de Preços**, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

21.6. A **formação do cadastro de reserva** está prevista no **inc. VII do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021** e **incs. XII do Art. 15 e II do Art. 18 do Decreto nº 11.462/2023** e somente será utilizado no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da **Ata de Registro de Preços**.

21.6.1. No momento da **Homologação**, a Autoridade Competente informará **data/hora** referente ao final do Cadastro de Reserva que envolverá somente item(ns)/grupo(s) com PROPOSTAS ADJUDICADAS.

21.6.2. Após informar **data/hora (mínimo de 24hs)** para formação do cadastro de reserva, a autoridade competente deverá clicar em "CONVOCAR", para, logo em seguida, o sistema enviar, automaticamente, **e-mail** a todos os fornecedores com propostas NÃO RECUSADAS para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado desconsiderando margem de preferência [exceto para o(s) fornecedor(es) vencedor(es) do item(ns)/grupo(s)].

21.6.2.1. O **e-mail** deverá conter, além da **identificação** da licitação/item(ns)/grupo(s), a **quantidade** que será fornecida pelo fornecedor (obtida da proposta do fornecedor), o **preço** e a **data/hora** estabelecidas ao final para a formação do Cadastro de Reserva.

21.6.2.2. Antes de solicitar **Data/Hora** do Cadastro de Reserva, o sistema verificará se há ou não há fornecedores aptos a esse Cadastro.

21.6.2.3. Se não houver ninguém apto, o sistema apenas mostra uma mensagem de alerta para o Ordenador de Despesas e lança um evento diferente, para deixar registrado que não houve a formação de Cadastro de Reserva devido à falta de fornecedores aptos.

21.6.2.4. Caso haja fornecedores para convocação de cadastro reserva, será fornecida pelo sistema a opção à Autoridade Competente para informar o prazo.

21.6.3. Observando os elementos previstos no **subitem 21.6.2.1**, as licitantes interessadas deverão registrar no sistema Comprasnet interesse de fazer parte do cadastro de reserva para o fornecimento de um(ns) item(ns)/grupo(s), ao mesmo preço do vencedor do certame.

21.6.4. A empresa licitante, visando fazer parte do Cadastro de Reserva, via sistema Comprasnet, deverá clicar em "**PARTICIPAR**" para fins de participação no Cadastro Reserva; após, basta selecionar o(s) item(ns)/grupo(s) e confirmar a participação em "**participar**" e "**OK**", passando efetivamente a fazer parte do Cadastro de Reserva.

21.6.4.1. Após a seleção e confirmação pelo fornecedor, o sistema apresenta uma mensagem de confirmação indicando que o fornecedor aceita fornecer a quantidade ofertada por ele de itens ao preço do Cadastro de Reserva;

21.7. O **registro dos licitantes para formação do cadastro de reserva** que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, assim como dos que mantiverem sua proposta original, deverá constar na **forma de anexo** à ata de registro de preços;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

REGISTRO DE PREÇOS

21.8. Para fins de determinação da ordem de classificação quando da **formação do cadastro de reserva**, os licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

21.9. A habilitação dos licitantes que **comporão o cadastro de reserva** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos **art. 28 e art. 29, ambos do Decreto nº 11.462/2023**.

21.10. A apresentação de novas propostas na forma do **caput** não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

21.10.1. As licitantes interessadas na **FORMAÇÃO/PARTICIPAÇÃO do CADASTRO DE RESERVA** deverão enviar uma proposta de forma virtual, conforme modelo do **ANEXO III deste edital**, utilizando a funcionalidade de envio de anexos existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo de vinte minutos contados da convocação no sistema.

21.10.2. As propostas em desconformidade com a planilha do ANEXO III deste edital ou com preços unitários diferentes da proposta vencedora serão desconsideradas.

21.11. A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

21.12. Após publicada a Ata de Registro de Preços, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

21.13. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado **POR MEIO DE CONTRATO**, conforme o **art. 95 da Lei nº 14.133/21**.

21.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme consta do art. 21 do Decreto nº 11.462/2023.

21.15. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de **Intenção de Registro de Preços - IRP** poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos, nos moldes do § 2º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 31 do Decreto nº 11.462/2023:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no **art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021**; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

fornecedor.

21.15.1. A faculdade conferida por este subitem estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

21.15.2. Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

21.15.3. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

21.15.3.1. A aceitação pelo fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, deverá observar as condições nela estabelecidas e desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.15.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.16. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

21.16.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item(ns)/grupo(s) da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aquele(s) item(ns)/grupo(s) para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no **subitem 21.15.**

21.17. As aquisições ou contratações adicionais atinentes às adesões às atas de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatórios registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou às entidades participantes, conforme consta dos termos do § 4º, Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e inc. I do Art. 32 do Decreto nº 11.462/2023.

21.18. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme normatizam o § 5º, Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e inc. II do Art. 32 do Decreto nº 11.462/2023.

22. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
--

22.1. A Coordenadoria de Licitações e Contratos/COLIC é a unidade responsável pelos atos de controle e administração da presente Ata de Registro de Preço e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos interessados, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

22.2. A convocação do Detentor da Ata será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo **PARA RECEBIMENTO/ACEITE DA NOTA DE EMPENHO** referente ao respectivo pedido de fornecimento.

22.3. O Detentor da Ata convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido ou **ASSINAR O CONTRATO** no prazo estipulado na forma estabelecida na presente Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital e na Ata.

22.4. Quando comprovada a hipótese acima, a Coordenadoria de Licitações e Contratos, nos termos do **artigo 18 do Decreto nº 11.462/2023**, poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

22.5. O **Gestor da Ata** realizará, quando necessário, prévia reunião com os Detentores da Ata, visando informá-los das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços.

22.6. Caberá à **Diretoria-Geral**, com base em informações prestadas pelo setor requisitante, indicar para cada ajuste a ser celebrado, o **gestor do contrato**, a quem compete, além das atribuições previstas no **Art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, as seguintes:

22.6.1. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que os valores praticados mantêm-se vantajosos para o TRIBUNAL, informando ao Gestor da Ata eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

22.6.2. Zelar pelas obrigações contratualmente assumidas, coordenando, junto com a Coordenação de Licitações e Contratos, a proposição de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

22.6.3. Informar ao Gestor da Ata, quando de sua ocorrência, a recusa do Detentor da Ata de Registro de Preços a atender às condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico e seu(s) anexo(s)/Apenso(s), além de divergências relativas à entrega, às características e origem dos veículos.

22.7. Caberá à Coordenadoria de Licitações e Contratos processar as ações relativas ao controle e alterações dos preços registrados.

23. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES, ATUALIZAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS.
--

23.1. Durante a vigência da Ata, os **preços registrados poderão ser reajustados com base no Índice de Custo de Tecnologia da Informação/ICTI, observada a regra da anualidade e contados da data do orçamento a que se referem, e desde que nas hipóteses que se coadunarem com o objeto desta licitação decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no Art. 25 do Decreto nº 11.462/2023.**

23.2. Quando o **preço registrado tornar-se superior** ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Tribunal convocará o fornecedor para **negociar a redução do preço registrado** nos moldes do **Art. 26 do Decreto nº 11.462/2023**.

23.2.1. **Frustrada a negociação** de que trata este subitem, o fornecedor será **liberado do compromisso assumido** quanto ao item registrado, sem aplicação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

penalidades administrativas, cabendo ao TRIBUNAL convocar os demais fornecedores constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação original, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado em igual oportunidade e negociação, quando possível.

23.2.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao **cancelamento da ata de registro de preços**, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

23.2.3. Caso ocorra a redução do preço registrado resultado da negociação entre as partes, o Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei nº 14.133/2021**.

23.3. Na hipótese de o **preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado** e o **fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata**, será a ele facultado requerer ao Tribunal a alteração do preço registrado, mediante **comprovação de fato superveniente** que o impossibilite de cumprir o compromisso, nos moldes do **Art. 27 do Decreto nº 11.462/2023**.

23.3.1. o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

23.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Tribunal e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de **cancelamento do seu registro**, nos termos do disposto no **art. 28 do Decreto nº 11.462/2023**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

23.3.3. Na hipótese de **cancelamento do registro do fornecedor**, nos termos do disposto no **subitem 22.3.2**, o Tribunal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **§ 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023**.

23.3.4. Inexistindo êxito nas negociações, o TRIBUNAL procederá ao **cancelamento** da Ata de registro de preços, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a **obtenção da contratação mais vantajosa**.

23.3.5. Na hipótese de **comprovação do disposto no subitem 23.3**, o Tribunal atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

23.3.6. O Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a **efetiva alteração do preço registrado**, para que avalie a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei nº 14.133/2021**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

REGISTRO DE PREÇOS

23.4. Em qualquer das hipóteses, a fixação de novo preço deverá ser consignada na Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis.

23.5. É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto do **inc. VIII do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e inc. VII do Art. 15 do Decreto nº 11.462/2023.**

23.6. Observando o termos da norma contida do **Art. 23 do Decreto nº 11.462/2023**, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

23.7. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços, sob os termos do **Art. 24 do Decreto nº 11.462/2023**, serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

I - os quantitativos e os saldos;

II - as solicitações de adesão; e

III - o remanejamento das quantidades.

23.7.1. O disposto no **caput** observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

24.1. O registro do fornecedor e preços registrados serão cancelados pelo Tribunal (Órgão Gerenciador), nos casos previstos nos **Arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023**, nas seguintes hipóteses:

Cancelamento do registro do Fornecedor:

24.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

24.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

24.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do **Decreto nº 11.462/2023**; e

24.1.4. **sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.**

Cancelamento dos preços registrados:

24.1.5. Por razão de interesse público;

24.1.6. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados; ou

24.1.7. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27, ambos dispositivos previstos no **Decreto nº 11.462/2023.**

24.2. Na hipótese prevista no subitem 24.1.4 acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

24.3. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados os Princípios do contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Tribunal.

24.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Tribunal poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

25. DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.
--

25.1. Realizados os procedimentos de que trata o item anterior, o Tribunal **convocará** a(s) licitante(s) vencedora(s), durante a validade da sua proposta, para assinatura do **Termo de Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.**

25.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante **correspondência postal com aviso de recebimento (AR)** ou **meio eletrônico**, para que seja assinado e devolvido no **mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

25.2. O **prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período**, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

25.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

25.4. É **facultado** ao(à) Pregoeiro(a), quando a convocada não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidos, **convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação**, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de **habilitação**, feita a **negociação** e aceita a **proposta**.

25.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, **caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida** e o **sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas** e à **imediata perda da garantia de proposta** em favor do Tribunal.

25.5.1. A regra do subitem anterior **não se aplica** ao se convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que **acima do preço do adjudicatário**.

25.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

25.7. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a **contratação de remanescente** do objeto deste contrato **em consequência de rescisão contratual**, observados os mesmos critérios estabelecidos nos termos dos §§ 2º e 4º, Art. 90, Lei 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

26. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AS LICITANTES.

26.1. Com fundamento no **Artigo 155 da Lei nº 14.133/2021** ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do TRT 8ª, pelo **prazo máximo de até 3 (três) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que:

26.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

26.1.2. dar causa à inexecução total do contrato;

26.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

26.1.4. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

26.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.2. Será declarada a inidoneidade da Licitante para licitar ou contratar com toda Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, quando incidir nas hipóteses previstas no **subitem 26.1**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e ainda, nas seguintes hipóteses:

26.2.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

26.2.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

26.2.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

26.2.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

26.2.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.3. A licitante vencedora e as demais licitantes classificadas, encontram-se sujeitas, de igual forma, às sanções previstas no Contrato, decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos.

26.4. Sem prejuízo da **penalidade disposta no subitem 26.1**, será aplicada à licitante que cometer quaisquer das infrações dispostas no citado subitem, a penalidade de multa de 10% sobre o valor anual estimado do contrato.

26.5. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

27. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

27.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@trt8.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

27.2. O(A) **Agente de contratação**, auxiliado(a) pelo setor responsável pela elaboração do Edital, **decidirá sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação.

27.3. As impugnações não possuem efeito suspensivo.

27.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Agente de contratação**, nos autos do processo de licitação.

27.4. **Acolhida a impugnação** contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao **Agente de contratação**, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@trt8.jus.br.

27.5.1. O **Agente de contratação** responderá aos **pedidos de esclarecimentos** no **prazo de (3)três dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e seu(s) anexo(s)/Apenso(s).

27.6. A(s) resposta(s) ao(s) pedido(s) de esclarecimento(s) e impugnação(ões) solicitado(a)(s) será(ão) divulgado(a)(s) pelo sistema e vinculará(ão) o(s) participante(s) e a administração, sendo disponibilizado(a)(s) no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio do link Acesso Livre > Pregões > Agendados para conhecimento dos fornecedores e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

28. DO REAJUSTAMENTO.

28.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado**.

28.2. Após o intervalo de um ano, e a pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do **Índice de Custo de Tecnologia da Informação/ICTI** ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal, estando a sua aplicação regida pela legislação em vigor por ele editada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme estabelece a **Lei n.º 14.133/2021 em seu artigo 25, §7º**, que fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

28.3. Nos **reajustes subsequentes ao primeiro**, o interregno mínimo de um ano será contado **a partir dos efeitos financeiros do último reajuste**.

28.4. No caso de **atraso ou não divulgação** do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada **pela última variação conhecida**, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

REGISTRO DE PREÇOS

28.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

28.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

28.7. Na **ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial**, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

28.8. O reajuste será realizado por **apostilamento**.

28.9. Recebido o requerimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato, a autoridade competente deste Tribunal decidirá, motivadamente em 30 (trinta) dias.

29 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

29.1. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do TRT da 8ª Região.

29.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Agente de contratação**.

29.1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

29.1.3. O horário de expediente desta Justiça Especializada é de 08:00h às 15:00h.

29.2. **A participação nesta licitação e a apresentação da proposta implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu(s) anexo(s)/Apenso(s), bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.**

29.3. Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de contratação.

29.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.5. A cotação levada em consideração para efeito de julgamento é de exclusiva responsabilidade da licitante.

29.6. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Tribunal porventura julgar necessários.

29.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Agente de contratação.

29.8. As decisões do(a) Agente de contratação serão consideradas **definitivas** somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Regional do Trabalho da Oitava Região.

29.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.10. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

29.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu(s) anexo(s)/Apenso(s), excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.12. O T.R.T. da Oitava Região poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consoante prevê a Lei nº **14.133/21**.

29.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

29.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.15. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da Resolução nº. 07/2005 do CNJ. A vedação contida na Resolução nº. 07/2005 do CNJ não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da Resolução nº. 229/2016 do CNJ.

29.16. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ.

29.17. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme consta no item 6.17 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

30. DOS ANEXOS.

30.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**

a.1) **APENSO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA;**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- a.2) APENSO II - PROVA DE CONCEITO;
- a.3) APENSO III - DISPOSIÇÃO ATUAL DA REDE WI-FI;
- b) ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA ESCRITA;
- c) ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA;
- d) ANEXO IV - ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- e) ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

31. DO FORO.

31.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém, 28 de maio de 2026.

RAQUEL BRAGA DA COSTA
PREGOEIRO(A) / AGENTE DE CONTRATAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 3353/2025

PROJETO DE MELHORIA DA REDE WI-FI DO TRT8

Belém-PA, 9 de abril de 2026



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	1
1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	9
3. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DE 2026.....	12
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	13
5. DOS ESTUDOS PRELIMINARES.....	15
6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	16
6.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO.....	16
6.2. REQUISITOS SOCIAIS.....	17
6.3. REQUISITOS DE DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL.....	17
6.4. REQUISITOS TECNOLÓGICOS.....	19
6.5. REQUISITOS LEGAIS.....	20
6.6. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO.....	21
6.7. REQUISITOS TEMPORAIS.....	22
6.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA.....	27
6.9. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO.....	28
6.10. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.....	29
6.11. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE.....	30
6.12. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO.....	30
6.13. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE.....	30
6.14. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE.....	31
6.15. NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO.....	33
6.16. IDENTIFICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021).....	34
6.17. SUBCONTRATAÇÃO.....	34
6.18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (Art. 96 da Lei Nº 14.133/2021)...	34
6.19. VISTORIA.....	35
7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	36
7.1. FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO.....	36
7.2. LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	36



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

7.3. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS.....	36
7.4. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS.....	37
7.5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA..	37
7.6. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....	37
8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	40
9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	42
9.1. OBRIGAÇÕES GERAIS.....	42
9.2. DO RECEBIMENTO.....	42
9.3. LIQUIDAÇÃO.....	44
9.4. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO.....	46
9.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO.....	47
10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	48
10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	48
10.2. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM CONSÓRCIO (art. 15 da Lei nº 14.133/2021).....	48
10.3. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS (art. 16 da Lei nº 14.133/2021).....	49
10.4. PROVA DE CONCEITO.....	50
10.5. REGIME DE EXECUÇÃO.....	52
11. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	53
12. ESTIMATIVA DE PREÇOS.....	56
13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	63
14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO.....	66
15. DO DOCUMENTO PELO TITULAR DA ÁREA DEMANDANTE.....	67



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

1. **DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Aquisição, por meio de registro de preços, de solução de rede Wi-Fi, compreendendo o fornecimento de equipamentos, serviços de *site survey*, implantação, repasse de conhecimento, assistência e suporte técnico, bem como a subscrição de software hospedado em nuvem, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, admitida a prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

A presente contratação será conduzida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), na condição de órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos da legislação aplicável.

Consta, nesta fase, a participação do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), conforme manifestação de interesse formalizada no âmbito da Intenção de Registro de Preços (IRP), cujos quantitativos encontram-se discriminados neste instrumento, não havendo outros órgãos participantes previamente definidos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE
1	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100
			TRT9	235
2	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100
			TRT9	15
3	Access Point Wi-Fi 6E -	Quantidade	TRT8	100



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE
	Tipo 01	de dispositivos		
			TRT9	00
4	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100
			TRT9	00
5	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100
			TRT9	00
6	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100
			TRT9	00
7	Injetor PoE	Quantidade de dispositivos	TRT8	100
			TRT9	00
8	Licença de Uso da Controladora <i>Wireless</i> em Nuvem (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs gerenciados	TRT8	300
			TRT9	250
9	Licença de uso da Plataforma de Gerenciamento	Quantidade de instâncias	TRT8	01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE
	Centralizado (NAC) (subscrição por instância)	ativas	TRT9	01
10	Licença de uso para Controle de Acesso do NAC (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 dispositivos	TRT8	05
			TRT9	03
11	Licença de uso do Módulo de Operação e Manutenção Assistidas por Inteligência Artificial para APs com tecnologia Wi-Fi 7 (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs assistidos	TRT8	200
			TRT9	250
12	Licença de uso do Módulo de Verificação de Postura de Endpoints (Posture Assessment) (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 endpoints	TRT8	03
			TRT9	03
13	Serviço de site survey preditivo até 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	17
			TRT9	00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE
14	Serviço de site survey preditivo acima de 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	06
			TRT9	00
15	Serviço de site survey ativo na Sede	Quantidade de localidades	TRT8	02
			TRT9	00
16	Serviço de site survey ativo fora da Sede (Demais localidades)	Quantidade de localidades	TRT8	05
			TRT9	00
17	Serviços de Implantação de Access Point - Sede	Unidades de Access Point Implantadas	TRT8	200
			TRT9	02
18	Serviços de Implantação de Access Point - Fora da Sede	Unidades de Access Points Implantadas	TRT8	100
			TRT9	00
19	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 45 metros	Unidade de cabo lançada,	TRT8	200



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE
		crimpada e certificada	TRT9	00
20	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 90 metros	Unidade de cabo lançada,	TRT8	200
		crimpada e certificada	TRT9	00
21	Serviço de implantação da Controladora Wireless em Nuvem	Unidade de serviço por implantação concluída	TRT8	01
			TRT9	01
22	Serviço de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC)	Unidade de serviço por instância implantada	TRT8	01
			TRT9	01
23	Serviço de implantação do Módulo de Operação e Manutenção Assistida por IA (AIOps)	Unidade de serviço por instância AIOps implantada	TRT8	01
			TRT9	01
24	Serviço de Repasse de Conhecimento (01 turma)	Unidade de serviço	TRT8	02
			TRT9	01
25	Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva dos softwares pelo prazo de 60 meses	Quantidade de meses	TRT8	60
			TRT9	60

NOTA: A coluna "QTDE" representa: (i) nas subscrições (Itens 8, 9, 10, 11 e 12), a Capacidade Contratada Máxima (CCM) total para o período; (ii)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

nos serviços de implantação de sistemas (Itens 21-23), o número de unidades de serviço; (iii) no repasse de conhecimento (Item 24), o número de turmas; e (iv) no serviço técnico especializado (Item 25), o prazo em meses, quando aplicável. Marcos de ampliação, se houver, serão detalhados no instrumento convocatório/contrato e na planilha de preços (ver Seção G5 do Apenso I). As medições mensais seguirão as regras de contagem e arredondamento por teto (para 10 e 12) definidas nas Seções G3 e G5 (Apenso I), sem geração de faturamento recorrente para as subscrições (pagamento em parcela única) e com valor mensal sujeito a glosas por NMS/SLA para o Item 25. Acréscimos de capacidade ou prorrogações dependerão de termo aditivo, nos termos dos arts. 124 a 127 da Lei nº 14.133/2021.

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.1.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser claramente especificados e há fornecedores no mercado em condições de fornecer o objeto sem necessidade de qualquer customização especial para atender um cliente específico.
- 1.1.3.** Não foi utilizada a Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (Connect-Jus) pela seguinte razão: durante o Estudo Técnico Preliminar, na etapa de pesquisa de soluções, verificou-se não haver soluções constantes naquela Plataforma que contemplassem todo o escopo definido para a presente contratação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 1.1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Nº 14.133, de 2021.
- 1.1.5.** A presente contratação agrupa itens de natureza distinta:
- 1.1.5.1.** Aquisição de equipamentos (Itens 1 a 7 - *access points* e injetores PoE);
 - 1.1.5.2.** Subscrições (SaaS) (Itens 8, 9, 10, 11 e 12), com pagamento em parcela única e comprovação mensal;
 - 1.1.5.3.** Serviços não continuados, medidos por unidade de serviço/entrega (Itens 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25), conforme especificações do Apenso I;
 - 1.1.5.4.** Serviço continuado de assistência e suporte técnico 8x5 (Item 25), com pagamento mensal.
 - 1.1.5.5.** Dessa forma, enquadra-se como serviço continuado apenas o Item 25, sendo a vigência plurianual mais vantajosa; os demais itens são aquisição de bens, subscrições em nuvem ou serviços por entrega, conforme detalhado neste TR e no Apenso I.
- 1.1.6.** Para as subscrições dos Itens 8, 9, 10, 11 e 12, adota-se a CCM - Capacidade Contratada Máxima como limite técnico contratual, utilizada para planejamento, auditoria e apuração de Acordo de Nível de Serviço, sem geração de faturamento recorrente. A CONTRATADA deve fornecer alertas de capacidade (por exemplo, aos 80% e 95% da CCM) via console em nuvem, com relatórios de tendência para planejamento. Para o Serviço de suporte técnico (Item 25), de pagamento mensal, o valor mensal contratado é condicionado ao ateste do período e às glosas por Nível



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

Mínimo de Serviço (NMS); alterações de prazo, regime ou quantitativos observarão os arts. 124 a 127 da Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Uma das facilidades tecnológicas oferecidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (doravante referenciado como TRT8 ou simplesmente "Tribunal") aos cidadãos e profissionais jurisdicionados (público externo), bem como a seus magistrados e servidores (público interno) é o serviço de rede sem fio.
- 2.2. Essa solução tem o propósito de facilitar a conectividade, ensejando por exemplo: acesso ao portal do TRT8, consultas a processos judiciais eletrônicos no PJe, acesso a sítios eletrônicos do governo, do CNJ, da OAB e do Ministério Público, além de acesso à Internet de forma gratuita e segura.
- 2.3. Ademais, dados extraídos da controladora Wi-Fi, mostram que a rede sem fio do TRT8 possui relevância em termos de quantitativo de usuários, chegando a alcançar cerca de 250 usuários simultâneos na sede e mais de 200 usuários nos fóruns e varas localizados fora da capital paraense.
- 2.4. Não obstante, há que se registrar que a solução de rede sem fio empregada atualmente passa por algumas dificuldades. Em primeiro lugar, os resultados de pesquisas de satisfação dos usuários de TIC conduzidas pela SETIN de 2021 a 2023 demonstram, sobretudo entre os usuários internos, baixas taxas de contentamento quando comparadas aos outros indicadores avaliados.
- 2.5. Um formulário contendo uma pesquisa mais detalhada foi criado em julho de 2024 e enviado aos Diretores de Varas e Chefes de Distribuição dos Fóruns, a fim de se obter melhor entendimento das causas da insatisfação relatada. De antemão, salta aos olhos que quase todos os Servidores consultados relataram dificuldades



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ao utilizar a rede Wi-Fi, sobretudo por conta da dificuldade do processo de conexão em si, queda de sinal e lentidão da conexão.

- 2.6.** Outrossim, a cidade de Belém vem se consolidando como sede de eventos de grande porte e de projeção internacional, o que amplia de forma significativa o fluxo de autoridades, visitantes e dispositivos móveis em suas dependências. Como instituição de destaque regional, é esperado que o TRT8 permaneça recebendo um conjunto cada vez mais diverso de usuários e equipamentos, o que naturalmente eleva a superfície de exposição a incidentes e tentativas de ataques cibernéticos.
- 2.7.** Importa mencionar que outros fatores apontam para a necessidade de contratação de uma solução tecnológica que promova melhoria geral da rede Wi-Fi, a saber:
- 2.7.1.** A solução usada foi majoritariamente adquirida em 2018. Portanto, muitos dos componentes de hardware já possuem mais de seis anos de uso. Disso decorre que cerca de 88% dos *Access Points* (APs) em uso são de um modelo que já atingiu seu "end of life", ou seja, foi descontinuado pelo fabricante;
- 2.7.2.** Mesmo com a praticidade da controladora virtualizada, as versões mais recentes do software da controladora não suportam firmwares de APs descontinuados; e
- 2.7.3.** Embora os APs adquiridos possuam licenças perpétuas, o suporte da fabricante já foi encerrado. Isso significa que não é possível sequer realizar upgrades nos softwares da controladora, do sistema de matrícula e nos firmwares dos APs, seja para correções de *bugs* ou vulnerabilidades, seja para suporte a novos dispositivos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 2.7.4.** Também se encerrou o período de suporte da empresa integradora de tecnologia, que permite diminuir sobremaneira o tempo de indisponibilidade em problemas e tarefas de maior complexidade.
- 2.8.** Portanto, defasados tecnologicamente e vendo crescer a demanda por uma rede sem fio estável, segura e tecnologicamente compatível com uma ampla gama de equipamentos, necessita-se efetuar um registro de preços consoante a Seção V da Lei Nº 14.133/2021, para:
- 2.8.1.** Substituição dos *access points* (APs) (também chamados de “pontos de acesso”, em português brasileiro) obsoletos;
 - 2.8.2.** Aquisição de novos injetores PoE (*Power over Ethernet*) capazes de alimentar os APs adquiridos;
 - 2.8.3.** Contratação de assinatura de serviço de controladora WLAN, Plataforma de Gerenciamento Centralizado em nuvem, módulos de armazenamento de logs e de análise e operação assistidas por Inteligência Artificial (IA);
 - 2.8.4.** Contratação de serviço de instalação, ativação e interligação dos equipamentos e sistemas, englobando no mínimo as fases de projeto preliminar (a partir de *site survey* preditivo) e projeto final (ratificado por *site surveys* ativos);
 - 2.8.5.** Contratação de suportes do fabricante dos equipamentos;
 - 2.8.6.** Contratação de repasse de conhecimento para nivelar o domínio da equipe técnica responsável pela rede Wi-Fi; e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

2.8.7. Contratação de serviço de assistência e suporte técnico remoto e *on-site* do ambiente pela integradora.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

3. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DE 2026

- 3.1.** A contratação proposta neste Estudo Técnico Preliminar encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, especificamente nos itens 10 e 14 do Plano de Contingência, constante do Anexo IV da Portaria PRESI TRT8 nº 1212/2025, que institui o Plano de Contingência e Gestão de Riscos do Plano de Contratações Anual 2026.
- 3.2.** Embora esteja presente apenas no Plano de Contingência, dada a importância da melhoria integral da rede Wi-Fi do TRT8 e sabendo-se da possibilidade de alteração do PCA ao longo do ano de sua execução, desde que atendida a condição imposta no art. 16 do Decreto Nº 10.947/2022, julga-se adequado empreender esforços no sentido de se ter uma Ata de Registro de Preços pronta e capaz de viabilizar um salto de qualidade no ambiente tecnológico deste Egrégio Tribunal, ainda no ano de 2026.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 4.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. A solução de TIC consiste na contratação de uma solução de rede Wi-Fi que engloba:
- 4.2.1. Aquisição de dispositivos (*access points*, injetores PoE, cabeamento estruturado) e suas respectivas licenças de uso, conforme definido nas especificações técnicas;
 - 4.2.2. Subscrição de serviços de software hospedados em nuvem - SaaS (**controladora Wi-Fi, plataforma de gerenciamento centralizada, sistema de armazenamento de logs, módulo de operação assistida por Inteligência Artificial e módulo de verificação de postura**);
 - 4.2.3. *Site survey* preditivo, para todas as unidades do TRT8;
 - 4.2.4. Serviços de *survey* ativo, que deverá ser feito após o projeto baseado em *site survey* preditivo. Tais serviços serão efetuados apenas nas unidades com dimensões físicas maiores e com maior concentração de pessoas (Edifícios Sede e Anexos; e Fóruns);
 - 4.2.5. Serviços de implantação da solução conforme projeto, contemplando lançamento e passagem de cabeamento estruturado, instalação, ativação, configuração, e testes de equipamentos. Tais serviços serão efetuados apenas nas unidades com dimensões físicas maiores e com maior concentração de pessoas (Edifício Sede e Anexos; e Fóruns);
 - 4.2.6. Serviço de suporte do fabricante da solução de rede Wi-Fi pelo período de 05 (cinco) anos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 4.2.7.** Serviço de assistência e suporte técnico do ambiente da rede Wi-Fi por pelo menos 60 (sessenta) meses, regime 8x5, aderente a condições expressas em Acordo de Nível de Serviços (SLA); e
- 4.2.8.** Serviço de repasse de conhecimento presencial sobre a solução implantada, na sede do Tribunal, de caráter eminentemente prático ("hands-on"), carga horária mínima de 20h, material didático em formato eletrônico incluso, voltado para até 5 alunos.
- 4.3.** Em resumo, a solução será fornecida em duas grandes partes:
- 4.3.1.** Aquisição de equipamentos e de suas respectivas licenças;
- 4.3.2.** Contratação de serviços de: *site-surveys*; implantação de equipamentos e componentes da rede; subscrição de Software com Serviço (Saas - *Software as a Service*); suporte do fabricante; assistência e suporte técnico remoto e on-site; e serviço de repasse de conhecimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

5. DOS ESTUDOS PRELIMINARES

- 5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização da Demanda (DFD) da área demandante e os Estudos Técnicos Preliminares elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que constam no processo administrativo PROAD 3353/2025.
- 5.2. O Estudo Técnico Preliminar constatou que a melhor alternativa, entre as identificadas, é a de fazer uma nova licitação prevendo a substituição da rede Wi-Fi do TRT8 com vistas à melhoria e continuidade do serviço ofertado aos usuários.
- 5.3. A supracitada licitação não lançará mão do princípio da padronização, portanto, não será limitada a um fabricante. Não obstante, a fim de maximizar as chances de atender plenamente as exigências e expectativas do público interno e externo do TRT8, assim como maximizar o retorno sobre o investimento, serão exigidos requisitos de demonstração de capacidade operacional que visam a equilibrar experiência comprovada, certificações relevantes e histórico de projetos semelhantes.
- 5.4. Ademais, definiu-se, com base em aspectos técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos, pelo não parcelamento da contratação da solução. O ETP fornece uma gama de motivos para essa abordagem.
- 5.5. Ao fim, pretende-se com essa empreitada modernizar a infraestrutura de TI do Tribunal, buscando maior eficiência na conectividade, segurança da informação e continuidade dos serviços. A implementação da nova rede Wi-Fi permitirá atender às demandas institucionais com uma solução alinhada às práticas do setor, proporcionando um ambiente tecnológico mais preparado para suportar futuras necessidades.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional previstos neste item observa o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar a exigência apenas dos elementos indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em consonância com a natureza, a complexidade e o vulto do objeto contratado, preservando-se a ampla competitividade do certame.

6.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO

- 6.1.1. Prover acesso à Internet via rede sem fio (Wi-Fi) para todas as unidades do TRT8, visando atender, dentro das suas especificidades, o público interno (magistrados e servidores) e o público externo (cidadãos jurisdicionados, membros da OAB, membros do MP, profissionais de imprensa, palestrantes, sindicalistas, representantes de entidades profissionais, professores, estagiários, estudantes e demais visitantes);
- 6.1.2. Não prejudicar o desempenho e a segurança da rede corporativa;
- 6.1.3. Contratar uma solução robusta e atualizada que permita ser utilizada por no mínimo 5 (cinco) anos;
- 6.1.4. Proporcionar *logon* de forma simples, solicitando as informações de cadastro de usuário mínimas para cumprir com as obrigações legais e corporativas (*compliance*); e
- 6.1.5. Deve-se permitir acesso a: serviços de atendimento ao público disponibilizados pelo TRT8 na Internet, como o PJe; portais do CNJ, do Ministério Público e da OAB; sítios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

governamentais de todas as esferas; serviços bancários; serviços de e-mail; e redes sociais.

6.2. REQUISITOS SOCIAIS

Os licitantes devem apresentar as seguintes declarações para preenchimento dos requisitos sociais realizados a este certame:

- 6.2.1.** Declaração de que a licitante se encontra regular perante a Justiça do Trabalho, com apresentação da CNDT.
- 6.2.2.** Declaração de que a licitante não foi apenada nos últimos 5 anos em razão de prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, etc.
- 6.2.3.** Declaração de que a licitante cumpre todas as exigências relativas ao atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho.

6.3. REQUISITOS DE DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL

6.3.1. Comprovação de Experiência para habilitação

- 6.3.1.1.** Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica que comprove a realização e implementação de projeto de rede Wi-Fi corporativa, com pelo menos 10% dos pontos de acesso totais a serem registrados preço nessa contratação, com as seguintes características:
 - 6.3.1.1.1.** Fornecimento de equipamentos;
 - 6.3.1.1.2.** Prestação de serviços de configuração e manutenção dos equipamentos instalados;
 - 6.3.1.1.3.** O projeto tenha sido distribuído em unidades geograficamente separadas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6.3.2. Certificações Técnicas - Antes da assinatura do contrato

6.3.2.1. A LICITANTE deverá comprovar que possui equipe técnica com a seguinte capacitação profissional:

6.3.2.1.1. O(s) profissional(is) responsável(is) pelo projeto da rede Wi-Fi deve(m) necessariamente possuir, ao menos, certificação técnica válida e não expirada de nível intermediário na solução tecnológica do fabricante da solução ofertada pela CONTRATADA, usualmente conhecido no mercado como "professional".

6.3.2.1.2. O(s) profissional(is) responsável(is) pela implementação e configuração da rede Wi-Fi deve(m) necessariamente possuir, ao menos, certificação técnica válida e não expirada de nível básico na solução tecnológica do fabricante da solução ofertada pela CONTRATADA, usualmente conhecido no mercado como "associate".

6.3.2.1.3. O(s) profissional(is) responsável(is) pelo repasse de conhecimento deve(m) necessariamente possuir, ao menos, certificação técnica válida e não expirada de nível básico na solução tecnológica do fabricante da solução ofertada pela CONTRATADA, usualmente conhecido no mercado como "associate".

6.3.3. Capacidade Operacional e de suporte

6.3.3.1. A empresa deve possuir uma estrutura de suporte técnico 8x5, com SLA máximo de 2 horas para incidentes críticos.

6.3.3.2. Disponibilidade de suporte presencial em todas as unidades dos estados cobertos pelas áreas de jurisdição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

dos Tribunais participantes desta licitação sempre que necessário durante a implantação.

6.3.3.3. Infraestrutura de NOC (*Network Operations Center*) para monitoramento da solução.

6.3.4. Requisitos da Solução

6.3.4.1. A solução ofertada deve ser baseada em hardware e software de um fabricante que figure na categoria "**Líder**" no Quadrante Mágico do Gartner para **Infraestrutura de LAN Wireless**, publicado em **2025 ou 2024**, considerando as duas últimas edições disponíveis até a data de publicação deste Termo de Referência.

6.4. REQUISITOS TECNOLÓGICOS

6.4.1. Devido à complexidade da presente contratação, os requisitos tecnológicos estão dispostos **Apenso I - Especificações Técnicas**.

6.4.2. O licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta, planilha de aderência técnica demonstrando o atendimento a todas as exigências especificadas no Termo de Referência e seus anexos/apensos.

6.4.2.1. A ausência da planilha de aderência técnica ou a identificação de não conformidades com os requisitos essenciais poderá ensejar a desclassificação da proposta, conforme critérios de julgamento técnico estabelecidos no edital.

6.4.3. Todos os equipamentos ofertados deverão ser fornecidos completos e prontos para operação, incluindo, sem limitação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

licenças de software, cabos, fontes, acessórios e manuais necessários para sua funcionalidade em rede.

- 6.4.4.** Os equipamentos devem ser entregues com firmware atualizado, compatível com a arquitetura proposta e com as versões mais recentes disponibilizadas pelo fabricante, prontos para instalação e operação pela CONTRATANTE, sem dependência de contratação adicional de manutenção para sua ativação básica.

6.5. REQUISITOS LEGAIS

- 6.5.1.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, despesas administrativas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.
- 6.5.2.** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros por si ou por seus sucessores e representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação decorrente dos mesmos.
- 6.5.3.** A CONTRATADA deverá entregar ao Tribunal qualquer produto gerado, mesmo que tenha sido produzido sem a solicitação na nota de empenho e/ou contrato.
- 6.5.4.** A utilização de soluções ou componentes proprietários, da CONTRATADA ou de terceiros, na construção dos programas ou quaisquer artefatos relacionados ao contrato, que possam afetar a propriedade do produto, deve ser formal e previamente autorizada pelo Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 6.5.5. A CONTRATADA fica proibida de fazer qualquer tipo de publicidade sobre os serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 6.5.6. Conforme determina a Resolução nº 468 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, artigo 8º, § 2º, a empresa CONTRATADA que provê a Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação não poderá ser a mesma que avalia, mensura ou fiscaliza o objeto da contratação.
- 6.5.7. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Resolução CNJ LGPD nº 468, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e a outras legislações aplicáveis.

6.6. **REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO**

- 6.6.1. Durante o período de implantação da solução, deverá ser feito repasse de conhecimento para a equipe técnica do CONTRATANTE, de modo a dar condições aos servidores do Tribunal a terem habilidades suficientes para operar a solução.
- 6.6.2. O repasse de conhecimento deverá ter no mínimo 20 (vinte) horas de aula com caráter eminentemente prático ("hands-on").
- 6.6.3. As aulas serão ministradas para uma turma de até 05 (cinco) alunos, na Sede do CONTRATANTE.
- 6.6.4. Deverá ser fornecido, no mínimo, material em formato eletrônico para os alunos que participarem do curso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6.6.5. Outrossim, deverão ser fornecidos certificados assinados de conclusão de curso, atestando: carga horária, assuntos ministrados, instrutor(a), período e localidade de realização.

6.7. REQUISITOS TEMPORAIS

6.7.1. Os períodos de subscrição dos serviços de controladora da rede Wi-Fi, plataforma de gerenciamento centralizada, módulo de armazenamento de logs e módulo de operação e análise assistidas por IA deverão ser de 60 (sessenta) meses.

6.7.2. O prazo de contratação de suporte do fabricante da solução de rede Wi-Fi vencedora do processo de licitação será de 60 (sessenta) meses.

6.7.3. Outrossim, o prazo da prestação de serviço de assistência suporte técnico remoto e on-site, regime 8x5, a ser prestado pela integradora, será de 60 (sessenta) meses.

6.7.3.1. O suporte técnico deverá ser disponibilizado de forma imediata ao Tribunal, assim que a CONTRATADA concluir o comissionamento da rede Wi-Fi na primeira unidade onde houver a implantação da rede Wi-Fi.

6.7.4. Em todos os casos aplicáveis, haverá possibilidade de prorrogação, consoante disposto nos Arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

6.7.5. REQUISITOS TEMPORAIS PARA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO

6.7.5.1. Os requisitos de natureza técnica que devem ser obedecidos por ocasião da implantação estão descritos no Apenso I do presente documento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 6.7.5.2.** A CONTRATADA deverá em, no máximo, 07 (sete) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, realizar reunião de abertura do projeto (KICK-OFF). Nesta reunião, deverão ser levantadas todas as informações necessárias a respeito do escopo dos serviços que serão executados, incluindo-se a topologia existente da rede do CONTRATANTE (Rede Interna, serviços de autenticação, políticas de segurança, requisitos mínimos para geração e guarda de *logs*, entrega de plantas baixas para execução de *site surveys* preditivos, corroboração dos locais onde ocorrerão *site surveys* ativos, definição da sequência de entregas das redes Wi-Fi nas unidades do Tribunal), viabilidade técnica e funcional, limitações e impactos, assim como realizar a leitura do termo contratual e apresentar o preposto da CONTRATADA.
- 6.7.5.3.** A CONTRATADA deverá apresentar, em no máximo 07 (sete) dias corridos, após a reunião de kick-off um pré-projeto, que deverá conter um roteiro (*roadmap*) de alto nível, bem como uma matriz de responsabilidades.
- 6.7.5.4.** A CONTRATANTE terá até 03 (três) dias corridos para avaliar o pré-projeto. Caso o documento esteja de acordo com o esperado, será emitida ORDEM DE SERVIÇO pelo Tribunal, para efetivação dos *site surveys* e elaboração do projeto executivo, o qual abrangerá todas as unidades delimitadas na reunião de *kick-off*. Do contrário, a CONTRATADA terá o prazo de, no máximo, 03 (três) dias corridos, contados a partir da notificação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

do Tribunal, para devolver o documento com os ajustes necessários.

- 6.7.5.5.** O prazo para entrega do projeto executivo, baseado nos *site surveys* que o balizam, pela CONTRATADA será de 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO do Tribunal.
- 6.7.5.6.** Caso o projeto executivo esteja em conformidade com o solicitado, será emitida a ORDEM DE SERVIÇO pelo Tribunal em, no máximo, 05 (cinco) dias corridos após a aprovação técnica do Projeto Executivo. Do contrário, a CONTRATADA terá o prazo de, no máximo, 03 (três) dias corridos, contados a partir da notificação do Tribunal, para devolver o documento com os ajustes necessários.
- 6.7.5.7.** O prazo para instalação/configuração/ativação de todos os equipamentos e da infraestrutura envolvida no serviço de rede Wi-Fi que compõe a solução será de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da ORDEM DE SERVIÇO emitida pelo Tribunal. O repasse de conhecimento para dar condições aos Servidores do CONTRATANTE de operar a solução deverá ocorrer dentro desse prazo.
- 6.7.5.8.** Para todos os efeitos, a conclusão dos serviços para faturamento do primeiro mês do serviço de assistência e suporte técnico remoto e on-site e recebimento definitivo da solução somente será dada pela entrega da Solução de Rede Wi-Fi em pleno funcionamento em todas as localidades que contarem com serviço de instalação, conforme avaliado pela equipe técnica do Tribunal em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

até 5 dias corridos após o Termo de Recebimento Provisório.

6.7.5.9. A CONTRATADA deverá entregar o AS *BUILT* em até 30 dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.7.5.10. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos descritos na tabela abaixo, os quais poderão ser antecipados, se assim for possível e acordado com o Tribunal.

PRAZOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO			
ETAPA	PRAZO MÁXIMO (dias corridos)	EVENTO	RESPONSÁVEL
Dia D	-	Assinatura de contrato entre o CONTRATANTE e a empresa licitante VENCEDORA.	TRIBUNAL e CONTRATADA
D1	D + 7	Reunião de <i>KICK-OFF</i> .	TRIBUNAL e CONTRATADA
D2	D1 + 7	Apresentação de pré-projeto.	CONTRATADA
D3	D2 + 3	Aprovação do pré-projeto e emissão de ORDEM DE SERVIÇO para início do projeto executivo.	Tribunal
D4	D3 + 30	Execução de <i>site surveys</i> e elaboração do projeto executivo.	CONTRATADA
D5	D4 + 5	Avaliação do Projeto Executivo e emissão de ORDEM DE SERVIÇO para início da implantação.	Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PRAZOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO			
ETAPA	PRAZO MÁXIMO (dias corridos)	EVENTO	RESPONSÁVEL
D6	D5 + 90	Conclusão da entrega, instalação e configuração dos equipamentos e operacionalização de todos os sistemas que compõem a solução. Está incluso neste íterim o repasse de conhecimento para dar condições aos Servidores do CONTRATANTE de operar a solução.	CONTRATADA
D7	D6 + 5	Emissão do Termo de Recebimento provisório, para conferência do serviço entregue.	Tribunal
D8	D7 + 5	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo, autorização para emissão de faturamento e início do período de execução dos serviços. Início da manutenção, assistência e suporte técnico.	Tribunal
D9	D8 + 30	Entrega do AS BUILT.	CONTRATADA

6.7.5.11. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entregas estabelecidos, deverá encaminhar ao Tribunal solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar:

- Motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa CONTRATADA, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejar o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

6.7.5.12. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Tribunal na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à CONTRATADA da decisão proferida. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas por atraso na entrega.

6.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA

6.8.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridas.

6.8.2. A CONTRATADA deverá responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do(s) serviço(s) contratado(s), independentemente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito.

6.8.3. A CONTRATADA deverá cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do Tribunal.

6.8.4. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.

6.8.5. A CONTRATADA deverá identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser utilizado, afixando placas de controle patrimonial, selos de segurança, entre outros pertinentes.

6.9. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

6.9.1. O prazo de garantia contratual dos equipamentos, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.9.2. Se durante as manutenções e/ou atendimento aos chamados for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou componente dos equipamentos ou do equipamento inteiro, deverá ocorrer sem custo adicional para o CONTRATANTE e encaminhado no próximo dia útil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6.9.3. No caso de substituição, o equipamento, peça ou componente deverá possuir, no mínimo, características técnicas e desempenho iguais ou superiores às substituídas, serem novas, de primeiro uso e homologadas pelo fabricante dos equipamentos, sendo que todos os requisitos (homologação, desempenho, características técnicas) serão verificados pela Equipe Técnica do CONTRATANTE, com base em documentação oficial do fabricante, como lista de peças e componentes dos produtos, manuais técnicos dos produtos, base de dados de conhecimentos do fabricante, e demais informações pertinentes e voltadas para essa finalidade.

6.9.4. Caso seja necessário enviar o equipamento, peça ou componente para um centro de suporte técnico fora das dependências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de envio e devolução necessários, sendo considerada fiel depositária do equipamento, peça e componente.

6.10. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

6.10.1. Os serviços de *site survey* ativo deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos procedimentos e ferramentas em questão necessários para a prestação dos serviços;

6.10.2. Os serviços de projeto de rede Wi-Fi deverão ser executados por profissionais experientes na solução em questão, devendo ao menos um dos membros da equipe ter certificação na solução conhecida no mercado como "advanced",



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

"professional", "expert" ou equivalente, devendo também ser apresentado profissional com certificação PMP.

- 6.10.3.** Os serviços de assistência e suporte técnico remoto e *on-site* deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados na solução em questão, preferencialmente tendo certificação na solução conhecida no mercado como "inicial", "associate" ou equivalente;
- 6.10.4.** Analogamente, o prestador do serviço de repasse de conhecimento deverá ter ao menos certificação de nível básico, fornecida pelo fabricante da solução, geralmente denominada "inicial", "associate" ou equivalente.
- 6.10.5.** Para o caso de haver necessidade de afixação de *access points* em locais com distância acima de 02 (dois) metros do nível inferior, o profissional deverá ser habilitado na Norma Regulamentadora No. 35 (NR-35).
- 6.10.6.** Para o caso de haver necessidade de intervenções em instalações elétricas com tensão igual ou superior a 50 Volts em corrente alternada ou superior a 120 Volts em corrente contínua, o profissional deverá ser habilitado na Norma Regulamentadora No. 10 (NR-10).

6.11. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

- 6.11.1.** Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação, além dos já elencados no subitem anterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6.12. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

- 6.12.1.** A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.
- 6.12.2.** A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual deverão ser prestados.
- 6.12.3.** O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: 8 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica para registro de ocorrências.

6.13. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

- 6.13.1.** A CONTRATADA deverá cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do Tribunal.
- 6.13.2.** A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.

6.14. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.14.1.** Os materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços contratados devem observar os critérios de sustentabilidade constantes do item 5.1, do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 6.14.2.** Os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados na execução dos serviços devem atender o disposto - Resíduos com Logística Reversa do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.
- 6.14.3.** A definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deve prever e estimar período adequado para a orientação e ambientação dos trabalhadores à política de responsabilidade socioambiental do órgão, durante toda a vigência do contrato.
- 6.14.4.** Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- 6.14.5.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- 6.14.6.** Elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.
- 6.14.7.** Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 02 (duas) horas mensais, conforme a Resolução nº CSJT nº 98, de 20 de abril de 2012.
- 6.14.8.** Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.
- 6.14.9.** Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.
-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6.14.10. Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

6.14.10.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

6.14.10.2. Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149, do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

6.15. NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

6.15.1. A CONTRATADA ficará obrigada a promover, gradativamente, a transição contratual, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do Tribunal ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus para este órgão.

6.15.2. Durante a transição contratual, sempre que possível, deverá ser priorizada a implantação dos novos serviços e equipamentos e, somente após seu aceite definitivo, será solicitado a desativação da rede sem fio do contrato



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

anterior, a fim de que os impactos sejam minimizados, a saber: indisponibilidade da rede Wi-Fi no Tribunal.

6.15.3. Toda informação confidencial gerada e/ou manipulada em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida, mediante formalização entre as partes, ao término ou rompimento do contrato, ou por solicitação do Tribunal.

6.15.4. A CONTRATADA deverá entregar no encerramento contratual a documentação final do projeto de implantação da solução com todos os detalhes técnicos, projeto executivo e demais informações geradas no decorrer do contrato, se o objeto tiver serviços de instalação e/ou configuração.

6.16. IDENTIFICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

6.16.1. Na presente contratação será admitida a indicação de soluções dos fabricantes que figuram pelo menos um dos dois últimos anos na categoria "Líder" no Quadrante Mágico do relatório do Gartner concernente a redes sem fio corporativas, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

6.17. SUBCONTRATAÇÃO

6.17.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

6.17.1.1. subcontratação de empresa ou profissional especializado para o serviço de *site survey*;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 6.17.1.2. subcontratação de empresa ou profissional especializado para a implantação da rede; e
- 6.17.1.3. subcontratação de empresa ou profissional especializado para o serviço de repasse de conhecimento; e
- 6.17.1.4. subcontratação de empresa ou profissional especializado para o serviço de assistência ou suporte técnico remoto e/ou *on-site*.

6.18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (Art. 96 da Lei Nº 14.133/2021)

- 6.18.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento), tal como descrito nas cláusulas do contrato.
- 6.18.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até 15 dias após a assinatura do contrato para análise e aprovação da minuta de apólice por parte da Assessoria Jurídica deste Regional.
- 6.18.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 6.18.4. Na forma do art. 97 da Lei nº 14.133/2021, a vigência da apólice de seguro-garantia será igual ou superior à do contrato e deverá acompanhar eventuais prorrogações mediante endosso, admitida a substituição na data de renovação, sem descontinuidade de cobertura, observado o § 2º do art. 96. Para serviços contínuos, aplica-se o art. 98 quanto ao cálculo do percentual sobre o valor anual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

6.19. VISTORIA

- 6.19.1.** É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Seção de Telecomunicações - SETEL da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica, realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.
- 6.19.2.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1.1. Todas as informações sobre forma e condução da execução do objeto da presente contratação constam neste documento e no APENSO I deste Termo de Referência.

7.2. LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.2.1. Os serviços de *site survey* ativo, os serviços de implantação, bem como os serviços de assistência técnica *on-site* serão prestados nos locais indicados no Apenso I.

7.2.2. O serviço de repasse de conhecimento aos servidores da CONTRATANTE será realizado nas sede do CONTRATANTE.

7.2.3. O horário de prestação dos serviços observará a rotina da CONTRATANTE. Portanto, salvo exceções a serem previamente comunicadas à CONTRATADA, a prestação de serviços ocorrerá de segunda a sexta, entre 08 e 15h.

7.3. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

7.3.1. A CONTRATADA iniciará a execução do fornecimento e dos serviços objeto deste contrato, compreendendo a manutenção em software de controle de acesso e portal para usuários internos e visitantes, fornecimento de pontos de acesso (access points - AP), o gerenciamento em nuvem de solução de rede sem fio, contemplando, ainda, serviços de implantação, treinamento, assistência e suporte técnico local e remoto com manutenção (preventiva, corretiva) e substituição de peças e componentes, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no item 6.7.5.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

7.4. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.4.1.** Para o TRT8, os equipamentos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado, localizado na Travessa Manoel Evaristo, 224, Bairro: Umarizal, Belém/PA, CEP:66050-290, em dias úteis, das 8h às 15h.
- 7.4.2.** Para o TRT9, os equipamentos deverão ser entregues na Secretaria de Infraestrutura e Operações - Coordenadoria de Infraestrutura, localizada na Avenida Vicente de Machado, 147 - Centro - Curitiba/PR, CEP: 80420-905, em dias úteis, das 9h às 17h.

7.5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 7.5.1.** As especificações técnicas contidas neste documento agregam todas as informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

7.6. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

- 7.6.1.** Uma vez que se trata de serviço continuado, a contratada deverá manter as condições de habilitação durante toda a extensão do contrato.
- 7.6.2.** O Tribunal precisará dispor de recursos orçamentários para pagar pelos serviços de assinatura, subscrição em nuvem, assistência técnica e manutenção que, em regra, não funcionam após o fim do período contratado.
- 7.6.3.** Caberá à equipe de gestão da contratação atuar para manter os contratos de serviços vigentes para que a solução permaneça funcionando.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

7.6.4. Garantia de Operação Mínima Local (Modo *Fallback*)

A contratada deverá assegurar que, mesmo após o encerramento da subscrição dos serviços em nuvem, os equipamentos (Access Points, switches gerenciáveis e demais dispositivos gerenciáveis) operem em modo de funcionamento mínimo local (modo fallback ou modo offline), conforme descrito abaixo:

- Continuidade da operação da rede sem fio com, no mínimo, manutenção das configurações essenciais previamente aplicadas (SSID, VLAN, autenticação básica, QoS e regras de acesso);
- Possibilidade de acesso administrativo local ou remoto aos dispositivos, para fins de diagnóstico, configuração de emergência ou migração;
- Retenção das configurações salvas localmente, ainda que a interface de gerenciamento central na nuvem fique indisponível.

7.6.5. Plano de Transição Tecnológica

A contratada deverá apresentar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual, um plano de transição tecnológica, contendo:

- Inventário completo dos equipamentos, topologia lógica e física da rede, credenciais de acesso e perfis de configuração de SSIDs, VLANs, políticas de segurança e logs relevantes;
- Instruções claras para manter a operação da rede em modo local, caso a renovação da subscrição não seja realizada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- Suporte técnico remoto durante os 30 (trinta) dias finais da vigência contratual, com canal prioritário para resolução de falhas.

7.6.6. Retirada e Destruição de Dados

Ao término do contrato, a contratada deverá:

- Realizar a remoção completa dos dados do contratante armazenados em nuvem (usuários, logs, configurações, métricas), observando a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Emitir declaração formal de exclusão de dados, assinada por representante legal da contratada;
- Garantir que nenhum dado do contratante será retido ou utilizado após a finalização do vínculo contratual, salvo quando exigido por lei, devendo esta condição ser previamente comunicada.

7.6.7. Reversibilidade Tecnológica

A solução ofertada deverá prover e assegurar, ao fim do contrato, a reversibilidade tecnológica com funcionamento mínimo local plenamente operacional. O fornecedor deverá evidenciar e validar que a solução opera e sustenta esse modo operacional por meio de:

- Declaração técnica do fabricante ou documentação oficial que descreva o modo local/*fallback*;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- Demonstração prática ou relatório técnico que evidencie a operação básica dos APs sem controle central ativo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

- **PREPOSTO DA CONTRATADA:** integrante da CONTRATADA com capacidade gerencial para tratar todos os assuntos previstos neste documento e no instrumento contratual correspondente, sem implicar em ônus para o CONTRATANTE.
- **GESTOR DE CONTRATO:** responsável por coordenar as atividades de acompanhamento e de fiscalização da execução contratual, devendo informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade no fornecimento de bens ou na prestação dos serviços pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados e sugerir sanções que entender cabíveis.
- **FISCAL DEMANDANTE:** representante da área demandante da contratação para auxiliar o Gestor de contrato quanto à fiscalização dos aspectos funcionais da solução.
- **FISCAL TÉCNICO:** representante da área técnica para auxiliar o Gestor de contrato quanto à fiscalização dos aspectos técnicos da solução, devido a alta complexidade técnica da contratação.
- **FISCAL ADMINISTRATIVO:** auxiliar do Gestor de contrato na fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.

8.2. O modelo de gestão de contratos do TRT8 está definido no Manual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

de Gestão e Fiscalização de Contratos do TRT 8ª Região, aprovado pela Portaria PRESI nº 636/2018, disponível em https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual_com_portaria.pdf.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. OBRIGAÇÕES GERAIS

- 9.1.1.** O Contratado fica obrigado a efetuar o cadastro no sistema SIGEO (<https://portal.sigeo.jt.jus.br>) como fato condicionante ao pagamento.
- 9.1.2.** A nota fiscal referente à aquisição de equipamentos, licenças e às subscrições dos sistemas contratados no modelo SaaS (itens 8, 9, 10, 11 e 12 do quadro presente na Seção 1) deverá ser apresentada após a assinatura do contrato, por meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento. O pagamento será efetuado em parcela única, conforme a nota fiscal apresentada e dentro dos prazos estabelecidos no contrato.
- 9.1.3.** As notas fiscais referentes ao Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva (Item 25) deverão ser enviadas mensalmente pelo Contratado, por meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, conforme as faturas apresentadas e dentro dos prazos estabelecidos no contrato.
- 9.1.4.** Registra-se que a presente contratação observa as condições e procedimentos semelhantes às do setor privado.

9.2. DO RECEBIMENTO

- 9.2.1.** Os prazos e condições de recebimento estão dispostos no item 6.7.5.
- 9.2.2.** Para todos os efeitos, a conclusão dos serviços para faturamento do primeiro mês do serviço de assistência e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

suporte técnico remoto e on-site e recebimento definitivo da solução somente será dada pela entrega da Solução de Rede Wi-Fi em pleno funcionamento em todas as localidades que contarem com serviço de instalação, conforme avaliado pela equipe técnica do Tribunal em até 5 dias corridos após o Termo de Recebimento Provisório.

- 9.2.3.** Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Nesse caso, a contratada será notificada para corrigir as inconsistências no prazo de 10 (dez) dias corridos, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133.
- 9.2.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da verificação da conformidade dos serviços prestados realizada no recebimento provisório, mediante termo detalhado de aceitação elaborado pela Administração.
- 9.2.5.** Esse prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências adicionais para a verificação do cumprimento das exigências contratuais.
- 9.2.6.** Em caso de controvérsias quanto à execução do serviço, envolvendo aspectos como qualidade ou abrangência, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se o pagamento da parcela incontroversa mediante a emissão de Nota Fiscal correspondente.
- 9.2.7.** O prazo para solução de inconsistências ou saneamento de pendências na nota fiscal ou instrumento de cobrança,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de recebimento definitivo.

- 9.2.8. O recebimento provisório e/ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e eficácia do suporte técnico prestado, nem exime a contratada das responsabilidades legais e contratuais relacionadas à execução do objeto.

9.3. LIQUIDAÇÃO

- 9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 9.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.3.2.1. o prazo de validade;
- 9.3.2.2. a data da emissão;
- 9.3.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.3.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.3.2.5. o valor a pagar; e
- 9.3.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 9.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 9.3.4.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 9.3.5.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - 9.3.5.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 9.3.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.3.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

9.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.4. **FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

9.4.1. O pagamento será efetuado em **parcela única**, no caso da aquisição de equipamentos e licenças, inclusive as subscrições dos Itens 8, 9, 10, 11 e 12 do quadro da Seção 1, e em **parcelas mensais**, no caso do serviço de suporte técnico (Item 25), ambos no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa de cada período, conforme item anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4.2. Tomando por base o quadro apresentado na Seção 1 deste documento, as subscrições em nuvem dos Itens 8, 9, 10, 11 e 12 serão pagas em parcela única relativa ao período contratado. O Serviço de suporte técnico remoto e *on-site*, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva (Item 25) terá pagamento mensal pelo prazo contratual, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Os Serviços de implantação dos sistemas SaaS (Itens 21, 22 e 23) e o Repasse de conhecimento (Item 24) permanecem itens separados, com formas próprias de medição e pagamento.

9.4.3. As notas fiscais deverão ser enviadas pelo contratado por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento.

- 9.4.4. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária informado pela Divisão de Contabilidade do Tribunal.
- 9.4.5. Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.4.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.4.7. Quando dos pagamentos, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.4.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, os pagamentos ficarão condicionados à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

- 9.5.1. Não haverá antecipação de pagamento em nenhuma hipótese.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.1.2. O orçamento estimativo da contratação deverá possuir caráter sigiloso até o encerramento da fase de lances, em conformidade com o art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando preservar a competitividade do certame e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Após a fase de lances o orçamento será tornado público, mediante disponibilização nos autos do processo e nos sistemas pertinentes.

10.2. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM CONSÓRCIO (art. 15 da Lei nº 14.133/2021)

10.2.1. **Complexidade Técnica e Unicidade de Responsabilidade:** O objeto desta contratação não se resume ao mero fornecimento de ativos, mas à implantação de uma solução integrada de Wi-Fi de alta densidade. A fragmentação da execução entre diferentes consorciadas geraria riscos à interoperabilidade dos sistemas e à segurança da rede. A Administração exige a **responsabilidade solidária e técnica inafastável** de uma única pessoa jurídica para garantir a integridade da arquitetura lógica e física.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

10.2.2. Gestão de Incidentes e SLA (Service Level Agreement): A solução exige suporte técnico crítico e imediato. A existência de um consórcio poderia ensejar o "conflito de atribuições" entre as consorciadas em caso de falha sistêmica, prejudicando o cumprimento dos níveis de serviço e retardando o restabelecimento de serviços essenciais.

10.2.3. Suficiência de Mercado: Conforme apurado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o montante estimado acima de R\$ 6.000.000,00 é plenamente compatível com o porte de inúmeras empresas do setor de TIC que atuam isoladamente no mercado nacional, de modo que a vedação não compromete a competitividade do certame.

10.3. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS (art. 16 da Lei nº 14.133/2021)

10.3.1. Incompatibilidade com a Natureza do Objeto: O fornecimento de equipamentos de infraestrutura de rede, cumulado com serviços de engenharia e suporte 24/7, exige uma estrutura operacional e hierárquica empresarial (com comando centralizado e subordinação técnica) que é intrinsecamente incompatível com o modelo de autogestão e autonomia de trabalho típico das cooperativas.

10.3.2. Risco à Execução Contratual: A necessidade de manutenção de estoques de peças para reposição e garantia de hardware requer solidez comercial e financeira que extrapola o auxílio mútuo cooperativista.

10.3.3. Vantajosidade e Encargos: A participação de cooperativas em objetos que exigem o emprego de mão de obra subordinada para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

instalação e configuração técnica de alta complexidade poderia gerar riscos de passivos trabalhistas e fiscais à Administração, devido à ausência de vínculo empregatício formal entre a cooperativa e seus sócios para a execução de serviços de natureza comercial/tecnológica.

10.4. PROVA DE CONCEITO

- 10.4.1. Após a etapa de lances, caberá ao licitante que for provisoriamente classificado em primeiro lugar demonstrar o desempenho e compatibilidade dos equipamentos Wi-Fi ofertados por meio de uma Prova de Conceito (PoC). Esta PoC deverá ser realizada no ambiente do TRT e, caso seu resultado seja considerado satisfatório, o licitante será considerado apto para homologação.
- 10.4.2. A Prova de Conceito está especificada em detalhes no **APENSO II** deste termo de referência.
- 10.4.3. A Prova de Conceito será analisada pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT.
- 10.4.4. No caso de o licitante não ser aprovado na Prova de Conceito, o Pregoeiro convocará o colocado subsequente (observando a ordem de classificação estabelecida no final da etapa competitiva, por meio de lances) e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do Edital.
- 10.4.5. As etapas de realização da Prova de Conceito obedecerão aos seguintes ritos e prazos, a contar da aceitação da proposta do licitante:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

PRAZOS PARA REALIZAÇÃO DA POC			
ETAPA	PRAZO MÁXIMO (dias úteis)	EVENTO	RESPONSÁVEL
Dia D	2	Convocação para a Prova de Conceito	TRIBUNAL e CONTRATADA
D1	D + 5	Preparação do ambiente, Instalação no ambiente e Realização da Prova de Conceito	TRIBUNAL E CONTRATADA

- 10.4.6.** Deverá ser encaminhado ao Tribunal, juntamente com a proposta de preços, um documento contendo todas as informações técnicas necessárias à adequação do ambiente para a realização da PoC. Esse documento deverá incluir, no mínimo: as configurações a serem aplicadas na rede do Tribunal e as liberações de portas necessárias no firewall.
- 10.4.7.** Os custos de disponibilização de softwares e licenças para a PoC são de responsabilidade do licitante.
- 10.4.8.** A PoC da solução ofertada deverá ser realizada sem custo para o TRT.
- 10.4.9.** O licitante que for reprovado na prova de conceito ou que descumprir os prazos acima determinados, não terá direito a qualquer indenização.
- 10.4.10.** A PoC será realizada em ambiente presencial nas dependências da sede do Tribunal.
- 10.4.10.1.** Caso solicitado através do Pregoeiro, será permitida a participação de um representante de cada licitante.
- 10.4.10.2.** Os representantes de licitantes concorrentes não poderão emitir juízos de valor ou causar interferências



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

durante a realização dos testes.

10.4.10.3. Quaisquer manifestações ou ponderações poderão ser formalizadas por escrito até três dias úteis após a realização dos testes.

10.5. REGIME DE EXECUÇÃO

10.5.1. O contrato será firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado, cuja duração será de 60 (sessenta) meses, contados da data de recebimento do objeto inicial, podendo ser prorrogado por igual período, conforme preveem os art. 107 e 113 da Lei Nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

11. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1.** A presente contratação será realizada mediante adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.
- 11.2.** A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra fundamento nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, especialmente:
- 11.2.1.** I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
 - 11.2.2.** II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
 - 11.2.3.** III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
 - 11.2.4.** IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 11.3.** A solução de rede Wi-Fi objeto desta contratação possui natureza evolutiva, escalável e continuada, envolvendo aquisição de equipamentos, subscrições em nuvem, expansão gradual da infraestrutura, serviços técnicos especializados, suporte técnico e reposição de equipamentos ao longo da vigência contratual.
- 11.4.** No entanto, ainda não dispomos de recursos orçamentários suficientes para a aquisição de todos os equipamentos e contratação de todos os serviços para toda essa solução de rede, sendo necessário aguardar o orçamento do ano seguinte para completar a aquisição. Ademais a previsão área total de cobertura da rede pode variar, conforme o surgimento de novas demandas ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

expansão das necessidades institucionais (por exemplo, mudança de Foros ou ativação/desativação de Varas Trabalhistas), sendo mais conveniente registrar preços e contratar conforme a necessidade concreta.

11.5. No caso em tela, a adoção do SRP mostra-se adequada em razão:

- 11.5.1.** a) da possibilidade de expansão futura da solução para unidades da Capital e do interior;
- 11.5.2.** b) da impossibilidade de definição exata e definitiva dos quantitativos efetivamente demandados durante toda a vigência da ata;
- 11.5.3.** c) da necessidade de aquisições e ativações parceladas conforme disponibilidade orçamentária e evolução tecnológica;
- 11.5.4.** d) da conveniência administrativa em permitir contratações sob demanda;
- 11.5.5.** e) da necessidade de garantir flexibilidade operacional à Administração; e
- 11.5.6.** f) da potencial economia de escala decorrente da centralização da solução tecnológica.

11.6. A utilização do Sistema de Registro de Preços também se mostra compatível com as diretrizes de governança, economicidade, eficiência administrativa e racionalização das contratações públicas previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.7. A Ata de Registro de Preços deverá ter validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com a previsão legal no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório, desde que atendidos os requisitos legais.

- 11.9.** A adesão estará condicionada à anuência da Administração gerenciadora, à comprovação de vantajosidade para o órgão ou entidade solicitante e à concordância do fornecedor, observando-se as condições e os quantitativos registrados na Ata, bem como os limites de contratações adicionais previstos no art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.10.** Os entes aderentes à Ata serão responsáveis pela formalização dos respectivos contratos, incluindo a gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução, conforme o disposto na legislação aplicável.
- 11.11.** As condições de execução do objeto e de fornecimento dos serviços estão detalhadas neste Termo de Referência e deverão ser integralmente cumpridas pelo fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.
- 11.12.** Observada a conveniência e a oportunidade administrativas, a disponibilidade orçamentária e a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, a Ata de Registro de Preços decorrente da presente contratação poderá ser prorrogada, nos termos da legislação vigente. Eventual prorrogação poderá abranger a vigência da ata e, quando juridicamente cabível, os quantitativos registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS

12.1. Nos termos do art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de preços foi elaborada mediante a utilização combinada de parâmetros de pesquisa de mercado, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

12.2. Para a formação do valor estimado da contratação, foram considerados, em especial:

12.2.1. dados de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive por meio de atas de registro de preços vigentes, nos termos do art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021; e

12.2.2. pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de propostas, nos termos do art. 5º, inciso IV, da referida Instrução Normativa.

12.3. A planilha detalhada contendo a memória de cálculo e as referências utilizadas na pesquisa de preços encontra-se juntada aos autos do processo administrativo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100	R\$ 10.443,48	R\$ 1.044.348,00
			TRT9	235	R\$ 10.443,48	R\$ 2.454.217,80
2	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100	R\$ 19.225,96	R\$ 1.922.596,00
			TRT9	15	R\$ 19.225,96	R\$ 288.389,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100	R\$ 9.087,88	R\$ 908.788,00
			TRT9	00	R\$ 9.087,88	R\$ 0,00
4	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100	R\$ 11.934,28	R\$ 1.193.428,00
			TRT9	00	R\$ 11.934,28	R\$ 0,00
5	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100	R\$ 7.998,03	R\$ 799.803,00
			TRT9	00	R\$ 7.998,03	R\$ 0,00
6	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100	R\$ 9.557,07	R\$ 955.707,00
			TRT9	00	R\$ 9.557,07	R\$ 0,00
7	Injetor PoE	Quantidade de dispositivos	TRT8	100	R\$ 1.014,66	R\$ 101.466,00
			TRT9	00	R\$ 1.014,66	R\$ 0,00
8	Licença de Uso da Controladora Wireless em Nuvem (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs gerenciados	TRT8	300	R\$ 2.562,05	R\$ 768.615,00
			TRT9	250	R\$ 2.562,05	R\$ 640.512,50



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
9	Licença de uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizado (NAC) (subscrição por instância)	Quantidade de instâncias ativas	TRT8	01	R\$ 72.342,41	R\$ 72.342,41
			TRT9	01	R\$ 72.342,41	R\$ 72.342,41
10	Licença de uso para Controle de Acesso do NAC (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 dispositivos	TRT8	05	R\$ 62.220,12	R\$ 311.100,60
			TRT9	03	R\$ 62.220,12	R\$ 186.660,36
11	Licença de uso do Módulo de Operação e Manutenção Assistidas por Inteligência Artificial para APs com tecnologia Wi-Fi 7 (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs assistidos	TRT8	200	R\$ 5.635,68	R\$ 1.127.136,00
			TRT9	250	R\$ 5.635,68	R\$ 1.408.920,00
12	Licença de uso do Módulo de Verificação de Postura de Endpoints (Posture Assessment) (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 endpoints	TRT8	03	R\$ 62.810,70	R\$ 188.432,10
			TRT9	03	R\$ 62.810,70	R\$ 188.432,10
13	Serviço de site	Quantidade de	TRT8	17	R\$ 3.735,31	R\$ 63.500,27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	survey preditivo até 500 m²	localidades				
			TRT9	00	R\$ 3.735,31	R\$ 0,00
14	Serviço de site survey preditivo acima de 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	06	R\$ 6.781,46	R\$ 40.688,76
			TRT9	00	R\$ 6.781,46	R\$ 0,00
15	Serviço de site survey ativo na Sede	Quantidade de localidades	TRT8	02	R\$ 22.966,55	R\$ 45.933,10
			TRT9	00	R\$ 22.966,55	R\$ 0,00
16	Serviço de site survey ativo fora da Sede (Demais localidades)	Quantidade de localidades	TRT8	05	R\$ 39.143,21	R\$ 195.716,05
			TRT9	00	R\$ 39.143,21	R\$ 0,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
17	Serviços de Implantação de Access Point - Sede	Unidades de Access Point Implantadas	TRT8	200	R\$ 5.638,15	R\$ 1.127.630,00
			TRT9	02	R\$ 5.638,15	R\$ 11.276,30
18	Serviços de Implantação de Access Point - Fora da Sede	Unidades de Access Points Implantadas	TRT8	100	R\$ 8.375,71	R\$ 837.571,00
			TRT9	00	R\$ 8.375,71	R\$ 0,00
19	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 45 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200	R\$ 938,34	R\$ 187.668,00
			TRT9	00	R\$ 938,34	R\$ 0,00
20	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 90 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200	R\$ 1.338,83	R\$ 267.766,00
			TRT9	00	R\$ 1.338,83	R\$ 0,00
21	Serviço de implantação da Controladora Wireless em Nuvem	Unidade de serviço por implantação concluída	TRT8	01	R\$ 59.786,99	R\$ 59.786,99
			TRT9	01	R\$ 59.786,99	R\$ 59.786,99
22	Serviço de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC)	Unidade de serviço por instância implantada	TRT8	01	R\$ 228.988,53	R\$ 228.988,53
			TRT9	01	R\$ 228.988,53	R\$ 228.988,53
23	Serviço de implantação do Módulo de	Unidade de serviço por instância	TRT8	01	R\$ 152.114,53	R\$ 152.114,53



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	Operação e Manutenção Assistida por IA (AIOps)	AIOps implantada	TRT9	01	R\$ 152.114,53	R\$ 152.114,53
24	Serviço de Repasse de Conhecimento (01 turma)	Unidade de serviço	TRT8	02	R\$ 41.782,97	R\$ 83.565,94
			TRT9	01	R\$ 41.782,97	R\$ 41.782,97
25	Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva dos softwares pelo prazo de 60 meses	Quantidade de meses	TRT8	60	R\$ 29.401,87	R\$ 1.764.112,20
			TRT9	60	R\$ 29.401,87	R\$ 1.764.112,20
				SOMA DAS MÉDIAS DOS VALORES PARA O TRT8		R\$ 14.448.803,48
				SOMA DAS MÉDIAS DOS VALORES PARA O TRT9		R\$ 7.497.536,09
				SOMA TOTAL DAS MÉDIAS DOS VALORES		R\$ 21.946.339,57

12.4. O valor estimado da presente contratação, conforme apurado no Mapa Demonstrativo de Custos nº SETIN-08/2025, corresponde a **R\$ 21.946.339,57** (vinte e um milhões, novecentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos), considerando o somatório dos quantitativos do órgão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

gerenciador e do órgão participante formalmente incluído na Intenção de Registro de Preços (IRP), assim distribuído:

12.4.1. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8): **R\$ 14.448.803,48** (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e três reais e quarenta e oito centavos); e

12.4.2. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9): **R\$ 7.497.536,09** (sete milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e nove centavos).

12.5. O valor estimado apresentado deverá ser considerado como limite máximo aceitável pela Administração para fins de julgamento das propostas no certame.

12.6. Em face do valor estimado da contratação, superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), afasta-se a aplicação do artigo 6º do Decreto n. 8.538/2015, e assim, a licitação não deve ser exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas. (art. 48, I, da LC n. 123/06, art. 6º do Decreto n. 8.538/2015 e art. 34 da Lei n. 11.488/07).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. EQUIPAMENTOS

13.1.1. **Natureza da Despesa / Elemento:** 449052 - Equipamentos e Material Permanente;

- Subitem: 35 - Equipamento de Processamento de Dados;

13.1.2. **Classificação Institucional/Funcional/Programática:** Programa de Trabalho 15.109.02.061.0571.4256.6017 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho;

13.2. SERVIÇOS

13.2.1. **Natureza da Despesa / Elemento:** 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

- Subitem: 06 - Locação de softwares;

- Subitem: 21 - Serviços Técnicos de Profissionais de TIC - PJ;

13.2.2. **Classificação Institucional/Funcional/Programática:** Programa de Trabalho 15.109.02.061.0571.4256.6017 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho;

ITEM	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
1	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 01	EQUIPAMENTO (Subitem 35)
2	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 02	EQUIPAMENTO (Subitem 35)
3	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 01	EQUIPAMENTO (Subitem 35)
4	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 02	EQUIPAMENTO (Subitem 35)
5	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 01	EQUIPAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
		(Subitem 35)
6	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 02	EQUIPAMENTO (Subitem 35)
7	Injetor PoE	EQUIPAMENTO (Subitem 35)
8	Licença de uso da Controladora Wireless em Nuvem (subscrição - SaaS)	SERVIÇO (Subitem 21) LOCAÇÃO DE SOFTWARE (Subitem 6)
9 e 10	Licenças de uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizada (NAC)	SERVIÇO (Subitem 21) LOCAÇÃO DE SOFTWARE (Subitem 6)
11	Licença de uso do Módulo de Operação e Manutenção Assistidas por Inteligência Artificial para APs com tecnologia Wi-Fi 7 (subscrição - SaaS)	SERVIÇO (Subitem 21) LOCAÇÃO DE SOFTWARE (Subitem 6)
12	Licença de uso do Módulo de Verificação de Postura de Endpoints (Posture Assessment) (subscrição - SaaS)	SERVIÇO (Subitem 21) LOCAÇÃO DE SOFTWARE (Subitem 6)
13 e 14	Serviços de site survey Preditivo	SERVIÇO (Subitem 21)
15 e 16	Serviços de site survey Ativo	SERVIÇO (Subitem 21)
17 e 18	Serviços de Implantação de Access Point	SERVIÇO (Subitem 21)
19 e 20	Serviços de Implantação de Cabeamento Estruturado	SERVIÇO (Subitem 21)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ITEM	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
21	Serviço de implantação da Controladora Wireless em Nuvem	SERVIÇO (Subitem 21)
22	Serviço de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC)	SERVIÇO (Subitem 21)
23	Serviço de implantação do Módulo de Operação e Manutenção Assistida por IA (AIOps)	SERVIÇO (Subitem 21)
24	Serviço de Repasse de Conhecimento (01 turma)	SERVIÇO (Subitem 21)
25	Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva dos softwares pelo prazo de 60 meses	SERVIÇO (Subitem 21)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

14. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO**

Belém-PA, 9 de abril de 2026.

EDINALDO RIBEIRO MAIA
JUNIOR

Integrante Técnico
Assistente Técnico da Seção
de Telecomunicações (SeTEL)

SILLAS MONTEIRO BATISTA

Integrante Administrativo
Chefe da Divisão de Apoio
à Governança das
Contratações em Geral
(DIGOC)

MARCO AURÉLIO FIDELIS RÊGO

Integrante Demandante
Coordenador de Infraestrutura Tecnológica
(COINT)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

15.

DO DOCUMENTO PELO TITULAR DA ÁREA DEMANDANTE

Belém/PA, 9 de fevereiro de 2026.

DIEGO ANTONIO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ

Titular Demandante

Diretor da SETIN



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

APENSO I

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Processo Administrativo Nº 3353/2025

PROJETO DE MELHORIA DA REDE WI-FI DO TRT8

Belém-PA, 9 de abril de 2026

SUMÁRIO

APENSO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	1
--	----------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

PARTE GERAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (PREFIXO G).....	1
1. ACCESS POINT WI-FI 7 - TIPO 01.....	15
2. ACCESS POINT WI-FI 7 - TIPO 02.....	16
3. ACCESS POINT WI-FI 6E - TIPO 01.....	17
4. ACCESS POINT WI-FI 6E - TIPO 02.....	18
5. ACCESS POINT WI-FI 6 - TIPO 01.....	19
6. ACCESS POINT WI-FI 6 - TIPO 02.....	20
7. INJETOR PoE.....	21
8. SERVIÇO DE SUBSCRIÇÃO DE CONTROLADORA WIRELESS EM NUVEM.....	22
9. Licença de uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizada (NAC) - por instância.....	34
10. Licença para Controle de Acesso dos usuários do NAC - Pacotes de 500 dispositivos.....	42
11. MÓDULO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ASSISTIDAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	45
12. LICENÇA DE VERIFICAÇÃO DE POSTURA DE ENDPOINTS (POSTURE ASSESSMENT).....	50
13. SERVIÇOS DE SITE SURVEY PREDITIVO ATÉ 500 m².....	54
14. SERVIÇO DE SITE SURVEY PREDITIVO ACIMA DE 500 m².....	55
15. SERVIÇO DE SITE SURVEY ATIVO NA SEDE.....	56
16. SERVIÇO DE SITE SURVEY ATIVO FORA DA SEDE.....	58
17. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE ACCESS POINT - SEDE.....	59
18. SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE ACCESS POINT - FORA DA SEDE.....	62
19. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT6 - PONTO LÓGICO DE EXTENSÃO DE 45 METROS.....	64
20. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT6 - PONTO LÓGICO DE EXTENSÃO DE 90 METROS.....	64
21. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DA CONTROLADORA DA SOLUÇÃO WIRELESS..	65
22. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA DE CONTROLE DE ACESSO (NAC).....	69
23. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ASSISTIDA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	76
24. SERVIÇO DE REPASSE DE CONHECIMENTO.....	80
25. SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E ON-SITE, 8X5, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DOS SOFTWARES.....	83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

APENSO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PARTE GERAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (PREFIXO G)

G1. Objeto, Escopo e Vinculação

- G1.1. Este Apenso estabelece os requisitos técnicos mínimos da solução Wi-Fi corporativa, composta por controladora em nuvem, plataforma de gerenciamento e controle de acesso à rede (NAC), módulo de verificação de postura e módulo de inteligência artificial, observados os modelos de implantação previstos neste Termo de Referência.
- G1.2. A solução deverá operar em arquitetura em nuvem para os componentes centralizados, com gestão unificada, alta disponibilidade lógica, observabilidade, segurança alinhada ao modelo de confiança zero e integração com os serviços existentes da CONTRATANTE, admitida a implantação da plataforma NAC em nuvem ou em infraestrutura virtualizada compatível.
- G1.3. As Seções G3 (Métricas de Licenciamento) e G4 (Definições e Regras de Contagem) aplicam-se integralmente aos Itens 8, 9, 10, 11 e 12, bem como a quaisquer disposições correlatas de medição e faturamento.
- G1.4. Após as Seções "Geral", os itens 1, 2, 3... deste Apenso espelham, em ordem e título, os itens da Tabela "Definição do Objeto" do documento principal.

G2. Disponibilidade Funcional, Documentação e Versões



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- G2.1. Todas as especificações técnicas contidas neste Apenso deverão estar plenamente disponíveis na solução fornecida, sem necessidade de aquisições adicionais de versões de software, peças ou dispositivos complementares.
- G2.2. A proposta comercial deverá vir acompanhada de documentação técnica que comprove o atendimento das especificações, indicando modelos de equipamentos, softwares e serviços, incluindo respectivos datasheets.
- G2.3. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser entregues com o firmware mais atual recomendado oficialmente pelo fabricante, homologado para ambiente corporativo, já aplicado no momento da entrega.
- G2.4. Todos os equipamentos e softwares deverão incluir, sem custos adicionais, as funcionalidades descritas neste Apenso, incluindo operação nas faixas de frequência especificadas, sem exigência de licenças, ativações ou atualizações pagas além do escopo contratado.

G3. Métricas de Licenciamento e Unidades de Medição

- G3.1. O licenciamento observará exclusivamente as métricas padronizadas a seguir, que serão as únicas utilizadas para contratação, medição e pagamento. Os itens referenciados são os da tabela da Seção do Corpo Principal deste TR:
- G3.1.1. Controladora em nuvem (Item 8): licença por AP gerenciado;
- G3.1.2. Plataforma NAC (item 9): por instância ativa;
- G3.1.3. NAC (Item 10): pacotes de 500 dispositivos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

G3.1.4. Módulo de IA (Item 11): licença por AP assistido.

G3.1.5. Verificação de Postura (Item 12): pacotes de 500 *endpoints*;

G3.2. Para o Módulo de IA (Item 11), o preço unitário ofertado deverá corresponder ao nível de assistência/suporte aplicável a APs Wi-Fi 7 (IEEE 802.11be), considerando que alguns fabricantes diferenciam valores por padrão de AP.

G3.3. Métricas alternativas eventualmente nativas do fabricante, como "usuários simultaneamente autenticados", poderão ser apresentadas exclusivamente para fins de equivalência e conversão, mediante documentação oficial e tabela de conversão para as métricas desta Seção, com preços já convertidos. A contratação, a medição e o pagamento permanecerão, em qualquer hipótese, nas métricas do item G3.1.

G4. Definições e Regras de Contagem (Aplicáveis aos Itens 8, 9, 10, 11 e 12 discriminados da tabela da Seção 1 do Corpo Principal deste TR)

Definições

G4.1. **Ponto de Acesso/Access Point (AP):** equipamento Wi-Fi que provê serviço de acesso sem fio à rede.

G4.2. **AP gerenciado:** AP cadastrado na controladora em nuvem, com comunicação ativa, registros operacionais e políticas aplicadas.

G4.3. **Dispositivo:** equipamento cliente identificado pelo NAC (*Network Access Control*) por endereço MAC (*Media Access*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Control), certificado do dispositivo, credencial 802.1X, MAB (*MAC Authentication Bypass*) ou portal, incluindo notebooks, desktops, smartphones, tablets, impressoras, câmeras IP, terminais e IoT.

- G4.4. **Dispositivo gerenciado:** dispositivo com política de acesso aplicada pelo NAC no período de medição.
- G4.5. **Dispositivo Endpoint (Doravante, "Endpoint"):** dispositivo com sistema operacional suportado pelo módulo de verificação de postura, apto à avaliação por agente, agente dissolvível (agente temporário, executado sob demanda, sem instalação persistente) ou integração MDM/EDR (integração com plataforma de gestão de dispositivos móveis e solução de detecção e resposta em *endpoints*, via APIs de conformidade), como notebooks, desktops, smartphones e tablets.
- G4.6. **Endpoint avaliado:** endpoint submetido à verificação de postura no período de medição.
- G4.7. **Instância (plataforma NAC em nuvem):** ambiente da aplicação dedicado e isolado para o órgão/unidade, com configurações, políticas e registros operacionais próprios, identificado por ID único no sistema do fabricante. Para fins deste TR, considera-se "instância ativa" aquela com status ativo no sistema e subscrição vigente. Uma instância pode agregar múltiplos domínios de autenticação e múltiplos *sites*/APs.
- G4.8. **Pacote NAC de 500 dispositivos:** unidade de licenciamento do NAC que confere direito de gerenciar até 500 dispositivos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- G4.9. **Pacote Postura de 500 endpoints:** unidade de licenciamento do módulo de verificação de postura que confere direito de avaliar até 500 endpoints.
- G4.10. **Licença por AP:** unidade de licenciamento aplicável à controladora, vinculada a cada AP gerenciado.
- G4.11. **Licença por AP assistido (IA):** AP gerenciado com as funcionalidades do módulo de IA ativas (ex.: análises/recomendações habilitadas). Para fins do Item 11, a medição é por AP assistido, não podendo exceder o número de APs gerenciados do Item 8.
- G4.12. **Dispositivos de infraestrutura:** APs, controladoras, switches e roteadores não são considerados dispositivos, nem endpoints, para fins de licenciamento NAC e Postura.
- G4.13. **Contadores auditáveis:** indicadores nativos na console em nuvem que informam quantitativos de APs gerenciados, dispositivos gerenciados e endpoints avaliados, com relatórios exportáveis.
- G4.14. **Capacidade Contratada Máxima (CCM):** Limite técnico do contrato para itens de subscrição (APs, instâncias, pacotes), utilizado para planejamento, auditoria e apuração de Acordo de Nível de Serviço (SLA), sem geração de faturamento recorrente; eventuais efeitos financeiros decorrentes de descumprimento de SLA serão aplicados por meio das penalidades contratuais e, quando cabível, da execução da garantia da contratação (Seção 6.18 do corpo principal do TR).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- G4.15. **Prazo de Prestação (Item 25):** Período, em meses, de execução do Serviço de suporte técnico (regime 8x5), com valor mensal fixo, sujeito a glosas por NMS/SLA e às demais condições contratuais.
- G4.16. **Equivalência funcional (Itens 9 e 10 - NAC):** A divisão da Solução de NAC nos itens 9 (Plataforma) e 10 (Licenças de Acesso) tem natureza comercial e de medição, não implicando alocação rígida de cada requisito técnico a um único módulo/código comercial (SKU). Será considerada atendida a especificação quando a solução integrada (plataforma + licenças) implementar e comprovar todas as capacidades descritas nos Itens 9 e 10, observados os requisitos de segurança/LGPD, os critérios de aceite e a auditabilidade por contadores. Funcionalidades previstas em 10 poderão ser providas nativamente pela plataforma (9) e vice-versa, desde que: (i) o resultado requerido seja alcançado e evidenciado nos testes/relatórios de aceite; (ii) não haja cobrança em duplicidade nem recomposição de preços; e (iii) permaneçam inalteradas as métricas e a forma de pagamento de cada item (9 por instância; 10 por pacotes de 500 dispositivos, com CCM conforme Seção G). Essa flexibilidade não altera o escopo contratual nem os Acordos de Nível de Serviço aplicáveis

Regra Terminológica

- G4.17. Regra terminológica: neste TR, "dispositivo" é utilizado para fins de licenciamento e medição do NAC (Item 10);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

"*endpoint*" é utilizado para licenciamento e medição da Verificação de Postura (Item 12). Equipamentos de infraestrutura (APs, controladoras, switches, roteadores) não se enquadram como dispositivos/*endpoints* para fins de licenciamento.

Regras de contagem e arredondamento

- G4.18. **Controladora:** a medição considera o número de APs gerenciados no mês de referência.
- G4.19. **Módulo de IA:** a medição considera o número de APs assistidos no mês de referência, limitado ao número de APs gerenciados (item 8).
- G4.20. **NAC:** a medição considera o total de dispositivos gerenciados no mês de referência; o quantitativo contratual é expresso em pacotes de 500 dispositivos, calculados por teto do quociente "dispositivos/500".
- G4.21. **Verificação de Postura:** a medição considera o total de *endpoints* efetivamente avaliados no mês de referência; o quantitativo contratual é expresso em pacotes de 500 *endpoints*, calculados por teto do quociente "*endpoints*/500".
- G4.22. **Identidade única:** múltiplas interfaces ou endereços MAC do mesmo hardware contam uma única vez, desde que agregados sob a mesma identidade no NAC.
- G4.23. **Hardware compartilhado:** dispositivos usados por múltiplos usuários contam uma única vez.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- G4.24. BYOD e temporários: contam no mês em que se autenticarem e forem gerenciados; em postura, contam apenas se avaliados.
- G4.25. **Critério de apuração:** os contadores auditáveis deverão estar acessíveis à fiscalização durante o período de faturamento e permitir a extração de relatórios emitidos pelo sistema do fabricante.
- G4.26. **Equivalência de métricas:** quando o fabricante utilizar métrica distinta, a proponente deverá apresentar documentação oficial e tabela de conversão para AP e para pacotes de 500, com valores convertidos refletidos na planilha de preços.

G5. Vigência, Medição e Planilha de Preços

- G5.1. As subscrições de software e serviços previstos nas Seções G3 e G4 terão vigência mínima de 60 (sessenta) meses, contados da data de ativação do respectivo componente na CONTRATANTE, devendo incluir direito de uso contínuo, atualizações evolutivas e corretivas e suporte técnico durante todo o período.
- G5.2. Medição e pagamento por natureza do item.
- G5.2.1. (Subscrições - Itens 8, 9, 10, 11 e 12): pagamento em parcela única após a assinatura do contrato, conforme Seção 9 do TR. A comprovação mensal de uso ocorrerá por contadores auditáveis, para fiscalização, gestão de capacidade e apuração de SLA, sem geração de faturamento recorrente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- G5.2.2. (Serviço continuado - Item 25): medição mensal para fins de faturamento, conforme regras deste G5 e Seção 9 do corpo principal do TR.
- G5.3. A planilha conterá abas por item, com campos e cálculos conforme Seção G3. Para os itens 10 e 12 mantém-se o arredondamento por teto dos pacotes. Frações de pacote não serão aceitas. Nas subscrições (8, 9, 10, 11 e 12) a aba refletirá pagamento único; no Item 25, refletirá mensalidade.
- G5.4. Regras específicas do faturamento mensal (Item 25):
- G5.4.1. O faturamento do Item 25 será mensal, correspondente ao valor mensal contratado, condicionado ao ateste do período e ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS)/SLA.
- G5.4.2. As glosas e abatimentos por descumprimento de NMS/SLA serão apurados com base nos relatórios do mês e abatidos na fatura subsequente, conforme a tabela do próprio Item 25.
- G5.4.3. O prazo de prestação do Item 25 é de 60 (sessenta) meses, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- G5.4.4. Alterações de quantitativos, regime (p.ex., 8x5 → 24x7), escopo ou outras condições contratuais observarão o Art. 124 (com as devidas justificativas), os limites do Art. 125 e a vedação de transfiguração do objeto (Art. 126). Na ausência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

de preço unitário aplicável ao aditivo, serão adotados os critérios do Art. 127.

G5.4.5. Reajustes legais decorrentes de criação/alteração/extinção de tributos ou encargos observarão o Art. 134. Repactuações, quando cabíveis (serviços com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra), seguirão o Art. 135.

G5.5. Subscrições - **comprovação técnica mensal** (eventuais efeitos financeiros decorrentes de descumprimento de SLA serão aplicados por meio das penalidades contratuais e, quando cabível, da execução da garantia da contratação):

G5.5.1. NAC Acesso (10) e Postura (12): os contadores mensais serão convertidos em pacotes de 500 pelo critério de teto, para fins de auditoria e gestão de capacidade (CCM); frações não existem para dimensionamento; não há faturamento mensal das subscrições; descumprimentos de SLA sujeitam-se às penalidades contratuais e execução de garantia (Seção 6.18 do corpo principal do TR).

G5.5.2. Controladora (8) e AIOps (11): a comprovação considerará o número de APs gerenciados/assistidos no mês (*exports* de *console*) para auditoria/gestão/NMS/SLA, sem geração de faturamento recorrente das subscrições; descumprimentos de SLA sujeitam-se às penalidades contratuais e execução de garantia (Seção 6.18 do corpo principal do TR).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

G5.5.3. NAC Plataforma (9): considerar instâncias ativas (ID/relatório do fabricante), sem geração de faturamento recorrente das subscrições; descumprimentos de SLA sujeitam-se às penalidades contratuais e execução de garantia (Seção 6.18 do corpo principal do TR).

G5.6. Alertas e tendências de capacidade: A CONTRATADA deverá disponibilizar alertas (no mínimo aos 80% e 95% da CCM), relatórios de tendência e recomendações de ajuste técnico/contratual. Se o excedente for estruturante, propor termo aditivo com base no art. 124, respeitando o art. 125 e o art. 126.

G6. Modelos Alternativos e Equivalência

G6.1. Poderá ser apresentada métrica alternativa exclusivamente para fins de equivalência e conversão, com documentação oficial e tabela de conversão para as métricas da Seção G3, e preços já convertidos.

G6.2. A contratação, a medição e o pagamento permanecerão, em qualquer hipótese, nas métricas padronizadas da Seção G3.

G7. Requisitos de Equipamentos, Firmware e Certificação

G7.1. Os equipamentos que compõem a solução devem possuir certificado emitido pela Wi-Fi Alliance, garantindo compatibilidade com os padrões e funcionalidades solicitados, inclusive para implantação.

G7.2. Não serão aceitos equipamentos que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- G7.2.1. excluam, por limitação de hardware ou software, qualquer faixa de frequência prevista no padrão que afirmam suportar;
- G7.2.2. tenham capacidade de operação em apenas uma faixa de frequência por vez;
- G7.2.3. declarem-se compatíveis com Wi-Fi 6E ou Wi-Fi 7 sem suportar plenamente 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz.
- G7.3. Especificamente quanto aos *Access Points*, caso o LICITANTE não disponha do modelo indicado, poderá oferecer, para atendimento do quantitativo, modelo ou padrão superior, compatível com os requisitos funcionais e de desempenho deste Apenso.

G8. Responsabilidades de Implementações e Garantias

- G8.1. A CONTRATADA será integralmente responsável por instalar, configurar e comissionar os sistemas centrais, incluindo controladora em nuvem, plataforma NAC, módulos de IA e de verificação de postura, assegurando versões atualizadas, seguras e licenciadas, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- G8.2. Nos casos em que a instalação física dos APs for realizada pela CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA:
 - G8.2.1. entregar todos os APs com firmware atual já instalado de fábrica ou pré-configurado;
 - G8.2.2. assegurar que os APs estejam prontos para integração imediata à infraestrutura, sem necessidade de atualização adicional pela CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- G8.3. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela troca de equipamentos, acessórios de rede e softwares, bem como pela correção de serviços entregues em caso de descumprimento das especificações, sem ônus à CONTRATANTE.
- G8.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar todas as licenças necessárias para utilização plena das funcionalidades dos equipamentos e softwares, observadas as métricas da Seção G3.

G9. Integração Lógica e Arquiteturas Compostas

- G9.1. As funcionalidades referentes à controladora em nuvem, plataforma de gerenciamento centralizado e NAC poderão ser implementadas por componentes lógicos distintos ou integrados, desde que atendam integralmente aos requisitos funcionais, de desempenho e de auditoria.
- G9.2. Será admitida a implementação de funcionalidades típicas de NAC, como autenticação 802.1X, associação dinâmica de VLANs, políticas de acesso, filtros de segurança e verificação de identidade, por meio da controladora, da plataforma de gerenciamento, ou de ambas em conjunto, conforme a arquitetura ofertada.
- G9.3. Em qualquer cenário, a métrica de licenciamento, a medição e o faturamento deverão seguir o disposto nas Seções G3 e G4, sem prejuízo de segurança, escalabilidade, rastreabilidade, gestão operacional e capacidade de auditoria dos quantitativos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

G10. Segurança e Criptografia Forte

G10.1. Para este Apenso, considera-se "criptografia forte" o uso de algoritmos e implementações que atendam aos padrões de segurança vigentes e sejam considerados computacionalmente seguros contra ataques conhecidos, implementados com bibliotecas consolidadas e auditadas, evitando implementações próprias ou algoritmos obsoletos.

G11. Classificação de Unidades para Execução dos Serviços

G11.1. As localidades indicadas neste Apenso abrangem as unidades do órgão gerenciador (TRT8) e do órgão participante (TRT9), conforme quantitativos previstos neste Termo de Referência.

G11.2. Para fins de serviços de site survey ativo, implantação de AP e implantação de cabeamento estruturado na Sede e fora da Sede, aplicar-se-á a seguinte classificação de unidades:

Classificação	Regional	Endereço
Sede	TRT8	Tv. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém - PA CEP: 66050-100
Fora da Sede	TRT8	Av. Cláudio Saunders, 677 - Estrada do Maguari - Centro - Ananindeua - PA CEP: 67033-010
		Rua Tocantins, s/ N°,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Classificação	Regional	Endereço
		Rod. Norte-Sul, Infraero - Macapá - AP CEP: 68906-058
		CSI - 31, Quadra 7, lote especial - Bairro Nova Marabá - Marabá - PA CEP: 68507-590
		Rua C, nº Lote 27, Quadra 32 - Parauapebas - PA CEP: 68515-000
		Av. São Sebastião, Nº 350 - Prainha - Santarém - PA CEP: 68005-105
Sede	TRT9	Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - Centro - Curitiba - PR - 80430-180
Sede (Anexo)	TRT9	Av. Vicente Machado, 400 - Centro - Curitiba - PR - 80420-010

G11.3. Para os serviços de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC), quando aplicável na modalidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

on-premise, bem como para o serviço de repasse de conhecimento, deverão ser observadas as seguintes diretrizes quanto ao local de execução:

- G11.3.1. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), os serviços deverão ser realizados na unidade classificada como Sede.
- G11.3.2. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), os serviços deverão ser realizados na unidade classificada como Sede (Anexo).

1. ACCESS POINT WI-FI 7 - TIPO 01

- 1.1. Este item não implica licenças adicionais, observando-se que o licenciamento por AP é tratado nos Itens 8 e 11, conforme Seção G3.
- 1.2. Possuir, no mínimo, uma interface 10/100/1000-BaseT Ethernet, auto-sensing, auto MDI/MDX, com conector RJ-45 e uma interface 100/1000/2500-BaseT Ethernet.
- 1.3. O equipamento deve possuir uma porta para administração local. A interface 10/100/1000-BaseT Ethernet mencionada no item anterior pode ser usada para este fim.
- 1.4. Deve comportar e atender efetivamente 250 (duzentos e cinquenta) usuários simultaneamente, garantindo desempenho operacional integral.
- 1.5. Ter a configuração mínima de cadeias de rádio (*radio chains*) e fluxos espaciais (*spatial streams*) de 2x2:2.
- 1.6. O equipamento deve operar nas três faixas de frequência disponíveis no padrão Wi-Fi 7 (2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz) sem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

a necessidade de custos adicionais para ativação dessas faixas, sendo exigida a operação simultânea em pelo menos duas dessas faixas, sendo vedada a oferta de dispositivos que não sejam compatíveis com todas as faixas especificadas no padrão Wi-Fi 7.

- 1.7. Deve possuir certificação/selo da Wi-Fi Alliance.
- 1.8. Deve possuir trava antifurto Kensington ou similar diretamente no chassi do equipamento, a ser fornecida juntamente com o equipamento.

2. ACCESS POINT WI-FI 7 - TIPO 02

- 2.1. Este item não implica licenças adicionais, observando-se que o licenciamento por AP é tratado nos Itens 8 e 11, conforme Seção G3.
- 2.2. Possuir, no mínimo, uma interface 10/100/1000-BaseT Ethernet, auto-sensing, auto MDI/MDX, com conector RJ-45 e uma interface 100/1000/2500/5000-BaseT Ethernet.
- 2.3. O equipamento deve possuir uma porta para administração local. A interface 10/100/1000-BaseT Ethernet mencionada no item anterior pode ser usada para este fim.
- 2.4. Deve comportar e atender efetivamente 500 (quinhentos) usuários simultaneamente, garantindo desempenho operacional integral.
- 2.5. Ter a configuração mínima de cadeias de rádio (*radio chains*) e fluxos espaciais (*spatial streams*) de 3x3:3.
- 2.6. O equipamento deve operar nas três faixas de frequência disponíveis no padrão Wi-Fi 7 (2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz) sem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

a necessidade de custos adicionais para ativação dessas faixas, sendo exigida a operação simultânea em pelo menos duas dessas faixas, sendo vedada a oferta de dispositivos que não sejam compatíveis com todas as faixas especificadas no padrão Wi-Fi 7.

- 2.7. Deve possuir certificação/selo da Wi-Fi Alliance.
- 2.8. Deve possuir trava antifurto Kensington ou similar diretamente no chassi do equipamento, a ser fornecida juntamente com o equipamento.

3. ACCESS POINT WI-FI 6E - TIPO 01

- 3.1. Este item não implica licenças adicionais, observando-se que o licenciamento por AP é tratado nos Itens 8 e 11, conforme Seção G3.
- 3.2. Possuir, no mínimo, duas interfaces 10/100/1000-BaseT Ethernet, auto-sensing, auto MDI/MDX, com conector RJ-45, podendo ser aceitas interfaces de modelo superior.
- 3.3. O equipamento deve possuir uma porta para administração local. Uma interface 10/100/1000-BaseT Ethernet mencionada no item anterior pode ser usada para este fim.
- 3.4. Deve comportar e atender efetivamente 250 (duzentos e cinquenta) usuários simultaneamente, garantindo desempenho operacional integral.
- 3.5. Ter a configuração mínima de cadeias de rádio (*radio chains*) e fluxos espaciais (*spatial streams*) de 2x2:2.
- 3.6. O equipamento deve operar nas três faixas de frequência disponíveis no padrão Wi-Fi 6E (2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

sem a necessidade de custos adicionais para ativação dessas faixas, sendo exigida a operação simultânea em pelo menos duas dessas faixas, sendo vedada a oferta de dispositivos que não sejam compatíveis com todas as faixas especificadas no padrão Wi-Fi 6E.

- 3.7. Deve possuir certificação/selo da Wi-Fi Alliance.
- 3.8. Deve possuir trava antifurto Kensington ou similar diretamente no chassi do equipamento, a ser fornecida juntamente com o equipamento.

4. ACCESS POINT WI-FI 6E - TIPO 02

- 4.1. Este item não implica licenças adicionais, observando-se que o licenciamento por AP é tratado nos Itens 8 e 11, conforme Seção G3.
- 4.2. Possuir, no mínimo, uma interface 10/100/1000-BaseT Ethernet, auto-sensing, auto MDI/MDX, com conector RJ-45 e uma interface 100/1000/2500-BaseT Ethernet.
- 4.3. O equipamento deve possuir uma porta para administração local. Uma interface 10/100/1000-BaseT Ethernet usuários mencionada no item anterior pode ser usada para este fim.
- 4.4. Deve comportar e atender efetivamente 250(duzentos e cinquenta) usuários simultaneamente, garantindo desempenho operacional integral.
- 4.5. Ter a configuração mínima de cadeias de rádio (*radio chains*) e fluxos espaciais (*spatial streams*) de 2x2:2.
- 4.6. O equipamento deve operar nas três faixas de frequência disponíveis no padrão Wi-Fi 6E (2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

sem a necessidade de custos adicionais para ativação dessas faixas, sendo exigida a operação simultânea em pelo menos duas dessas faixas, sendo vedada a oferta de dispositivos que não sejam compatíveis com todas as faixas especificadas no padrão Wi-Fi 6E.

- 4.7. Deve possuir certificação/selo da Wi-Fi Alliance.
- 4.8. Deve possuir trava antifurto Kensington ou similar diretamente no chassi do equipamento, a ser fornecida juntamente com o equipamento.

5. ACCESS POINT WI-FI 6 - TIPO 01

- 5.1. Este item não implica licenças adicionais, observando-se que o licenciamento por AP é tratado nos Itens 8 e 11, conforme Seção G3.
- 5.2. Possuir, no mínimo, duas interfaces 10/100/1000-BaseT Ethernet, auto-sensing, auto MDI/MDX, com conector RJ-45.
- 5.3. O equipamento deve possuir uma porta para administração local. A interface 10/100/1000-BaseT Ethernet mencionada no item anterior pode ser usada para este fim.
- 5.4. Deve comportar e atender efetivamente 250 (duzentos e cinquenta) usuários simultaneamente, garantindo desempenho operacional integral.
- 5.5. Ter a configuração mínima de cadeias de rádio (*radio chains*) e fluxos espaciais (*spatial streams*) de 2x2:2.
- 5.6. O equipamento deve operar com padrão Wi-Fi 6 ativo simultaneamente nas faixas de frequência disponíveis (2,4 GHz e 5 GHz), sem a necessidade de custos adicionais para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

ativação ou operação simultânea dessas faixas.

- 5.7. Deve possuir certificação/selo da Wi-Fi Alliance.
- 5.8. Deve possuir trava antifurto Kensington ou similar diretamente no chassi do equipamento, a ser fornecida juntamente com o equipamento.

6. ACCESS POINT WI-FI 6 - TIPO 02

- 6.1. Este item não implica licenças adicionais, observando-se que o licenciamento por AP é tratado nos Itens 8 e 11, conforme Seção G3.
- 6.2. Possuir, no mínimo, uma interface 10/100/1000-BaseT Ethernet, auto-sensing, auto MDI/MDX, com conector RJ-45 e uma interface 100/1000/2500-BaseT Ethernet.
- 6.3. O equipamento deve possuir uma porta para administração local. A interface 10/100/1000-BaseT Ethernet mencionada no item anterior pode ser usada para este fim.
- 6.4. Deve comportar e atender efetivamente 500 (quinhentos) usuários simultaneamente, garantindo desempenho operacional integral.
- 6.5. Ter a configuração mínima de cadeias de rádio (*radio chains*) e fluxos espaciais (*spatial streams*) de 2x2:2.
- 6.6. O equipamento deve operar com padrão Wi-Fi 6 ativo simultaneamente nas faixas de frequência disponíveis (2,4 GHz e 5 GHz), sem a necessidade de custos adicionais para ativação ou operação simultânea dessas faixas.
- 6.7. Deve possuir certificação/selo da Wi-Fi Alliance.
- 6.8. Deve possuir chip de segurança de hardware TPM (Trusted



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Platform Hardware).

- 6.9.** Deve possuir trava antifurto Kensington ou similar diretamente no chassi do equipamento, a ser fornecida juntamente com o equipamento.

7. INJETOR PoE

- 7.1.** Este item não implica licenças adicionais, observando-se que o licenciamento por AP é tratado nos Itens 8 e 11, conforme Seção G3.
- 7.2.** Injetor PoE (power injector) para alimentação de dispositivos PoE onde não há switch com esta tecnologia;
- 7.3.** Deve prover e entregar o fornecimento de energia capaz de alimentar os pontos de acesso deste processo com 100% de operação garantindo fornecimento de energia integral e ininterrupto;
- 7.4.** Deve acompanhar cabos e acessórios para o seu perfeito funcionamento;
- 7.5.** Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna que trabalhe em 100~240V, 50/60Hz, com detecção automática de tensão e frequência;
- 7.6.** Deve ser incluído cabo para conexão à rede elétrica no padrão brasileiro;
- 7.7.** Deve ser incluído cabo de rede CAT 6 para uso do injetor POE;
- 7.8.** Deverá possuir a potência elétrica necessária para alimentar o Access Point fornecido com o padrão IEEE 802.3bt (PoE++);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 7.9. O injetor deverá ser retrocompatível com dispositivos que operem sob os padrões IEEE 802.3af (PoE) e 802.3at (PoE+);
- 7.10. Deverá possuir indicador luminoso de ligado/desligado e status de operação;
- 7.11. Deverá possuir Ethernet Interface Input (DATA IN) 100M/1G/2.5G RJ45 female socket;
- 7.12. Deverá possuir Ethernet Interface Output (DATA & POWER OUT) 100M/1G/2.5G RJ45 female socket; e
- 7.13. Deve ser compatível com os pontos de acesso deste processo.
- 8. SERVIÇO DE SUBSCRIÇÃO DE CONTROLADORA WIRELESS EM NUVEM**
- 8.1. O licenciamento obedecerá às Seções G3 e G4, adotando-se a métrica por AP gerenciado, com subscrição de 60 meses e pagamento em parcela única (Seção G5). Mantém-se a exigência de contadores auditáveis para comprovação mensal de uso, fiscalização e apuração de SLA.
- 8.2. Solução de WLAN para gerenciamento e controle centralizado de pontos de acesso, suporte e licenciamento para, no mínimo, 512 (quinhentos e doze) APs.
- 8.3. A Solução deve ser provida por meio de uma plataforma em nuvem, sob modelo SaaS (*Software as Service*), responsável pelas seguintes funções na rede sem fio: administração, configuração e gerenciamento completo centralizado dos pontos de acesso Wi-Fi.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 8.4.** O licenciamento da controladora deverá obedecer às Seções G3 e G4, adotando-se a métrica por AP gerenciado, com subscrição de 60 (sessenta) meses, e medição/pagamento mensais conforme Seção G5.
- 8.4.1.** A console em nuvem deverá disponibilizar contadores auditáveis de APs gerenciados e relatórios exportáveis com data e hora de apuração, identificadores dos APs e estado de gerenciamento, para comprovação da medição e do faturamento.
- 8.4.2.** Métricas alternativas eventualmente nativas do fabricante poderão ser apresentadas exclusivamente para fins de equivalência e conversão, na forma da Seção G6, permanecendo a contratação, a medição e o pagamento na métrica por AP.
- 8.4.3.** A subscrição deverá manter direito de uso, suporte e atualizações por 60 meses a partir da data de ativação na CONTRATANTE.
- 8.5.** Acomodar e gerir adequadamente tantos APs quanto às licenças por AP contratadas permitirem, assegurando a funcionalidade completa da solução e a operação sem degradação de performance.
- 8.6.** A solução de gerenciamento deverá ser acessível através de navegador WEB padrão, com criptografia de tráfego SSL v1.2 ou outra equivalente.
- 8.7.** Todo acesso deverá ser controlado com autenticação de usuário em base própria e externa utilizando para isso Single-Sign-on através do protocolo SAML.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 8.8. Os privilégios de acesso deverão ser controlados através de RBAC (*Role Base Access Control*) permitindo derivar privilégios por usuário baseado em Roles para determinar quais níveis de acesso serão permitidos.
- 8.9. A controladora deve implementar e prover solução de DHCP relay e servidor DHCP, garantindo funcionalidade operacional completa para ambos os recursos.
- 8.10. Implementar e operar os protocolos IPv4 e IPv6 simultaneamente, garantindo funcionalidade operacional completa para ambos os protocolos.
- 8.11. Implementar e prover os protocolos NTP ou SNTP.
- 8.12. A controladora em nuvem deverá ser do mesmo fabricante dos pontos de acesso, a fim de garantir uma perfeita interoperabilidade.
- 8.13. A controladora deverá prover e executar autenticação de acesso via protocolo RADIUS ou Microsoft Active Directory ou LDAP, assegurando integração operacional efetiva com os sistemas de autenticação.
- 8.14. A controladora em nuvem deve ser capaz de gerenciar todos os APs disponíveis e conectados no ambiente da CONTRATANTE simultaneamente.
- 8.15. A controladora em nuvem deve prover e implementar a gerência e o licenciamento por AP para todos os pontos de acesso adquiridos, incluindo todas as licenças necessárias para o funcionamento integral do sistema.
- 8.16. A controladora deverá balancear automaticamente a carga de usuários através de múltiplos pontos de acesso, para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

melhorar o desempenho quando um volume grande de usuários estiver associado aos pontos de acesso.

8.17. A solução deve implementar e prover a gerência centralizada, a manutenção e distribuição das configurações dos *Access Points*, garantindo funcionalidade integral completa, incluindo as seguintes características:

- 8.17.1.** Deve implementar e prover o upgrade de softwares dos pontos de acesso Wi-Fi, assegurando capacidade efetiva de atualização centralizada e distribuição automática.
- 8.17.2.** Deve empregar criptografia de dados no canal de comunicação com os pontos de acesso Wi-Fi.
- 8.17.3.** Controlar a configuração dos pontos de acesso gerenciados e otimizar o desempenho e a cobertura da radiofrequência.
- 8.17.4.** Deve implementar agendamento automático de upgrades de firmware dos *Access Points* (APs).
- 8.17.5.** Implementar varredura de Rádio Frequência (RF) contínua ou sob demanda, com identificação de pontos de acesso ou clientes irregulares.
- 8.17.6.** Ajustar automaticamente a potência dos pontos de acesso adjacentes, na ocorrência de inoperância de um ponto de acesso, de modo a minimizar a falta de cobertura em área não assistida.
- 8.17.7.** Ajustar automaticamente os canais de modo a otimizar a cobertura de rede e mudar as condições



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

de RF baseado em performance.

- 8.17.8. Detectar interferência e ajustar parâmetros de RF, evitando problemas de cobertura e controle da propagação indesejada de RF.
- 8.17.9. Ajustar dinamicamente o nível de potência e canal de rádio dos pontos de acesso, de modo a otimizar o tamanho da célula de RF, garantindo a performance e escalabilidade.
- 8.17.10. Implementar, em conjunto com o ponto de acesso, QoS com suporte a WMM (*Wi-Fi Multimedia*).
- 8.17.11. Implementar o tunelamento do tráfego entre o controlador WLAN e os respectivos pontos de acesso gerenciados.
- 8.17.12. Deve possuir mecanismo que permita o rastreamento e a localização de clientes Wi-Fi, ou seja, sinalizar em qual *Access Point* o usuário está associado.
- 8.17.13. Prover e executar *roaming* com integridade de sessão, dando suporte a aplicações em tempo real, tais como, VoWLAN (*Voice over Wireless LAN*) e *streaming* de vídeo.
- 8.17.14. Deve implementar e disponibilizar a criação de múltiplas redes distintas e segregadas, mas administradas na mesma console, executando efetivamente a segmentação e agrupamento de *Access Points* que tenham objetivos comuns, garantindo organização operacional integral do ambiente de equipamentos administrados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 8.17.15.** Implementar associação dinâmica de usuário a VLAN, com base nos parâmetros de autenticação, podendo ser atendido em conjunto com a solução de plataforma de gerenciamento centralizado.
- 8.17.16.** Implementar e disponibilizar a criação de 128 VLANs simultâneas, garantindo funcionalidade operacional completa para todas as VLANs configuradas.
- 8.17.17.** Prover e executar a operação dos SSIDs em modo de tunelamento de tráfego remoto ou comutação de tráfego local, assegurando funcionalidade integral para ambos os modos operacionais.
- 8.17.18.** Implementar e entregar a capacidade de criação, divulgação e utilização de, no mínimo, 15 (quinze) SSIDs simultâneos em um único site.
- 8.17.19.** Deve disponibilizar pelo menos 03 (três) níveis de acesso à Console de Gerenciamento Web, sendo:
- 8.17.19.1. Administrador: acesso de leitura e escrita às configurações para o gerenciamento do sistema.
 - 8.17.19.2. Operador: acesso de apenas leitura às configurações para a monitoria, sem permissão para alterar configurações.
 - 8.17.19.3. Organizador de Visitantes: acesso e permissão exclusiva para criação de usuários temporários e visitantes para acesso a rede Wi-Fi.
- 8.17.20.** Deve implementar e disponibilizar a visualização de um conjunto de informações de análise dos Access Points que fazem parte da rede wireless, garantindo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

apresentação operacional efetiva das seguintes informações:

- 8.17.20.1. Relação dos *Access Points* conectados, disponibilizando no mínimo as informações de Nome, MAC Address, Modelo de equipamento e endereço IP.
- 8.17.20.2. Quantidade de dispositivos conectados em cada *Access Point*, volume de dados utilizado, tempo de disponibilidade e SSIDs.
- 8.17.21. Deve implementar e disponibilizar a criação de contas de usuários visitantes para acesso à rede Wi-Fi, garantindo funcionalidade operacional completa. Estes usuários devem ser efetivamente armazenados e gerenciados na solução em nuvem, assegurando persistência e sincronização automática dos dados.
- 8.17.22. Deve ser possível configurar data de expiração nas contas de usuários visitantes.
- 8.17.23. As funcionalidades dos itens podem ser atendidas pelo conjunto da solução, composto pela controladora em nuvem e/ou plataforma de gerenciamento.
- 8.17.24. Prover e executar a obtenção via SNMP de informações de utilização da CPU, memória e portas.
- 8.17.25. Implementar mecanismos para detecção, localização e bloqueio de pontos de acesso não autorizados (*rogues*).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

8.17.26. Deve implementar e disponibilizar a visualização de um conjunto de informações dos dispositivos conectados à rede *wireless*, garantindo apresentação operacional efetiva de pelo menos os dados abaixo especificados, podendo ser executado em integração funcional com a plataforma de gerenciamento centralizado:

- 8.17.26.1. Endereço IP, MAC Address, Hostname, Usuário.
- 8.17.26.2. Sistema Operacional do dispositivo utilizado.
- 8.17.26.3. Tempo de conexão.
- 8.17.26.4. Informação do SSID e Ponto de Acesso utilizados.
- 8.17.26.5. Gráficos ou Dados de utilização dos Usuários.

8.17.27. Deve permitir o estabelecimento de segmentos de rede virtuais, no âmbito do protocolo IEEE 802.11ax ou superior, para atendimento aos requisitos específicos de rede e priorização das seguintes aplicações:

- 8.17.27.1. Google Workspace;
- 8.17.27.2. Zoom;
- 8.17.27.3. Microsoft Office 365;
- 8.17.27.4. Dropbox;
- 8.17.27.5. Amazon Web Services / Cloudfront CDN;
- 8.17.27.6. GitHub;
- 8.17.27.7. Microsoft Teams;
- 8.17.27.8. Wi-Fi Calling (ALG);

8.17.28. Implementar os seguintes padrões:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 8.17.28.1. Padrão IEEE 802.11h
- 8.17.28.2. Padrão IEEE 802.1p.
- 8.17.28.3. Padrão IEEE 802.1q.
- 8.17.28.4. Padrão IEEE 802.1X
- 8.17.29.** Prover e executar autenticação IEEE 802.1X, assegurando capacidade de autenticação efetiva com pelo menos os seguintes métodos:
 - 8.17.29.1. EAP.
 - 8.17.29.2. EAP-TLS.
 - 8.17.29.3. EAP-TTLS/MSCHAPv2.
 - 8.17.29.4. EAP-PEAP/EAP-MSCHAPv2.
- 8.17.30.** Implementar os seguintes padrões de criptografia:
 - 8.17.30.1. WPA2-PSK / WPA2 802.1X.
 - 8.17.30.2. WPA3 SAE / WPA3 802.1X.
 - 8.17.30.3. AES-CCMP-128.
- 8.17.31.** A solução deverá implementar mecanismos de segurança baseados no protocolo TLS (*Transport Layer Security*), versão 1.2 ou superior, para proteger todas as comunicações administrativas, de gerenciamento, autenticação e monitoramento.
- 8.17.32.** A controladora de rede proposta deverá obrigatoriamente implementar e disponibilizar do recurso de Proteção de Quadros de Gerenciamento (*Protected Management Frames - PMF*), conforme definido no padrão IEEE 802.11w, para todos os pontos de acesso gerenciados, garantindo funcionalidade operacional completa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 8.17.32.1. Deverá ser possível configurar o PMF nos modos 'Optional' e 'Required', conforme as necessidades de segurança da rede, garantindo a proteção contra ataques de desautenticação e desassociação.
- 8.17.32.2. A controladora deverá oferecer mecanismos para monitorar o status de ativação do PMF em cada SSID e ponto de acesso, além de alertar para eventuais falhas ou incompatibilidades.
- 8.17.33. Implementar listas de controle de acesso, com base em endereços de origem e destino, redes de origem e destino e portas TCP e UDP de destino.
- 8.17.34. Implementar filtros de acesso baseados em protocolos e em endereços MAC.
- 8.17.35. Implementar filtros de acesso baseados em protocolos e em endereços IP.
- 8.17.36. Conter mecanismos de *Wireless Intrusion Protection* (WIPS).
- 8.17.37. Possuir capacidade de detectar simulação (*spoofing*) de endereços MAC de pontos de acesso do sistema.
- 8.17.38. Implementar e prover a autenticação com geração dinâmica de chaves criptográficas por sessão e por usuário.
- 8.17.39. Implementar e prover gerenciamento seguro via SSHv2.
- 8.17.40. Deve implementar e disponibilizar sistema de logs para armazenamento em servidor externo. Os logs



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

devem ser guardados por um período de no mínimo 01 (um) ano em servidor a ser fornecido pela CONTRATANTE.

8.17.41. Deve efetuar *backups* automáticos das configurações e arquivos.

8.17.42. Deve implementar ferramentas de *troubleshooting* para análise de falhas nas conexões de clientes ou dispositivos com dificuldade de se conectarem à rede Wi-Fi.

8.17.43. A solução deve ser capaz de monitorar o desempenho da rede *wireless*, consolidando informações de cada ponto de acesso, pelo menos nos seguintes itens:

8.17.43.1. Tempo de conexão;

8.17.43.2. MAC Address;

8.17.43.3. Endereço IP;

8.17.43.4. Quantidade de clientes conectados.

8.18. Todos os itens relativos à comprovação de funcionalidades de WLAN podem ser comprovados pelos pontos de acesso ou pela solução de WLAN em nuvem ou pela plataforma de gerenciamento centralizado.

8.19. A solução de Controladora Wireless em Nuvem deverá estar plenamente aderente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), devendo garantir:

8.19.1. Que o tratamento de dados pessoais realizado por meio da solução seja limitado às finalidades legítimas e específicas de segurança e gestão da rede sem fio, respeitando os princípios da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

necessidade, adequação e minimização de dados.

- 8.19.2.** Que a CONTRATADA, na qualidade de operadora de dados pessoais, adote medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, conforme previsto no art. 46 da LGPD.
- 8.19.3.** Que eventuais suboperadores ou fornecedores de serviços em nuvem envolvidos na execução contratual sejam igualmente aderentes à LGPD e às boas práticas e governança em proteção de dados.
- 8.19.4.** Que, na hipótese de transferência internacional de dados, sejam observadas as exigências dos arts. 33 e 34 da LGPD, mediante a adoção de garantias adequadas de proteção.
- 8.19.5.** Que a solução permita a gestão da retenção e eliminação segura dos dados pessoais coletados e tratados, conforme as finalidades legítimas e os prazos legais aplicáveis.
- 8.19.6.** Que a solução possibilite a execução de ações necessárias para o atendimento aos direitos dos titulares previstos no art. 18 da LGPD, como acesso, correção, anonimização e eliminação de dados pessoais.
- 8.19.7.** Finalidade do tratamento (controladora): Os dados pessoais e registros gerados/armazenados pela controladora serão tratados exclusivamente para:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- (i) gerenciar a infraestrutura Wi-Fi (administração, configuração, monitoramento e segurança); (ii) suportar a autenticação e o acesso realizados pelo NAC; e (iii) manter registros de auditoria e segurança.
- 8.19.8.** Dados mínimos: Limitar-se aos identificadores técnicos necessários (p.ex., MAC, IP, SSID, AP associado, horário de associação/roaming, resultados de eventos); é vedada a coleta de conteúdo de comunicações.
- 8.19.9.** Localidade e transferência internacional: A CONTRATADA deverá informar a localidade primária de processamento/armazenamento dos dados da controladora; havendo transferência internacional, deverão ser observadas as exigências da LGPD (arts. 33-34), com indicação das salvaguardas adotadas.
- 8.19.10.** Retenção e eliminação: Registros operacionais e de acesso deverão observar prazos legais e as necessidades do serviço; salvo norma mais estrita, manter por no mínimo 12 (doze) meses e eliminar/anonimizar ao término da finalidade, com política configurável.
- 8.19.11.** Operadores/suboperadores: Terceiros eventualmente envolvidos no processamento para execução deste contrato devem cumprir a LGPD e as obrigações aqui previstas, permanecendo a CONTRATADA responsável perante a CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

8.19.12. Exportação e auditoria. A solução deverá permitir exportação de relatórios e registros para fins de fiscalização e atendimento a solicitações legais, preservando a integridade e a rastreabilidade.

9. Licença de uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizada (NAC) – por instância

9.1. Aplicam-se integralmente a este item as Seções G3 (Métricas de Licenciamento) e G4 (Definições e Regras de Contagem) deste Apenso. A medição e o pagamento observarão a Seção G5.

9.2. Caso a solução seja entregue em plataforma virtualizada, a aplicação deverá ser fornecida como Virtual Appliance a ser instalado nos recursos disponibilizados pela CONTRATANTE, devendo ser compatível, no mínimo, com o seguinte ambiente de virtualização:

9.2.1. VmWare ESXi 7 ou superior;

9.2.2. Alternativamente, a solução deverá permitir implantação como instância virtual na nuvem Amazon Web Services (AWS).

9.3. Considerando que, conforme a arquitetura de determinadas soluções de mercado, a Controladora *Wireless* e a Plataforma de Gerenciamento Centralizado (NAC) podem estar integradas em um único componente lógico ou funcional, a CONTRATANTE aceita e autoriza a oferta de soluções nas quais essas funções sejam desempenhadas por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

uma mesma aplicação ou serviço, desde que sejam integralmente atendidas todas as funcionalidades exigidas neste Termo de Referência.

- 9.4.** Métrica de licenciamento (plataforma): a licença base da Plataforma de Gerenciamento Centralizada (NAC) é por instância ativa, conforme definido na Seção G4. As licenças de acesso por dispositivos não fazem parte desta métrica e são tratadas no Item 10.
- 9.5.** Medição mensal: Considerará a quantidade de instâncias ativas no mês de referência, com evidência por ID de instância e relatório emitido pelo sistema do fabricante, sem geração de faturamento recorrente.
- 9.6.** Vigência e pagamento: A licença por instância terá vigência de 60 meses, com pagamento em parcela única (Seção G5), assegurando direito de uso, suporte e atualizações durante o período.
- 9.7.** Escopo da plataforma (visão geral): A plataforma deverá conter, de forma integrada ou complementar, funcionalidades de Controle de Acesso à Rede (NAC), permitindo autenticação robusta de usuários e dispositivos, verificação de identidade via IEEE 802.1X, políticas de acesso baseadas em perfil e associação dinâmica a VLANs.
- 9.8.** Requisitos funcionais de atendimento obrigatório da Plataforma NAC:
- 9.8.1.** Modos de autenticação: suporte a diversos modos de autenticação, como usuário/senha, certificado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

digital, captive portal (com suporte à plataforma Gov.BR) e rede social, incluindo autenticação multifator.

- 9.8.1.1. Deve suportar autenticação via OAuth2, Office365 e Google Apps.
- 9.8.2.** Relatórios: geração de relatórios personalizados para análise do uso da rede e identificação de tendências.
- 9.8.3.** Capacidade de expansão: solução dimensionada para expansão futura, assegurando escalabilidade operacional.
- 9.8.4.** BYOD e visitantes: suporte a política de BYOD, autenticação segura de dispositivos pessoais e gestão de visitantes via captive portal com autenticação customizável.
- 9.8.5.** Deve suportar a coleta de informações, para classificação, usando no mínimo DHCP, HTTP User-Agent, MAC OUI, SNMP, Subnet Scanner, MDM e TCP Fingerprinting.
- 9.8.6.** Deve suportar no mínimo os seguintes métodos de autenticação:
- 9.8.6.1. PEAP (EAP-MSCHAPv2, EAP-GTC, EAP-TLS, EAP-PEAP-Public, EAP-PWD);
- 9.8.6.2. TTLS (EAP-MSCHAPv2, EAP-GTC, EAP-TLS, EAP-MD5, PAP, CHAP);
- 9.8.6.3. EAP-TLS;
- 9.8.6.4. PAP, CHAP e MSCHAPv2 para integração com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

servidores RADIUS legados;

9.8.6.5. WEB Authentication;

9.8.6.6. Autenticação Web (*captive portal*).

9.8.7. Deve suportar as seguintes fontes de autenticação:

9.8.7.1. Microsoft Active Directory;

9.8.7.2. LDAP-compliant directory;

9.8.7.3. ODBC-compliant SQL server;

9.8.7.4. Token servers;

9.8.7.5. Base SQL interna;

9.8.7.6. Radius;

9.8.7.7. Microsoft Azure Active Directory;

9.8.7.8. Google G Suite;

9.8.7.9. Lista estática de endereços MAC;

9.8.8. Proteção e LGPD (síntese): proteção contra acessos não autorizados, incidentes de segurança e vazamentos de dados pessoais, em conformidade com a LGPD (art. 46).

9.8.9. Integração RADIUS/AD/LDAP: integração com RADIUS (métodos EAP acima), Microsoft Active Directory ou base própria.

9.8.10. Deve suportar a integração nativa com soluções de MDM de mercado, com no mínimo os seguintes fabricantes:

9.8.10.1. Airwatch;

9.8.10.2. JAMF;

9.8.10.3. MobileIron;

9.8.10.4. SAP Afaria;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 9.8.10.5. SOTI;
- 9.8.11.** VLAN dinâmica: associação dinâmica de usuário a VLAN, com base nos parâmetros de autenticação.
- 9.8.12.** Captive Portal: autenticação via captive portal, compatível com RADIUS para hotspot, fornecido pela CONTRATADA.
- 9.8.13.** Fluxo de autenticação via portal: conexão → redirecionamento → coleta → POST → chamada RADIUS → resposta → liberação.
- 9.8.14.** Compatibilidade com portal externo: direcionamento a URL externa passando MAC do cliente, IP do cliente, MAC do AP e URL de autenticação; regras de pré-autenticação para liberar acesso ao portal e sites necessários.
- 9.8.15.** Requisitos LGPD no portal: personalização com termos de uso e privacidade, consentimento quando aplicável (art. 8º), minimização de dados, retenção/eliminação e direitos dos titulares (art. 18), inclusive em transferência internacional (arts. 33 e 34).
- 9.8.16.** Atributos RADIUS na autenticação: envio e tratamento de User-Name, User-Password, Calling-Station-Id, além de Session-Timeout e Filter-Id.
- 9.8.17.** Accounting RADIUS: envio periódico e ao término da conexão dos dados de accounting.
- 9.8.18.** Administração segura: autenticação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

administradores; administração centralizada e integrada com a WLAN.

9.8.19. Autorização por perfil: tempo de sessão, banda por SSID e por terminal.

9.8.20. Filtros L2-L4: suporte a filtros de acesso por endereço MAC (L2), endereços e redes IP (L3) e portas e protocolos (L4), aplicáveis a critérios de origem e destino.

9.8.21. Relatórios exportáveis: PDF e CSV ou XLS.

9.8.22. Logs e rastreabilidade: associação usuário-dispositivo-IP-período; gestão e proteção dos logs conforme LGPD (integridade, rastreabilidade, atendimento a titulares).

9.8.23. QoS e multimídia: voz e dados no mesmo SSID; IEEE 802.11e/WMM; IEEE 802.1p; controle de banda por usuário/perfil/SSID; roaming com continuidade de sessão.

9.8.24. Segurança e Criptografia:

9.8.24.1. Todas as comunicações administrativas, de gerenciamento, autenticação e monitoramento devem ser protegidas com TLS 1.2 ou superior; os dados pessoais e registros gerados pela plataforma devem ser protegidos por criptografia forte, nos termos da definição do G10, e por controles de acesso e segregação por instância.

9.8.24.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados e incidentes (destruição, perda, alteração, comunicação), em conformidade com o art. 46 da LGPD.

9.8.24.3. Deverão estar disponíveis trilhas de auditoria e mecanismos de exportação de registros, para fins de fiscalização e atendimento a solicitações legais.

9.9. Tratamento de Dados Pessoais (LGPD):

9.9.1. Finalidade (objetivo do tratamento): a plataforma tratará dados pessoais exclusivamente para gerenciar o acesso à rede sem fio, autenticar usuários/dispositivos (802.1X/captive portal), aplicar políticas de acesso e manter registros de segurança e auditoria, observando os princípios de finalidade, adequação e necessidade (art. 6º, I-III, NACLGPD).

9.9.2. Bases legais (Administração Pública): o tratamento será realizado para execução de competências legais e prestação do serviço público, e/ou cumprimento de obrigação legal/regulatória, nos termos do art. 23 (Poder Público) e do art. 7º, II da LGPD.

9.9.3. Dados tratados (mínimos necessários): identificadores de autenticação (p.ex., usuário, atributos 802.1X), identificadores técnicos (MAC, IP, SSID, AP), horários de conexão e resultados de autenticação; é vedada a coleta de conteúdo de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

comunicações. (Princípio da necessidade - art. 6º, III.)

- 9.9.4.** Transparência e direitos dos titulares: a solução deverá permitir à CONTRATANTE fornecer informações claras sobre o tratamento e atender às solicitações previstas no art. 18 (confirmação de tratamento, acesso, correção, anonimização/bloqueio/eliminação de dados desnecessários, portabilidade, informação sobre compartilhamentos, revogação de consentimento quando aplicável).
- 9.9.5.** Localidade e transferência internacional: a CONTRATADA deverá informar a localidade primária de armazenamento/processamento dos dados. Havendo transferência internacional, deverão ser observados os arts. 33 e 34 (p.ex., adequação do país, cláusulas contratuais padrão, normas corporativas globais), com indicação das salvaguardas adotadas.
- 9.9.6.** Compartilhamento com operadores/suboperadores: quaisquer terceiros envolvidos no tratamento para execução deste contrato devem cumprir a LGPD e as obrigações aqui previstas, permanecendo a CONTRATADA responsável perante a CONTRATANTE.
- 9.9.7.** Retenção e eliminação: os registros de autenticação e acesso deverão observar os prazos legais e as necessidades do serviço; salvo norma mais estrita, manter por no mínimo 12 (doze) meses e eliminar/anonimizar ao término da finalidade, com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

política configurável. (Princípios de necessidade e prevenção - art. 6º.).

10. Licença para Controle de Acesso dos usuários do NAC – Pacotes de 500 dispositivos

- 10.1.** Aplicam-se integralmente a este item as Seções G3 (Métricas de Licenciamento) e G4 (Definições e Regras de Contagem) deste Apenso. A medição e o pagamento observarão a Seção G5.
- 10.2.** Métrica e unidade: pacotes de 500 dispositivos (dispositivos gerenciados, conforme G4).
- 10.3.** Contagem mensal: considerar o total de dispositivos gerenciados no mês de referência, aplicando teto ao quociente dispositivos/500 para apuração dos pacotes faturáveis, limitada à CCM deste item (Seção G5).
- 10.4.** Contadores auditáveis: a plataforma deverá disponibilizar contadores auditáveis de dispositivos gerenciados e relatórios exportáveis (data/hora de apuração e identificação dos dispositivos) para comprovação de medição e faturamento.
- 10.5.** Elegibilidade e agregação:
- 10.5.1.** Identidade única: múltiplas interfaces/MAC do mesmo hardware contam uma única vez, desde que agregadas sob a mesma identidade no NAC.
- 10.5.2.** BYOD/temporários: contam no mês em que se autenticarem e forem gerenciados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 10.5.3.** Infraestrutura: APs, controladoras, switches e roteadores não são contabilizados como dispositivos para fins de licenciamento do NAC.
- 10.6.** Base contratual: métricas alternativas (ex.: "usuários simultaneamente autenticados") não serão utilizadas para contratação, medição ou pagamento deste item; quando nativas do fabricante, poderão ser informadas exclusivamente para equivalência e conversão, na forma da Seção G6.
- 10.7.** Planilha de preços
- 10.7.1.** Entrada – informar o total de dispositivos gerenciados no mês de referência, conforme os contadores auditáveis (contagem única por identidade no NAC).
- 10.7.2.** Cálculo – a planilha apurará automaticamente a quantidade de pacotes, dividindo o total de dispositivos por 500 e arredondando o resultado para cima (regra do teto). A adoção de blocos de 500 é uma padronização definida neste TR – não necessariamente o formato nativo de todos os fabricantes – para garantir comparabilidade entre propostas, auditoria simples e previsibilidade orçamentária. Como as ofertas podem variar (por usuário, por dispositivo, por AP etc.), determina-se a conversão para este formato (conforme Seção G6). O arredondamento para cima também provê folga operacional (absorção de picos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

de BYOD, entradas/saídas e substituições) e ajuda a evitar interrupções de autenticação. Ex.: 501 dispositivos = 2 pacotes.

- 10.7.3.** Saída – a planilha apresentará a quantidade de pacotes e o valor total, obtido pela multiplicação do número de pacotes pelo preço unitário do pacote de 500 dispositivos.
- 10.7.4.** Validação – não se admitem frações de pacote para contratação ou faturamento; diferenças entre a planilha e os contadores auditáveis devem ser justificadas e poderão ser glosadas.
- 10.8.** Integração/arquiteturas compostas: quando a funcionalidade de NAC estiver integrada à controladora ou à plataforma, permanece inalterada a métrica deste item (pacotes de 500 dispositivos), bem como a medição e o pagamento aqui definidos.
- 10.9.** A subscrição terá vigência de 60 meses, com pagamento em parcela única (Seção G5). Aplicam-se arredondamento por teto, contadores auditáveis e vedação de frações, conforme Seções G3 e G5.
- 10.10.** Aplicam-se ao presente item as exigências de segurança e proteção de dados previstas no Item 9 e nas Seções G, sem prejuízo das demais disposições deste Apenso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

11. MÓDULO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ASSISTIDAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- 11.1.** Deverá ser fornecido um módulo de Operação e Manutenção Assistido por Inteligência Artificial, incorporando à solução o conceito de AIOps (*Artificial Intelligence for IT Operations*).
- 11.2.** O módulo poderá ser integrado à Plataforma de Gerenciamento Centralizado ou disponibilizado como subscrição independente no modelo SaaS (*Software as a Service*), conforme a arquitetura da solução ofertada pelo fabricante.
- 11.3.** Licenciamento, vigência e métrica: Observa as Seções G3 e G4, com subscrição de 60 meses e pagamento em parcela única (Seção G5), adotando-se a licença por AP assistido. O preço unitário deverá ser compatível com o nível aplicável a APs Wi-Fi 7 (IEEE 802.11be).
- 11.3.1.** A console deverá disponibilizar contadores auditáveis de APs assistidos e relatórios exportáveis para comprovação mensal, gestão de CCM e apuração de SLA, sem faturamento mensal.
- 11.3.2.** Equivalência de métricas: Métricas alternativas eventualmente nativas do fabricante poderão ser informadas exclusivamente para equivalência e conversão, nos termos da Seção G6, permanecendo a contratação e o pagamento na métrica por AP assistido.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 11.3.3.** Integração e arquitetura composta: Quando o módulo estiver integrado à plataforma de gerenciamento e/ou à controladora, permanece inalterada a métrica por AP assistido, bem como a medição e o pagamento aqui definidos.
- 11.4.** O módulo será responsável por automatizar, otimizar e prever operações e manutenção da infraestrutura de rede sem fio, mediante o uso de algoritmos avançados de *machine learning* e Inteligência Artificial.
- 11.5.** O módulo deverá ser compatível e totalmente integrado com a plataforma de gerenciamento e com a controladora de rede sem fio, utilizando dados coletados dos dispositivos de rede, agentes ou sensores integrados.
- 11.6.** Serão exigidas como funcionalidades mínimas:
- 11.6.1.** Análise Preditiva: Capacidade de identificar padrões de comportamento na rede e prever falhas ou degradações de desempenho, indicando ações preventivas recomendadas.
- 11.6.2.** Diagnóstico Automatizado: Detecção automática de anomalias e incidentes na infraestrutura da rede, incluindo interferências de rádio, falhas de autenticação, sobrecarga de pontos de acesso e falhas de cobertura.
- 11.6.3.** Recomendações Inteligentes: Emissão de alertas e recomendações baseadas em inteligência artificial, com base em dados coletados de dispositivos de rede, sensores ou agentes integrados, visando apoiar ações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

de ajuste em parâmetros de configuração e desempenho de rede.

- 11.6.4.** Automação de Correções: Suporte à geração de recomendações baseadas em inteligência artificial, com possibilidade de encaminhamento automatizado para sistemas de gerenciamento e/ou validação administrativa, com o objetivo de apoiar a correção proativa de falhas e a otimização contínua da rede.
- 11.6.5.** Análise de Experiência do Usuário: Monitoramento e avaliação contínua da qualidade da experiência dos usuários finais (*User Experience - UX*), mediante métricas como latência, perda de pacotes, *throughput*, tempo de associação e *roaming*.
- 11.6.6.** Geração de Relatórios Analíticos: Produção automática de relatórios periódicos sobre a saúde da rede, efetividade das intervenções automatizadas e tendências de utilização.
- 11.6.7.** *Machine Learning* Contínuo: Capacidade de aprendizagem contínua com base nos dados históricos da rede, refinando os modelos preditivos e aprimorando as recomendações ao longo do tempo.
- 11.6.8.** *Dashboard* Inteligente: Disponibilização de interface gráfica com painel centralizado de visualização das recomendações, status das ações automatizadas, anomalias detectadas e previsões de falhas.

- 11.7.** O módulo deverá permitir a integração segura com a plataforma de gerenciamento centralizado e/ou com a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

controladora de rede, utilizando os dados coletados por sensores, agentes ou pela infraestrutura de rede, de forma a ampliar a visibilidade da experiência do usuário e apoiar a gestão proativa da rede sem fio.

11.8. O módulo deverá ser plenamente integrado com a plataforma de gerenciamento centralizado e a controladora de rede, utilizando de forma segura os dados coletados pela infraestrutura.

11.9. O módulo poderá ser disponibilizado:

11.9.1. Como funcionalidade nativa da plataforma;

11.9.2. Como serviço adicional no modelo SaaS;

11.9.3. Ou, excepcionalmente, quando estritamente requerido e devidamente justificado pelo fabricante, com hardware dedicado adicional, sem alterar a métrica por AP assistido, sem criar instâncias adicionais, sem transferir obrigações de hospedagem à CONTRATANTE e sem impacto na CCM sem prévio aditivo. Todo hardware eventual deverá estar incluído na proposta, com garantia, suporte e evidências de aceite.

11.10. Segurança e Tratamento de Dados:

11.10.1. Comunicações administrativas, de gerenciamento, autenticação e monitoramento devem utilizar TLS 1.2 ou superior; dados e registros gerados pelo módulo AIOps devem ser protegidos por criptografia forte (conforme definição da Seção G10), com controles de acesso e segregação por instância.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 11.10.2.** Finalidade e dados mínimos: o AIOps tratará dados estritamente necessários para análise/otimização operacional da WLAN (por exemplo: identificadores técnicos do AP/SSID, métricas de desempenho, eventos e resultados de autenticação recebidos do NAC/controladora), vedada a coleta de conteúdo de comunicações.
- 11.10.3.** Localidade e transferência internacional: a CONTRATADA deverá informar a localidade primária de processamento/armazenamento dos dados do AIOps; havendo transferência internacional, deverão ser observadas as exigências da LGPD (arts. 33 e 34), com indicação das salvaguardas adotadas.
- 11.10.4.** Retenção e eliminação: registros operacionais do AIOps deverão observar prazos legais e as necessidades do serviço; salvo norma mais estrita, manter por no mínimo 12 (doze) meses e eliminar/anonimizar ao término da finalidade, com política configurável.
- 11.10.5.** Operadores/suboperadores: terceiros eventualmente envolvidos no tratamento para execução deste contrato devem cumprir a LGPD e as obrigações aqui previstas, permanecendo a CONTRATADA responsável perante a CONTRATANTE.
- 11.10.6.** Exportação e auditoria: o módulo deverá permitir exportação de relatórios e registros para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

fiscalização e atendimento a solicitações legais, preservando integridade e rastreabilidade.

- 11.11. A subscrição do módulo terá vigência de 60 (sessenta) meses, com pagamento mensal e inclusão de suporte, atualizações e acesso contínuo às funcionalidades assistidas por Inteligência Artificial, nos termos das Seções G3 a G5.

12. **LICENÇA DE VERIFICAÇÃO DE POSTURA DE *ENDPOINTS* (*POSTURE ASSESSMENT*)**

- 12.1. Este item refere-se à contratação opcional de licenças de software para ativação da funcionalidade de verificação de postura de *endpoints* na rede sem fio institucional, como parte complementar da solução de Controle de Acesso à Rede (NAC). Aplicam-se integralmente a este item as Seções G3 (Métricas de Licenciamento) e G4 (Definições e Regras de Contagem), com medição e pagamento mensais conforme a Seção G5.

- 12.2. Métrica, vigência e base contratual:

- 12.2.1. Métrica e unidade: pacotes de 500 *endpoints* (*endpoints* avaliados, conforme G4).
- 12.2.2. Vigência: 60 (sessenta) meses a partir da ativação, com direito de uso, suporte e atualizações durante todo o período.
- 12.2.3. Comprovação mensal: Considerará o total de *endpoints* efetivamente avaliados no mês; aplica-se o teto ao



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

quociente "endpoints/500" para gestão de capacidade e auditoria, sem faturamento recorrente.

12.2.4. Limite contratado: A CCM de pacotes definida no instrumento convocatório/contrato é limite de capacidade. Acréscimos dependem de termo aditivo.

12.2.5. Equivalência: Métricas alternativas eventualmente nativas do fabricante poderão ser informadas exclusivamente para equivalência e conversão (Seção G6), sem alterar a métrica contratual por pacotes de 500 *endpoints*.

12.2.6. Integração/arquiteturas compostas: quando a verificação de postura estiver integrada ao NAC e/ou à controladora, permanece inalterada a métrica deste item (pacotes de 500 *endpoints*), bem como a medição e o pagamento aqui definidos.

12.3. Escopo da verificação de postura: a solução deverá permitir a aplicação de políticas de conformidade aos *endpoints* que acessarem a rede, avaliados por agente, agente dissolvível (agente temporário, executado sob demanda, sem instalação persistente) ou integração MDM/EDR (integração com plataforma de gestão de dispositivos móveis e solução de detecção e resposta em *endpoints*, via APIs de conformidade), incluindo critérios como:

12.3.1. Tipo e versão do sistema operacional;

12.3.2. Presença e atualização de antivírus;

12.3.3. Aplicação de atualizações de segurança críticas;

12.3.4. Ativação de firewall local;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 12.3.5.** Instalação de software institucional ou agente de gerenciamento, quando aplicável.
- 12.4.** Endpoints não conformes deverão ser automaticamente:
- 12.4.1.** Bloqueados;
 - 12.4.2.** Isolados em VLAN de quarentena; ou
 - 12.4.3.** Reencaminhados para fluxos de correção, conforme políticas configuráveis.
- 12.5.** Integração: a verificação de postura deverá estar plenamente integrada ao NAC e à controladora *wireless*, permitindo aplicação automatizada de políticas com base na conformidade do *endpoint* e no perfil de acesso, sem necessidade de plataformas externas ou ações manuais, seguindo os princípios de Confiança Zero (ZTNA), com autenticação contínua, verificação de contexto e aplicação dinâmica de políticas.
- 12.6.** Proteção de dados (LGPD): A coleta, o tratamento e o armazenamento de dados relativos à verificação de postura deverão observar a Lei nº 13.709/2018, limitando-se ao mínimo necessário para a execução da política de acesso, com base na finalidade pública e no cumprimento de competências legais/regulatórias da Administração. A CONTRATADA deverá garantir medidas de segurança da informação, anonimização quando cabível e controle de acesso aos dados, além de registros e relatórios que permitam auditoria; aplica-se, no que couber, o disposto no Item 9.1.9 (localidade/transferência internacional,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

retenção/eliminação e atendimento a direitos dos titulares).

- 12.7.** Contadores e relatórios: a console em nuvem deverá disponibilizar contadores auditáveis de *endpoints* avaliados e relatórios exportáveis (data/hora de apuração e identificação/estado de avaliação) para comprovação de medição e faturamento.
- 12.8.** Planilha de preços – aba do Item 11:
- 12.8.1.** Entrada – informar o total de *endpoints* efetivamente avaliados no mês de referência, conforme os contadores auditáveis (contagem única por *endpoint*).
 - 12.8.2.** Cálculo – a planilha apurará automaticamente a quantidade de pacotes, dividindo o total de *endpoints* por 500 e arredondando para cima (regra do teto). A adoção de blocos de 500 é padronização deste TR, para garantir comparabilidade entre propostas, auditoria simples e previsibilidade orçamentária; como as ofertas podem variar, determina-se a conversão (Seção G6). O arredondamento também provê folga operacional (picos de BYOD, entradas/saídas, substituições) e evita interrupções de avaliação. Ex.: 501 *endpoints* = 2 pacotes.
 - 12.8.3.** Saída – a planilha apresentará a quantidade de pacotes e o valor total, obtido pela multiplicação do número de pacotes pelo preço unitário do pacote de 500 *endpoints*.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 12.8.4.** Validação – frações de pacote não são faturáveis; diferenças entre a planilha e os contadores auditáveis devem ser justificadas e deverão ser sanadas por ajuste técnico/contratual, podendo fundamentar termo aditivo e medidas de fiscalização, não havendo glosa financeira mensal nas subscrições.
- 12.8.5.** Limite contratual – o resultado do cálculo será limitado à CCM (Capacidade Contratada Máxima) do contrato, nos termos da Seção G5. Alterações na capacidade dependerão de termo aditivo.

13. SERVIÇOS DE *SITE SURVEY* PREDITIVO ATÉ 500 m²

- 13.1.** O serviço de *site survey* preditivo até 500 m² será contratado por unidade de área, considerando que cada unidade corresponde à análise técnica de até 500 m² (quinhentos metros quadrados) de área construída da localidade.
- 13.2.** Este item aplica-se exclusivamente às localidades cuja área total construída seja igual ou inferior a 500 m².
- 13.3.** O serviço será realizado com base em plantas arquitetônicas e simulações computacionais, visando estimar a quantidade, posicionamento e configuração dos pontos de acesso (APs).
- 13.4.** Para cada localidade atendida, deverá ser entregue um relatório técnico único, contendo mapas de calor, posicionamento estimado de APs e recomendações técnicas, acompanhado do respectivo projeto executivo da rede Wi-Fi.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 13.5.** O projeto executivo deverá conter, no mínimo:
- 13.5.1.** Quantidade, modelo e especificações técnicas dos pontos de acesso necessários;
 - 13.5.2.** Layout detalhado com a disposição dos equipamentos;
 - 13.5.3.** Especificações das configurações recomendadas, visando à otimização do uso do espectro de radiofrequência;
 - 13.5.4.** Parâmetros técnicos para maximização da capacidade e dos recursos da controladora e da plataforma de gerenciamento centralizado;
 - 13.5.5.** Planta baixa com indicação das áreas de cobertura, sobreposição de sinais e eventuais zonas de sombra.
- 13.6.** O serviço de *site survey* preditivo poderá ser executado por empresa parceira da CONTRATADA, permanecendo integralmente com a CONTRATADA a responsabilidade técnica e contratual pela qualidade, conformidade e entrega do serviço.
- 13.7.** As tratativas técnicas com a equipe do CONTRATANTE deverão ser realizadas diretamente pela CONTRATADA.
- 13.8.** A CONTRATANTE ficará responsável pelo fornecimento das plantas e mapas disponíveis para a realização do *site survey* preditivo.
- 13.9.** Caso a localidade não possua planta, mapa ou desenho técnico, a CONTRATADA deverá realizar o mapeamento preditivo por meio de software especializado de *survey* virtual.
- 13.10.** A medição do serviço será realizada com base na área total construída da localidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

14. SERVIÇO DE SITE SURVEY PREDITIVO ACIMA DE 500 m²

- 14.1.** O serviço de site survey preditivo acima de 500 m² será contratado por unidade de área, considerando que cada unidade corresponde a até 500 m² (quinhentos metros quadrados) da área total construída da localidade..
- 14.2.** Este item aplica-se às localidades cuja área total construída seja superior a 500 m².
- 14.3.** A quantidade de unidades a ser contratada corresponderá ao resultado da divisão da área total construída da localidade por 500 m², com arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.
- 14.4.** A cobertura do estudo deverá abranger integralmente toda a área da localidade.
- 14.5.** Para cada localidade, deverá ser entregue relatório técnico único, contemplando integralmente toda a área analisada, observado o conteúdo mínimo previsto no Item 13.5.
- 14.6.** A medição do serviço será realizada com base no cálculo previsto no subitem 14.3, não havendo fracionamento de relatório por módulo de área.
- 14.7.** Aplicam-se a este item as disposições relativas à responsabilidade técnica da CONTRATADA previstas no subitem 13.6.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

15. SERVIÇO DE *SITE SURVEY* ATIVO NA SEDE

- 15.1.** O *site survey* ativo constitui procedimento técnico de análise do ambiente de rede sem fio, realizado *in loco*, que envolve a instalação temporária e operação de pontos de acesso (APs) ou equipamentos de teste para medir o desempenho real da rede Wi-Fi em condições operacionais, com base no projeto executivo elaborado a partir do *site survey* preditivo.
- 15.2.** O objetivo do *Site Survey* ativo é possibilitar a otimização dinâmica dos parâmetros de RF da Rede *Wireless*, permitindo o ajuste dinâmico do nível de potência e canal de rádio dos Pontos de Acesso de modo a otimizar o tamanho da célula de RF, confirmando e validando os resultados esperados pelo *site survey* preditivo e o respectivo projeto executivo.
- 15.3.** Ao final o *site survey* ativo, deverá ser entregue relatório detalhado com medições *in loco*, mapas de calor validados, análise de interferências, resultados de testes de desempenho (exemplo: *throughput* e latência), posicionamento recomendado dos APs, validação do projeto executivo e recomendações de eventuais ajustes necessários para otimização da rede.
- 15.4.** O serviço de *site survey* ativo poderá ser entregue por empresa parceira da CONTRATADA, mas a responsabilidade pela entrega do serviço permanece com a CONTRATADA e as tratativas com a equipe técnica do CONTRATANTE serão feitas pela CONTRATADA.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 15.5. O serviço deverá ser realizado com a solução Ekahau (ou concorrente que entregue serviço similar) de análise de espectro.
- 15.6. Após a finalização da implantação da solução, a CONTRATADA deverá realizar a validação em campo por amostragem para medição de cobertura de sinal, relação sinal/ruído, avaliação de canais, taxas de transmissão.
- 15.7. Deverá ser utilizado equipamento especializado em análise de espectro e específico para este fim, não sendo aceitos notebooks e/ou smartphones com softwares que realizam o escaneamento de redes sem fio.
- 15.8. Deverá ser feita uma análise de espectro de RF (radiofrequência), identificação de utilização e possíveis interferências para os rádios de 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz dos Pontos de Acesso contratados.
- 15.9. Deverão ser realizados procedimentos de configuração, correção e aperfeiçoamento da cobertura e disponibilidade dos Pontos de Acesso.
- 15.10. O *site survey* ativo constitui etapa de validação e refinamento do projeto executivo da rede Wi-Fi, devendo ser realizado somente após a aprovação formal dos produtos do *site survey* preditivo pela CONTRATANTE.
- 15.11. O serviço deverá ser prestado na unidade Sede do Tribunal, conforme indicado no item G11 desde Apenso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

16. SERVIÇO DE SITE SURVEY ATIVO FORA DA SEDE

- 16.1.** O serviço de site survey ativo fora da Sede observará os mesmos procedimentos técnicos definidos no Item 15, sendo realizado in loco nas demais localidades do Tribunal.
- 16.2.** Ao final do site survey ativo fora da Sede, deverá ser entregue relatório detalhado para cada localidade atendida, nos mesmos termos do subitem 15.3.
- 16.3.** Aplicam-se ao serviço fora da Sede as exigências relativas à ferramenta de análise, equipamentos especializados, validação em campo, análise de espectro e procedimentos de ajuste previstos nos subitens 15.5 a 15.9.
- 16.4.** O *site survey* ativo fora da Sede constitui etapa de validação e refinamento do projeto executivo da rede Wi-Fi, devendo ser realizado somente após a aprovação formal dos produtos do *site survey* preditivo pela CONTRATANTE.
- 16.5.** O serviço poderá ser entregue por empresa parceira da CONTRATADA, permanecendo com a CONTRATADA a responsabilidade pela entrega do serviço e pelas tratativas com a equipe técnica do CONTRATANTE.
- 16.6.** Os serviços deverão ser prestados nas unidades indicadas no item G11 deste Apenso.

17. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE ACCESS POINT - SEDE

- 17.1.** A CONTRATADA deverá realizar a instalação e configuração dos Access Points (APs) conforme o projeto executivo aprovado e validado nas etapas de *site survey* preditivo e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

ativo, garantindo a comunicação plena com a Controladora e a Plataforma de Gerenciamento.

- 17.2.** Os serviços deste item aplicam-se às unidades da Sede de Belém e Boa Vista, incluindo prédios anexos a essas unidades.
- 17.3.** As atividades compreendem exclusivamente a fixação, conectorização, energização e configuração final dos APs, conforme o projeto executivo aprovado, não incluindo passagem de cabos estruturados, fornecimento de infraestrutura ou de suportes metálicos, salvo os dispositivos antifurto especificados pela CONTRATANTE.
- 17.4.** A instalação de cada AP somente poderá ocorrer após a conclusão e aprovação das etapas de *site survey* preditivo e ativo, com base nas medições de espectro e recomendações consolidadas no projeto executivo.
- 17.5.** A instalação deverá ser justificada pela intensidade de sinal e posicionamento previstos, utilizando a notação de potência em decibel-miliwatt (dBm) como parâmetro técnico de referência.
- 17.6.** As implantações serão executadas de forma programada e sob demanda, podendo ser agrupadas por região, prédio ou pavimento, conforme cronograma definido pela CONTRATANTE, sem remuneração adicional por mobilização.
- 17.7.** As exigências de trabalho em altura (NR-35) aplicam-se a locais cuja altura de fixação seja superior a 2,0 m. Nesses casos, deverão ser observados planejamento, análise de risco, autorização formal, procedimentos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

operacionais, sistema de proteção contra quedas e capacitação dos trabalhadores, conforme NR-35.

- 17.7.1.** A incidência de pontos com fixação acima de 2,0 m deverá ser identificada no projeto executivo e planejada no cronograma de implantação, vedada a aplicação de custos gerais de mobilização de trabalho em altura a pontos que não se enquadrem nessa condição.
- 17.7.2.** Quando houver uso de injetores PoE, a conexão destes à rede elétrica de 127/220 V deverá ser executada por profissional qualificado conforme NR-10. A alimentação PoE em Extra-Baixa Tensão (EBT) não se enquadra na NR-10, devendo apenas observar as normas de segurança ocupacional (NR-01, NR-06 e NR-35) e as normas técnicas de cabeamento (ABNT NBR 14565 e IEEE 802.3af/at/bt).
- 17.8.** Todos os materiais e equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs) necessários à execução deverão ser providos pela CONTRATADA, observadas as normas de segurança do trabalho.
- 17.9.** A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física de seus colaboradores, limitando-se a responsabilidade civil a danos diretos decorrentes da execução do serviço, inclusive quanto a danos a bens do TRT8 ou de terceiros.
- 17.10.** Os empregados da CONTRATADA envolvidos na implantação da solução, embora sujeitos às normas disciplinares da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

- 17.11.** A implantação dos Access Points deverá seguir integralmente o projeto executivo aprovado, sendo vedadas alterações de layout, posicionamento ou quantidade de equipamentos sem anuência prévia e formal da CONTRATANTE.
- 17.12.** A CONTRATADA deverá ter atenção especial para todos os equipamentos necessários para proteção da integridade física dos colaboradores em auditórios e salas com pés-direitos altos, incluindo equipamentos de rapel ou andaimes adequados. Além disso, a equipe de instalação da CONTRATADA deve ser treinada e especializada para esse tipo de situação.
- 17.13.** A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio do TRT8 ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, quando da entrega, instalação e configuração da solução, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.
- 17.14.** Os empregados da CONTRATADA envolvidos na implantação da solução, embora sujeitos a normas disciplinares ou convencionais do TRT8, não terão com ele qualquer vínculo empregatício.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

18. SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE ACCESS POINT - FORA DA SEDE

- 18.1.** A CONTRATADA deverá realizar a instalação e configuração dos Access Points (APs) conforme o projeto executivo aprovado e validado nas etapas de *site survey* preditivo e ativo, garantindo a comunicação plena com a Controladora e a Plataforma de Gerenciamento.
- 18.2.** Os serviços deste item aplicam-se às unidades situadas fora das Sedes.
- 18.3.** As atividades compreendem exclusivamente a fixação, conectorização, energização e configuração final dos APs, conforme o projeto executivo aprovado, não incluindo passagem de cabos estruturados, fornecimento de infraestrutura ou de suportes metálicos, salvo os dispositivos antifurto especificados pela CONTRATANTE.
- 18.4.** A instalação de cada AP somente poderá ocorrer após a conclusão e aprovação das etapas de *site survey* preditivo e ativo, com base nas medições de espectro e recomendações consolidadas no projeto executivo.
- 18.5.** A instalação deverá ser justificada pela intensidade de sinal e posicionamento previstos, utilizando a notação de potência em decibel-miliwatt (dBm) como parâmetro técnico de referência.
- 18.6.** As implantações serão executadas de forma programada e sob demanda, podendo ser agrupadas por região, cidade ou circuito logístico, conforme cronograma definido pela CONTRATANTE, sem remuneração adicional por mobilização.
- 18.7.** As exigências de trabalho em altura (NR-35) aplicam-se a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

locais cuja altura de fixação seja superior a 2,0 m. Nesses casos, deverão ser observados planejamento, análise de risco, autorização formal, procedimentos operacionais, sistema de proteção contra quedas e capacitação dos trabalhadores, conforme NR-35.

- 18.7.1.** A incidência de pontos com fixação acima de 2,0 m deverá ser identificada no projeto executivo e planejada no cronograma de implantação, vedada a aplicação de custos gerais de mobilização de trabalho em altura a pontos que não se enquadrem nessa condição.
- 18.7.2.** Quando houver uso de injetores PoE, a conexão destes à rede elétrica de 127/220 V deverá ser executada por profissional qualificado conforme NR-10. A alimentação PoE em Extra-Baixa Tensão (EBT) não se enquadra na NR-10, devendo apenas observar as normas de segurança ocupacional (NR-01, NR-06 e NR-35) e as normas técnicas de cabeamento (ABNT NBR 14565 e IEEE 802.3af/at/bt).
- 18.8.** Todos os materiais e equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs) necessários à execução deverão ser providos pela CONTRATADA, observadas as normas de segurança do trabalho.
- 18.9.** A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física de seus colaboradores, limitando-se a responsabilidade civil a danos diretos decorrentes da execução do serviço, inclusive quanto a danos a bens do TRT8 ou de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

terceiros.

- 18.10.** Os empregados da CONTRATADA envolvidos na implantação da solução, embora sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.
- 18.11.** A implantação dos Access Points deverá seguir integralmente o projeto executivo aprovado, sendo vedadas alterações de layout, posicionamento ou quantidade de equipamentos sem anuência prévia e formal da CONTRATANTE.

19. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT6 - PONTO LÓGICO DE EXTENSÃO DE 45 METROS

- 19.1.** O cabeamento estruturado Categoria 6, com extensão máxima de 45 metros entre o patch panel e o Access Point, deverá ser entregue lançado, conectorizado e certificado, em conformidade com as normas ABNT NBR 14565, TIA/EIA-568 e correlatas, ficando pronto para uso imediato dos pontos de acesso.
- 19.2.** Caso seja detectada falha no ponto lógico durante a implantação do Access Point, a CONTRATADA deverá realizar o reparo ou substituição imediata do trecho defeituoso, de modo a restabelecer o funcionamento pleno do enlace.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

20. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT6 - PONTO LÓGICO DE EXTENSÃO DE 90 METROS

- 20.1.** O cabeamento estruturado Categoria 6, com extensão máxima de 90 metros entre o patch panel e o Access Point, deverá ser entregue lançado, conectorizado e certificado, em conformidade com as normas ABNT NBR 14565, TIA/EIA-568 e correlatas, ficando pronto para uso imediato dos pontos de acesso.
- 20.2.** Caso seja detectada falha no ponto lógico durante a implantação do Access Point, a CONTRATADA deverá realizar o reparo ou substituição imediata do trecho defeituoso, de modo a restabelecer o funcionamento pleno do enlace.

21. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DA CONTROLADORA DA SOLUÇÃO WIRELESS

- 21.1.** A CONTRATADA deve prover e executar a inclusão e o provisionamento de Access Points na console em nuvem.
- 21.2.** A CONTRATADA deve prover e executar o registro de dispositivos na conta da CONTRATANTE por meio das licenças adquiridas.
- 21.3.** A CONTRATADA deve prover e executar a criação de grupos lógicos (groups/sites) com base em localidade, função ou modelo de equipamento.
- 21.4.** A CONTRATADA deve prover e executar a associação de dispositivos aos respectivos grupos.
- 21.5.** A CONTRATADA deve prover e executar a criação e configuração de SSIDs (com e sem autenticação).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 21.6.** A CONTRATADA deve prover e executar a aplicação de políticas de acesso, VLANs, rate limiting e QoS.
- 21.7.** A CONTRATADA deve prover e executar a integração com servidores externos de autenticação (RADIUS, Active Directory).
- 21.8.** A CONTRATADA deve prover e executar a definição de políticas de porta (segurança, VLANs, PoE, spanning tree).
- 21.9.** A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de uplinks e agregação de links (LACP).
- 21.10.** A CONTRATADA deve prover e executar a segmentação de rede por VLAN.
- 21.11.** A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de monitoramento e registros operacionais na console em nuvem para visualização de performance de rede, dispositivos e clientes.
- 21.12.** A CONTRATADA deve prover e executar a ativação de alertas, alarmes e geração de relatórios personalizados na console em nuvem.
- 21.13.** A CONTRATADA deve prover e executar a integração com plataforma de User Experience para testes automatizados de experiência do usuário - quando houver contratação do Item 23 (AIOps/UX).
- 21.14.** A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de perfis de AIOps para identificação proativa de anomalias e problemas de rede - quando houver contratação do Item 23 (AIOps/UX).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 21.15.** A CONTRATADA deve prover e executar a ativação de sugestões automáticas de correção (AI Insights) - quando houver contratação do Item 23 (AIOps/UX).
- 21.16.** A CONTRATADA deve prover e executar a integração com APIs (se necessário).
- 21.17.** Critérios objetivos de aceite (implantação concluída):
- 21.17.1.** Identificação do ambiente/instância e ID da controladora na console em nuvem.
 - 21.17.2.** SSIDs operacionais (incluindo visitantes, quando aplicável), PMF/802.11w configurado (modos Optional e Required disponíveis), administração/gestão com TLS 1.2 ou superior.
 - 21.17.3.** Autenticação 802.1X funcional (EAP-PEAP, EAP-TLS, EAP-TTLS), integração RADIUS/AD/LDAP validada, associação dinâmica de VLAN comprovada.
 - 21.17.4.** Captive portal externo (quando aplicável): redirecionamento com parâmetros (MAC/IP do cliente, MAC do AP, URL de autenticação) e regras de pré-autenticação ativas.
 - 21.17.5.** Serviços de infraestrutura: DHCP relay/servidor DHCP, NTP, IPv4/IPv6 operacionais.
 - 21.17.6.** QoS e mobilidade: WMM/802.11e, 802.1p, voz e dados no mesmo SSID, roaming com continuidade de sessão.
 - 21.17.7.** Segurança e visibilidade: ACLs (Lista de Controle de Acesso: regras de permissão/negação de tráfego por origem, destino, protocolo e porta) aplicadas; SNMP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

para uso de CPU/memória/portas; WIPS/rogue detection
(quando exigido no Item 8).

21.17.8. Backup/export da configuração final e registro das
versões de firmware/software aplicadas.

21.18. Medição e pagamento (unidade de serviço por implantação
concluída)

21.18.1. A CONTRATADA deve prover e executar a entrega para
aceite; a medição e o pagamento ocorrerão por evento
de aceite (uma implantação concluída = uma unidade de
serviço), limitados à quantidade contratada prevista
no instrumento convocatório/contrato (Seção G5).

21.18.2. É vedado fracionamento de unidade de serviço.

21.18.3. Acréscimos de quantidade dependem de termo aditivo,
nos termos dos arts. 124 a 127 da Lei nº 14.133/2021
e da Seção G5.

21.19. Entregáveis (entrega na etapa D6; versão consolidada na
etapa D9 - *AS BUILT*)

Todos os documentos deste item deverão ser entregues na etapa
D6, conforme descrito no item 6.7.5 - REQUISITOS TEMPORAIS PARA
IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO, no corpo principal deste TR. Caso ocorram
edições durante a execução, deverá ser entregue uma nova versão
consolidada na etapa D9 (*AS BUILT*).

21.19.1. Relatório de implantação com evidências (capturas da
console em nuvem, IDs, datas/horas, versões,
parâmetros aplicados).

21.19.2. Pacote de configuração (backup/export) e matriz de
parâmetros.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

21.19.3. *Runbook/handover* operacional (procedimentos de operação e *troubleshooting*) e registro de mudanças.

21.19.4. Plano de reversão.

21.20. Escopo e exclusões

21.20.1. O presente item não inclui instalação física de APs (quando contratada em item próprio).

21.20.2. Configurações de AIOps e/ou plataforma de *User Experience* serão realizadas exclusivamente quando houver contratação do Item 23.

21.20.3. Este serviço não altera as métricas de licenciamento dos Itens 8, 9, 10, 11 e 12 nem a CCM pactuada (Seção G5).

22. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA DE CONTROLE DE ACESSO (NAC)

22.1. A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de toda a solução wireless e componentes necessários para o pleno funcionamento e operacionalidade do NAC e, quando houver contratação do Item 12 (Postura de Endpoints), a ativação e configuração do módulo de verificação de postura integrado ao NAC, incluindo, no mínimo, o seguinte escopo:

22.1.1. Prover e executar a configuração da autenticação de usuários/dispositivos via IEEE 802.1X integrada à base de usuários da CONTRATANTE (Active Directory/LDAP), por RADIUS, liberando o acesso apenas após autenticação;

22.1.2. Configuração para prover e executar autenticação Web para estações de trabalho sem cliente 802.1x



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- instalado, garantindo funcionalidade operacional completa de autenticação via interface web;
- 22.1.3.** Configuração para prover e executar autenticação pelo MAC Address, para dispositivos sem cliente 802.1x e sem browser, assegurando identificação automática e controle de acesso efetivo;
- 22.1.4.** Prover e executar a configuração de wIDS/wIPS, bem como a classificação/detecção de interferências Wi-Fi e não Wi-Fi, quando suportado pela controladora, com integração de alertas na console em nuvem do NAC;
- 22.1.5.** Prover e executar a configuração de DPSK (chave pré-compartilhada por dispositivo/usuário ou grupo);
- 22.1.6.** Prover e executar o controle de aplicações/políticas de acesso por perfil, obedecendo à política de segurança da CONTRATANTE, incluindo ACL (Lista de Controle de Acesso: regras de permissão/negação por origem, destino, protocolo e porta), VLAN dinâmica, rate limiting e QoS, com CoA (*Change of Authorization*) quando aplicável.
- 22.2.** Os serviços de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC), quando aplicáveis na modalidade on-premise, deverão ser realizados nas localidades definidas no item G11 deste Apenso.
- 22.3.** A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de um portal de autenticação web (captive portal) para os usuários, com as seguintes funcionalidades:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 22.3.1.** Prover e executar portal seguro com TLS 1.2 ou superior (certificado digital);
- 22.3.2.** Prover e executar a customização com logotipo e políticas de acesso (termos de uso/política de privacidade);
- 22.3.3.** A solução deverá integrar com o Active Directory da Microsoft para identificação e autenticação dos usuários;
- 22.3.4.** Prover e executar regras de pré-autenticação que permitam acessos a serviços específicos antes do login (p.ex., DHCP/DNS) e redirecionamento ao portal externo com parâmetros mínimos (MAC/IP do cliente, MAC do AP, URL de autenticação).
- 22.4.** A CONTRATADA deve prover e executar a criação de templates de configuração para facilitar/padronizar mudanças;
- 22.5.** A CONTRATADA deve prover e executar a criação de política de backup dos arquivos de configuração (dump/export e rotina de retenção).
- 22.6.** A CONTRATADA deve prover e executar a criação de políticas de acesso (perfis corporativos, visitantes e eventos).
- 22.7.** A CONTRATADA deve prover e executar a entrega de relatório "As Built" contendo todo o serviço realizado (ver 20.23 - D6/D9).
- 22.8.** A instalação só será considerada concluída quando a solução estiver em pleno funcionamento e os técnicos da CONTRATANTE devidamente treinados e habilitados para operação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 22.9.** A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de todos os softwares e componentes necessários para o pleno funcionamento e operacionalidade da solução.
- 22.10.** A CONTRATADA deve prover e executar a criação de páginas personalizadas para o captive portal (imagens, logotipo, CAPTCHA, instruções, campos de texto/cadastro).
- 22.11.** A CONTRATADA deve prover e executar a capacidade operacional mínima de 1.000 usuários internos simultâneos e 1.000 usuários visitantes simultâneos no portal (requisito de capacidade, sem caráter de métrica de licenciamento).
- 22.12.** A CONTRATADA deve prover e executar a exigência de aceite do Termo de Uso pelo usuário visitante a cada login ou apenas no primeiro, conforme política.
- 22.13.** A CONTRATADA deve prover e executar a apresentação automática de portal web seguro (TLS) aos usuários durante a conexão (hotspot).
- 22.14.** A CONTRATADA deve prover e executar compatibilidade do portal com Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Safari e Chrome (versões suportadas oficialmente pelo fabricante), em PCs e dispositivos móveis.
- 22.15.** A CONTRATADA deve prover e executar a automatização do onboarding seguro: instalação automática de certificado digital e perfil Wi-Fi em dispositivos suportados.
- 22.16.** A CONTRATADA deve prover e executar a autenticação por certificado digital (quando o dispositivo estiver



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

cadastrado no Active Directory) para uso de 802.1X na rede corporativa.

- 22.17.** A CONTRATADA deve prover e executar a desconexão automática da rede de visitantes e a conexão automática na rede corporativa com 802.1X após o auto-cadastro/suplicante.
- 22.18.** A CONTRATADA deve prover e executar o uso de certificados digitais via CA interna (autoassinada) e CAs externas (p.ex., Root CA do AD).
- 22.19.** A CONTRATADA deve prover e executar a autenticação de visitantes via DPSK, individualmente ou por grupo (eventos).
- 22.20.** A CONTRATADA deve prover e executar a validade controlada das contas de visitantes (expiração por política).
- 22.21.** A CONTRATADA deve prover e executar a autenticação administrativa da solução via RADIUS ou Active Directory (perfis/roles).
- 22.22.** Critérios objetivos de aceite (instância implantada)
- 22.22.1.** ID da instância do NAC na console em nuvem, ativo e vinculado à CONTRATANTE.
 - 22.22.2.** IEEE 802.1X validado com EAP-PEAP, EAP-TLS e EAP-TTLS; integração RADIUS/AD/LDAP funcional.
 - 22.22.3.** VLAN dinâmica comprovada por autenticação; CoA funcional quando aplicável.
 - 22.22.4.** Captive portal validado (redirecionamento, páginas, termos de uso, pré-autenticação).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 22.22.5.** MAB (quando aplicável) validado; DPSK ativo conforme política.
- 22.22.6.** Relatórios exportáveis (autenticação/accounting) e backup/export das políticas/templates gerados.
- 22.22.7.** Sessão de validação técnica da instância implantada com a fiscalização, contemplando demonstração, na console em nuvem, dos perfis/políticas aplicadas, fluxos de autenticação (802.1X, portal cativo, MAB), associação dinâmica de VLAN, relatórios/export e rotina de backup/restore, com registro em ata e evidências.
- 22.23.** Medição e pagamento (unidade de serviço por instância implantada)
 - 22.23.1.** A medição e o pagamento ocorrerão por evento de aceite (uma instância implantada = uma unidade de serviço), limitados à quantidade contratada prevista no instrumento convocatório/contrato (Seção G5).
 - 22.23.2.** É vedado o fracionamento de unidade de serviço.
 - 22.23.3.** Acréscimos de quantidade dependem de termo aditivo, nos termos dos arts. 124 a 127 da Lei nº 14.133/2021 e da Seção G5.
- 22.24.** Entregáveis (entrega na etapa D6; versão consolidada na etapa D9 - AS BUILT)

Todos os documentos deste item devem ser entregues na etapa D6, conforme descrito no item 6.7.5 - Requisitos Temporais para Implantação da Solução do corpo principal do TR. Caso ocorram



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

edições, deve ser entregue uma nova versão consolidada na etapa D9 (AS BUILT).

- 22.24.1.** Identificação da instância NAC: documento emitido pela plataforma NAC contendo o identificador único da instância vinculada à CONTRATANTE e o seu status ativo.
- 22.24.2.** Contadores auditáveis de dispositivos: relatório exportável da plataforma NAC contendo, no mínimo, data e hora da apuração, total de dispositivos gerenciados no mês de referência e identificação individual dos dispositivos, em conformidade com as Seções G3, G4 e G5 deste Apenso.
- 22.24.3.** Comprovação de autenticação IEEE 802.1X: evidências de autenticação bem-sucedida utilizando os métodos exigidos neste Apenso, abrangendo, no mínimo:
 - 22.24.3.1. PEAP (EAP-MSCHAPv2);
 - 22.24.3.2. EAP-TTLS (com PAP, CHAP e MSCHAPv2);
 - 22.24.3.3. EAP-TLS.
- 22.24.4.** Comprovação do *captive portal*: evidências do funcionamento do *captive portal*, contemplando o fluxo de redirecionamento, a autenticação bem-sucedida do usuário e a aplicação da política de acesso correspondente.
- 22.24.5.** Comprovação de autenticação federada no *captive portal*: evidências de autenticação bem-sucedida, por meio do *captive portal*, utilizando os provedores de identidade previstos neste Apenso, abrangendo, no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

mínimo, Gov.br, Google e Microsoft Office 365, com demonstração da aplicação das políticas de acesso associadas.

- 22.24.6.** Integração com fontes de autenticação internas: evidências de integração funcional com as fontes de autenticação previstas no Item 9.8.7, incluindo, no mínimo, Microsoft Active Directory, servidores RADIUS, Google Workspace e lista estática de endereços MAC, com exemplos de autenticações bem-sucedidas.
- 22.24.7.** Perfis e políticas de acesso: relatório sintético contendo os principais perfis/papéis configurados na plataforma NAC e a respectiva associação às políticas de acesso aplicadas a usuários e dispositivos.
- 22.24.8.** Backup das configurações aplicadas: arquivo de backup ou exportação das configurações da instância NAC após a conclusão da implantação, em formato nativo da plataforma, abrangendo políticas de acesso, integrações e parâmetros essenciais.
- 22.24.9.** Logs mínimos de validação: relatório contendo registros de autenticação, autorização e demais eventos relevantes gerados durante os testes de validação da implantação, em conformidade com as exigências deste Apenso e da legislação aplicável.
- 22.24.10.** Plano de reversão: documento contendo os procedimentos necessários para o restabelecimento do estado anterior da rede em caso de falha na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

implantação ou degradação significativa dos serviços decorrente da ativação da Plataforma NAC.

22.25. Escopo e exclusões

- 22.25.1.** O presente item não inclui instalação física de APs (quando contratada em item próprio).
- 22.25.2.** Configurações de AIOps e/ou plataforma de User Experience serão realizadas somente quando contratadas (Item 23).
- 22.25.3.** Este serviço não altera as métricas dos Itens 8, 9, 10 11 e 12, nem a CCM pactuada (Seção G5).

23. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ASSISTIDA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- 23.1.** A CONTRATADA deve prover e executar a instalação física dos módulos e/ou sensores/sondas de experiência do usuário (UX) nos pontos definidos pela CONTRATANTE.
- 23.2.** A CONTRATADA deve prover e executar a verificação de conectividade inicial com a plataforma de gerenciamento em nuvem (console em nuvem).
- 23.3.** A CONTRATADA deve prover e executar o registro dos sensores/sondas na console em nuvem e sua associação aos respectivos Sites/Locations.
- 23.4.** A CONTRATADA deve prover e executar a verificação de comunicação segura entre sensores/módulo e a console em nuvem, utilizando TLS 1.2 ou superior com certificado válido.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 23.5.** A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de testes ativos personalizados, incluindo, no mínimo:
- 23.5.1.** Conectividade Wi-Fi (associação, autenticação 802.1X quando aplicável, DHCP, DNS).
 - 23.5.2.** Acesso a aplicações críticas (HTTP/HTTPS, VoIP e colaboração - p.ex., Microsoft 365, Zoom, Teams).
 - 23.5.3.** Testes de desempenho (latência, jitter, perda de pacotes, throughput).
 - 23.5.4.** Definição de frequência dos testes (ciclos contínuos ou programados) e janela de execução.
 - 23.5.5.** Testes por SSID (com e sem autenticação 802.1X/captive portal), conforme políticas da CONTRATANTE.
- 23.6.** A CONTRATADA deve prover e executar a definição de perfis de alerta (critérios de disparo, limiares e supressão).
- 23.7.** A CONTRATADA deve prover e executar a configuração de notificações por e-mail, webhook ou integração com ferramentas de monitoramento/ITSM e alerta (p.ex., ServiceNow, Jira Service Management, Opsgenie, PagerDuty).
- 23.8.** A CONTRATADA deve prover e executar a classificação dos alertas por severidade (criticidade e impacto).
- 23.9.** A CONTRATADA deve prover e executar a personalização do dashboard principal na console em nuvem, com KPIs de desempenho relevantes para a CONTRATANTE (rede, clientes, aplicações, sites).
- 23.10.** A CONTRATADA deve prover e executar a geração de relatórios automatizados (diários, semanais e mensais)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

sobre a experiência do usuário e a saúde da rede, com exportação (CSV/PDF).

- 23.11.** A CONTRATADA deve prover e executar relatórios comparativos entre locais e períodos (tendências e baseline).
- 23.12.** A CONTRATADA deve prover e executar a integração dos dados provenientes dos sensores/sondas de UX com a console em nuvem da plataforma de gerenciamento, para correlação de eventos e visibilidade cruzada.
- 23.13.** Critérios objetivos de aceite (instância AIOps implantada)
- 23.13.1.** Instância AIOps visível e ativa na console em nuvem, vinculada à CONTRATANTE, com identificação do ambiente/Site/Location.
- 23.13.2.** Lista de APs previstos para assistência AIOps carregada na console em nuvem, com indicação de assistência ativa e associação correta a Site/Location.
- 23.13.3.** Sensores/sondas, quando utilizados, registrados, online e vinculados aos sites correspondentes.
- 23.13.4.** Testes ativos configurados e agendados (Wi-Fi/802.1X, DHCP, DNS, HTTP/HTTPS, VoIP, aplicações), com evidências de execução.
- 23.13.5.** Alertas configurados (limiares, severidade, supressão) e notificações funcionais (e-mail/webhook/ITSM/alerting), com evidência de disparo controlado.
- 23.13.6.** Relatórios automatizados habilitados e exportados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 23.13.7.** Backup/export das configurações do módulo e dos sensores (políticas de teste, alertas, integrações).
- 23.13.8.** Observância das exigências de segurança deste Apenso, especialmente as definidas na Seção G10, no que couber.
- 23.14.** Métrica, medição e pagamento
- 23.14.1.** Métrica e unidade: unidade de serviço por instância AIOps implantada e aceita.
- 23.14.2.** A medição e o pagamento ocorrerão por evento de aceite (uma instância AIOps implantada e aceita = uma unidade de serviço), limitados à CCM definida no instrumento convocatório/contrato (Seção G5).
- 23.14.3.** É vedado o fracionamento de unidade de serviço.
- 23.14.4.** Excedentes à CCM dependem de termo aditivo, nos termos dos arts. 124 a 127 da Lei nº 14.133/2021 e da Seção G5.
- 23.15.** Entregáveis (entrega na etapa D6; versão consolidada na etapa D9 - AS BUILT)
- 23.15.1.** Todos os documentos deste item devem ser entregues na etapa D6, conforme item 6.7.5 - Requisitos Temporais para Implantação da Solução do TR principal. Caso ocorram edições durante a execução, deve ser entregue uma nova versão consolidada na etapa D9 (AS BUILT).
- 23.15.2.** Relatório de implantação com evidências (capturas da console em nuvem, IDs de APs/sensores, datas/horas, versões e políticas).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 23.15.3. Matriz de testes ativos (por SSID/perfil) e matriz de alertas (limiares, severidade, notificações).
- 23.15.4. Export/backup das configurações do módulo e dos sensores.
- 23.15.5. Runbook/handover operacional (procedimentos de operação e troubleshooting) e registro de mudanças.
- 23.15.6. Plano de reversão.
- 23.16. Escopo e exclusões
 - 23.16.1. Este serviço não inclui o licenciamento do módulo AIOps (coberto no Item 11).
 - 23.16.2. Este serviço não inclui instalação física de APs, tratada nos Itens 17 e 18.
 - 23.16.3. Este serviço não altera as métricas dos Itens 8, 9, 10, 11 e 12, nem a CCM pactuada (Seção G5).

24. SERVIÇO DE REPASSE DE CONHECIMENTO

- 24.1. A CONTRATADA deverá ministrar Repasse de Conhecimento, relativo à instalação, administração, operacionalização, manuseio, configuração e utilização, contemplando todas as funcionalidades das soluções propostas, conforme sua adjudicação.
- 24.2. A CONTRATADA fornecerá ambiente tecnológico semelhante à solução implantada com todos os equipamentos necessários (AP, controladora, plataforma de gerenciamento centralizado, etc.) à realização da(s) Transferências de Conhecimentos aos técnicos da CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 24.3.** Na proposta comercial deverá informar o valor unitário por turma, com até 5 (cinco) participantes.
- 24.4.** O repasse de conhecimento deverá ser realizado em horário a ser definido pelo respectivo órgão contratante e deverá ocorrer de forma presencial, nas localidades estabelecidas no item G11 deste Apenso.
- 24.5.** O conteúdo programático será aprovado previamente em conjunto com a equipe da CONTRATANTE.
- 24.6.** O treinamento deverá possuir carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas.
- 24.7.** O Repasse de Conhecimento não poderá ser completamente teórico, sendo obrigatória a participação em laboratório com a apresentação de componentes similares aos propostos na Solução, devendo ser utilizadas documentação de referência, uma por participante, em formato eletrônico (PDF ou similar).
- 24.8.** O Repasse de Conhecimento será obrigatoriamente ministrado por profissionais certificados na solução ofertada para a CONTRATANTE, que tenham atuado diretamente na condução e solução de problemas e que possuam experiência em treinamentos desta natureza e pleno conhecimento da solução.
- 24.9.** Entregáveis mínimos:
- 24.9.1.** Material didático em formato eletrônico, contendo, no mínimo: ementa/objetivos, conteúdo programático aprovado (24.5), slides/guia do instrutor, e roteiros



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

de laboratório/exercícios "hands-on" correspondentes (vide parágrafo 24.7).

- 24.9.2.** Certificados de participação nominais por aluno (PDF), relativos à turma realizada, contendo obrigatoriamente: nome do participante, título do treinamento, datas e carga horária total ($\geq 20h$), local (Sede do TRT8), nome e credenciais do(s) instrutor(es) (vide parágrafo 24.8), conteúdo programático resumido e assinatura eletrônica da Contratada. Os certificados deverão ser emitidos apenas para participantes que cumprirem a carga horária da turma. A medição ocorrerá por turma efetivamente realizada e aceita (conforme parágrafo 24.10). A nota fiscal será apresentada após o aceite do Fiscal, observando os prazos e procedimentos previstos no Capítulo 9 deste TR.
- 24.10.** O aceite será emitido pelo Fiscal do Contrato após a verificação dos entregáveis exigidos no parágrafo 24.9 acima, da realização integral da turma presencial (vide parágrafo 24.4) e da aderência ao conteúdo programático aprovado (conforme 24.5). Poderão ser solicitadas correções pontuais quando necessário.
- 24.11.** A medição ocorrerá por turma efetivamente realizada e aceita (conforme 24.10). A nota fiscal será apresentada após o aceite, observando os prazos e procedimentos do Capítulo 9 deste TR.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 24.12.** Em casos de força maior que impeçam a realização na data prevista, a turma poderá ser remarcada sem ônus para a Administração, com aviso mínimo de 5 (cinco) dias úteis.
- 25. SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E *ON-SITE*, 8X5, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DOS SOFTWARES**
- 25.1.** Os serviços de suporte técnico remoto e *on-site* dos softwares deverão ser iniciados a partir da entrega da solução em pleno funcionamento, e estar disponíveis por 60 (sessenta) meses de vigência.
- 25.2.** Esses serviços devem contemplar as manutenções corretivas e evolutivas e, ainda, a atualização de software e reconfiguração de todos os itens de software especificados na solução (incluindo a controladora, a plataforma de gerenciamento centralizado, o módulo de inteligência artificial e o sistema de verificação de postura e seus componentes e aplicações como o portal para acesso dos visitantes e os métodos de autenticação de usuários), dentro dos prazos estabelecidos nos Níveis Mínimos de Serviço (NMS).
- 25.3.** Entende-se por "manutenção corretiva" uma série de procedimentos destinados a recolocar os sistemas/softwares/plataformas/módulos em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados.
- 25.4.** Entende-se por "manutenção evolutiva" o fornecimento de novas versões e/ou *releases* corretivas e/ou evolutivas de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

softwares lançadas durante a vigência do contrato, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software. A cada nova liberação de versão e *release*, a CONTRATADA deverá apresentar as janelas de atualizações para aprovação do contratante, incluindo os manuais e demais documentos técnicos em idioma português ou inglês, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas, se porventura existirem.

- 25.5.** Entende-se por "suporte técnico" as atividades que incluem, mas não se limitam a, execução e provimento de informação, assistência e orientação para: instalação, desinstalação, configuração, substituição e atualização de programas (software); aplicação de correções (patches) e atualizações de software; diagnósticos, avaliações e resolução de problemas; ajustes finos e customização da solução; e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento da solução da melhor maneira possível.
- 25.6.** As solicitações de manutenção e suporte técnico terão origem em decorrência de qualquer evento ou problema detectado pela Equipe Técnica do CONTRATANTE referente ao pleno estado de funcionamento dos sistemas/softwares, licenças e serviços contratados, incluindo problemas relacionados com instalação, configuração e atualização dos itens de software.
- 25.7.** Na abertura do chamado, a CONTRATADA fará registro da solicitação, gerando algum número, código ou protocolo que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

servirá de referência para acompanhamento com, no mínimo, as seguintes informações:

- 25.7.1.** identificação do item com defeito (ex: número de série da licença de software);
 - 25.7.2.** problema observado;
 - 25.7.3.** nome e e-mail do profissional da Equipe Técnica do CONTRATANTE responsável pela solicitação do suporte técnico.
- 25.8.** Durante o período de vigência do contrato para os serviços de manutenção e suporte técnico, a CONTRATADA deverá atender às requisições feitas por meio da Equipe Técnica do CONTRATANTE, respeitando as condições e os Níveis de Mínimos de Serviço (NMS), que serão contados a partir do recebimento das solicitações, e serão classificados conforme as severidades especificadas a seguir.
- 25.8.1.** Severidade ALTA/CRÍTICO: Esse nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade do uso de algum item de software ou impacto crítico nas operações/funções de negócio do CONTRATANTE.
 - 25.8.2.** Severidade MÉDIA: Esse nível de severidade é aplicado quando há falha, simultânea ou não, no uso de algum item de software, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas que afetem aspectos operacionais das funções de negócio do CONTRATANTE.
 - 25.8.3.** Severidade BAIXA: Esse nível de severidade é aplicado para a instalação, configuração, manutenções preventivas, esclarecimento técnico relativa ao uso e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

aprimoramento de algum item de software, sem impacto significativo nas funções de negócio do CONTRATANTE.

	Prazo de Atendimento	Prazo de Solução Definitiva	Desconto por descumprimento do NMS (Por hora)
Severidade ALTA/CRÍTICA	1 (uma) hora	4 (quatro) horas	3%
Severidade MÉDIA	2 (duas) horas	8 (oito) horas	2%
Severidade BAIXA	2 (duas) horas	24 (vinte e quatro) horas	1%

25.9. A apuração do desconto por descumprimento será realizada mensalmente e o desconto será efetuado na nota fiscal do serviço de suporte técnico remoto e *on-site*. O referido desconto mensal limita-se a **30%** do valor total da nota fiscal.

25.10. Serão considerados para efeitos dos níveis exigidos:

25.10.1. Prazo de Atendimento: Tempo decorrido entre o recebimento pela CONTRATADA da solicitação efetuada pela Equipe Técnica do CONTRATANTE e o efetivo início dos trabalhos de prestação de suporte técnico e manutenção;

25.10.2. Prazo de Solução Definitiva: Tempo decorrido entre o recebimento pela CONTRATADA da solicitação efetuada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

pela Equipe Técnica do CONTRATANTE e a efetiva
recolocação da solução em seu pleno estado de
funcionamento e operação normais.

- 25.11.** A contagem dos Prazos de Atendimento e de Solução Definitiva de cada solicitação será iniciado a partir do recebimento da notificação pela CONTRATADA, e encerrada no momento da comunicação por ela feita de recolocação do software em seu pleno estado de funcionamento acompanhado do respectivo aceite pela Equipe Técnica do CONTRATANTE, essa tratativa pode ser realizada por e-mail.
- 25.12.** Por necessidade de serviço, o CONTRATANTE poderá solicitar a escalação de chamados para níveis superiores de severidade, devendo a CONTRATADA assim proceder. Neste caso, os prazos de atendimento e de solução definitiva, assim como eventuais penalidades, serão automaticamente ajustados para o novo nível a partir do momento em que houver a escalação e precisarão seguir até o encerramento.
- 25.13.** Concluído o atendimento, a CONTRATADA comunicará o fato à Equipe Técnica do CONTRATANTE e solicitará autorização para o fechamento do chamado. Caso o CONTRATANTE não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado. Nesse caso, a Equipe Técnica fornecerá as pendências relativas à solicitação em aberto.
- 25.14.** Se houver quebra dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS), o CONTRATANTE emitirá notificação à CONTRATADA, que terá prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

do recebimento, para se manifestar e apresentar as justificativas necessárias. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou caso o CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, será iniciado processo de aplicação de penalidades previstas, conforme o nível de serviço transgredido.

- 25.15.** Os chamados que exigirem presença local do técnico da CONTRATADA serão realizados presencialmente, on-site, nas localidades definidas no item G11 deste Apenso e, quando a natureza da ocorrência assim permitir, também por telefone (ligação gratuita ou de custo local para os códigos de área correspondentes às localidades atendidas) e/ou com uso de tecnologias e recursos de acesso remoto controlado ao ambiente do respectivo órgão contratante.
- 25.16.** Os serviços serão prestados em regime 8x5, 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana.
- 25.17.** A CONTRATADA deverá possibilitar à Equipe Técnica do CONTRATANTE o acesso ao sítio do fabricante dos produtos para:
- 25.17.1.** Download de softwares de atualização;
 - 25.17.2.** Consultar a base de conhecimento de problemas e soluções do fabricante, caso exista.
- 25.18.** Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá garantir a atualização tecnológica dos itens de software da solução ofertada na forma de atualizações de programas/módulos/plataformas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- 25.19.** As atualizações de programas deverão cobrir todos os programas de computador (software e firmware) e licenças de uso locadas e incluir o fornecimento de correções (patches) e novas versões/revisões/distribuições (releases) assim que o fabricante as torne disponíveis oficialmente, tendo a CONTRATADA prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para entregar a atualização de forma totalmente operacional. Entende-se por atualização de programas qualquer correção, pequena modificação, aperfeiçoamento (update), ou desenvolvimento de nova versão (upgrade) efetuado pelo fabricante para os produtos em questão.
- 25.19.1.** Caso algum programa, módulo ou componente de programa seja descontinuado, deverá ser fornecido, como atualização descrita acima, outro que venha a ser desenvolvido, com configuração (componentes e/ou módulos) que lhe confirmem toda a funcionalidade da última atualização fornecida, com as respectivas licenças de uso atualizadas, se necessário.
- 25.19.2.** Qualquer atualização – seja na forma de modificação ou aperfeiçoamento – deverá manter a funcionalidade mínima exigida neste contrato, no edital e seus anexos/apensos, independentemente de nomenclatura ou divisão do software em módulos, pacotes, versão básica, avançada etc.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

APENSO II

PROVA DE CONCEITO

Processo Administrativo Nº 3353/2025

PROJETO DE MELHORIA DA REDE WI-FI DO TRT8

Belém-PA, 9 de abril de 2026



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

SUMÁRIO

APENSO II - PROVA DE CONCEITO.....	1
1. CONDIÇÕES GERAIS.....	1
2. PROPOSTA DE TESTES.....	2
3. AMBIENTE DE TESTES.....	2
4. INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA PELO TRT8.....	2
5. RESPONSABILIDADES DO LICITANTE.....	3
6. TESTE DE LARGURA DE BANDA.....	4
7. TESTE DE INTENSIDADE DO SINAL.....	5
8. TESTE DE INTEGRAÇÃO COM O NPS/RADIUS.....	6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

APENSO II - PROVA DE CONCEITO

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1.** Para a contratação da solução Wi-Fi, será necessária a verificação do desempenho dos equipamentos propostos por meio da realização de uma Prova de Conceito (PoC).
- 1.1.1.** A PoC será realizada em horário a ser definido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região no instrumento de convocação.
- 1.1.2.** Somente será executada uma PoC, a qual ocorrerá nas dependências do TRT8 em Belém-PA, e esta servirá para todos os participantes.
- 1.1.3.** Os modelos dos equipamentos apresentados deverão ser os mesmos a serem ofertados.
- 1.1.4.** Deverão participar presencialmente os profissionais indicados pela empresa para fins de habilitação técnica, sendo os únicos autorizados a responder às perguntas técnicas da Prova de Conceito. Além disso, o preposto indicado pela empresa deverá estar presente para assinar, em nome da empresa, o Relatório da Prova de Conceito.
- 1.1.5.** Após a verificação dos requisitos por parte do TRT, será emitido o Relatório da Prova de Conceito, contendo o registro de todos os requisitos atendidos, bem como a indicação daqueles que não foram comprovados ou não foram atendidos durante a realização da PoC. Caso algum requisito não seja comprovado, os equipamentos serão considerados inadequados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

1.1.6. Não será admitido o aproveitamento parcial de equipamentos. Para que a proposta seja considerada apta, todos os equipamentos ofertados deverão atender integralmente aos requisitos técnicos especificados neste apenso. O não atendimento de qualquer item, ainda que isoladamente, implicará a desclassificação da proposta.

1.1.7. Todos os dados e configurações utilizados durante a PoC deverão ser tratados com confidencialidade e segurança, conforme as diretrizes do TRT8.

2. PROPOSTA DE TESTES

2.1. Os testes serão realizados para cada modelo de Access Point especificado no Edital.

2.2. São propostos 3 (três) testes: teste de largura de banda, teste de intensidade de sinal e teste de integração com o NPS/Radius.

3. AMBIENTE DE TESTES

3.1. Os testes serão realizados em sala disponibilizada pelo TRT8, com dimensões entre 8 e 10 metros de comprimento e até 10 metros de largura, sem barreiras físicas ou interferências significativas.

3.2. Todos os modelos de Access Point deverão ser posicionados individualmente no centro da sala durante seus respectivos testes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

4. INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA PELO TRT8

- 4.1. Será disponibilizado um servidor iPerf3 no datacenter local do TRT8 com interface de rede mínima de 10 Gbps.
- 4.2. Será assegurada a largura de banda mínima de 10Gbps na conexão entre o switch de acesso e o switch core ou do andar, de modo a evitar gargalos de conexão.
- 4.3. Será realizado um teste preliminar demonstrativo entre um computador do tipo "desktop" cabeado e o servidor iPerf3 para comprovar que a infraestrutura atende à largura de banda exigida e não há nenhuma outra configuração limitando a largura de banda.
- 4.4. O acesso à rede, credenciais e qualquer outra configuração adicional necessária será disponibilizada conforme especificado no documento de requisitos de adequação de ambiente, a ser enviado pelo licitante junto com a proposta de preços. Caso algum requisito adicional não tenha sido previsto inicialmente, a equipe técnica do licitante poderá solicitá-lo durante a etapa de instalação do ambiente, desde que comunicado formalmente.

5. RESPONSABILIDADES DO LICITANTE

- 5.1. Cabe ao licitante prover um Switch Multigigabit com, no mínimo, 1 (uma) porta de 2,5 Gbps e 1 (uma) porta SFP+, para realização dos testes de desempenho especificados neste documento.
- 5.2. Para a conexão com o switch de acesso do TRT8, o licitante deverá fornecer um cabo DAC (Direct Attach Cable) compatível, ou, alternativamente, em caso de utilização de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

fibra óptica, dois transceivers para fibra do tipo LC 10 Gigabit Short Range (SR). A passagem da fibra óptica até a sala de testes será de responsabilidade do TRT8.

- 5.3. O licitante deverá, ainda, fornecer 1 (um) cabo de par trançado (Ethernet) compatível com a largura de banda mínima de 2,5 Gbps para conexão do Switch Multigigabit ao Access Point.
- 5.4. Cabe ao licitante configurar a controladora, os Access Points e todos os demais componentes necessários para a operação da solução.
- 5.5. A configuração dos equipamentos deverá refletir seu uso em condições reais de operação, sendo vedado o uso de ajustes temporários ou desativação de recursos de segurança que possam artificialmente elevar o desempenho durante os testes. Caso haja questionamento sobre a normalidade das configurações, caberá ao representante técnico da empresa comprovar que os equipamentos estão operando em condições equivalentes às que seriam utilizadas no ambiente de produção do TRT8.

6. **TESTE DE LARGURA DE BANDA**

- 6.1. O teste de largura de banda será realizado utilizando a ferramenta iPerf3.
- 6.2. Serão realizados dois testes: um para apenas 1 (um) computador conectado ao Access Point e outro para 3 (três) computadores conectados simultaneamente ao Access Point.
- 6.3. Os computadores utilizados para esse teste serão do tipo "desktop" e estarão equipados com antenas 2x2 MIMO. Cada desktop será compatível com o padrão Wi-Fi 7 (IEEE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

802.11be), com as bandas de 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz e rodará um cliente iPerf3.

- 6.4. A frequência utilizada pelos Access Points deverá ser de 5 GHz para Wi-Fi 6, 6 GHz para Wi-Fi 6E e 6 GHz para Wi-Fi 7.
- 6.5. A largura do canal utilizado pelos Access Points deverá ser de 80 MHz.
- 6.6. Serão realizados testes separados para download e upload, considerando que os Access Points tendem a priorizar largura de banda para o upload em testes bidirecionais.
- 6.7. Em ambos os testes, os desktops deverão ser posicionados a no mínimo 2 (dois) metros de distância do Access Point.
- 6.8. Para o teste com 1 (um) desktop, as larguras de banda mínimas a serem atingidas serão de: 700 Mbps para Wi-Fi 6, 700 Mbps para Wi-Fi 6E e 1,3 Gbps para Wi-Fi 7.
- 6.9. Para o teste com 5 (cinco) computadores, as larguras de banda mínimas a serem atingidas, por cada computador, serão de: 120 Mbps para Wi-Fi 6, 120 Mbps para Wi-Fi 6E e 230 Mbps para Wi-Fi 7.
 - 6.9.1. O teste deverá ser realizado de forma simultânea, devendo ser aguardado um curto período para estabilização das conexões antes do início da aferição.
 - 6.9.2. Para efeitos de aferição de resultados, serão consideradas as médias das taxas atingidas.

7. TESTE DE INTENSIDADE DO SINAL

- 7.1. O teste de intensidade de sinal será realizado utilizando o software NetSpot.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 7.2. O teste será realizado em um computador do tipo "notebook", equipado com antenas 2x2 MIMO, compatível com o padrão WiFi-7 (IEEE 802.11be) e com as bandas de 2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz.
- 7.3. A frequência utilizada pelos Access Points deverá ser de 5 GHz para Wi-Fi 6, 6 GHz para Wi-Fi 6E e 6 GHz para Wi-Fi 7.
- 7.4. A largura do canal utilizado pelos Access Points deverá ser de 80 MHz.
- 7.5. A aferição será realizada em cinco pontos da sala: um diretamente abaixo do Access Point e os demais nos quatro cantos da sala.
- 7.6. Para aprovação no teste, a intensidade de sinal deve permanecer entre 0 e -60 dBm.

8. TESTE DE INTEGRAÇÃO COM O NPS/RADIUS

8.1. Objetivo

- 8.1.1. Garantir que as diferentes combinações de autenticação WiFi (PEAP, EAP-TLS, MSCHAPv2) funcionem corretamente nos modos WPA2-Enterprise e WPA3-Enterprise, Bem como a compatibilidade com os diversos dispositivos móveis existentes.

8.2. Ambiente de Teste

- 8.2.1. Controlador *Wireless*;
- 8.2.2. Pontos de Acesso compatíveis com WPA2 e WPA3;
- 8.2.3. Microsoft NPS configurado como RADIUS Server;
- 8.2.4. Autoridade Certificadora interna (Microsoft CA); e
- 8.2.5. Terminal cliente (Sistema operacional pode ser Windows



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

10/11, macOS, Android ou iOS).

8.3. Pré-requisitos

8.3.1. VLANs e SSIDs configurados no controller:

8.3.1.1. SSID-WPA2-Enterprise

8.3.1.2. SSID-WPA3-Enterprise

8.3.2. Política NPS:

8.3.2.1. Política de Rede para PEAP-MSCHAPv2

8.3.3. Usuários e grupos deverão estar configurados previamente no Active Directory.

8.4. Procedimentos de Teste

ID	Cenário	Condições	Passos	Resultado esperado
T01	WPA2-Enterprise + PEAP-MSCHAPv2	SSID-WPA2 ativo; Usuário AD com credenciais válidas; Grupo atribuído	1.No cliente, selecionar SSID-WPA2-Enterprise2. Configurar método PEAP-MSCHAPv23.Fornecer usuário e senha AD4. Conectar	Conexão estabelecida; VLAN atribuída; IP obtido via DHCP; Autenticação no NPS bem-sucedida
T02	WPA2-Enterprise + EAP-TLS	SSID-WPA2 ativo; Certificado do cliente instalado na máquina	1. No cliente, selecionar SSID-WPA2-Enterprise2.Configurar EAP-TLS3.Selecionar certificado cliente	Conexão estabelecida; VLAN atribuída; IP via DHCP; Autenticação por certificado validada no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ID	Cenário	Condições	Passos	Resultado esperado
			4. Conectar	NPS
T03	WPA3-Enterprise + PEAP-MSCHAPv2	SSID-WPA3 ativo; Cliente e AP suportam WPA3; Usuário AD com credenciais válidas; Grupo atribuído	1. No cliente, selecionar SSID-WPA3-Enterprise 2. Configurar PEAP-MSCHAPv2 3. Fornecer usuário e senha do AD 4. Conectar	Conexão estabelecida; VLAN atribuída; IP obtido via DHCP; Autenticação MSCHAPv2 aprovada
T04	WPA3-Enterprise + EAP-TLS	SSID-WPA3 ativo; Certificado do cliente instalado	1. No cliente, selecionar SSID-WPA3-Enterprise 2. Configurar EAP-TLS 3. Selecionar certificado cliente 4. Conectar	Conexão WPA3 estabelecida; IP via DHCP; Autenticação EAP-TLS aprovada
T05	Fallback WPA3 -> WPA2 com MSCHAPv2	SSID-WPA3 configurado com fallback para WPA2	1. Cliente sem suporte WPA3 tenta conectar a SSID-WPA3-Enterprise; 2. Observar fallback automático para WPA2-Enterprise;	Conexão estabelecida usando WPA2; VLAN atribuída; IP obtido via DHCP; Autenticação MSCHAPv2 aprovada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

ID	Cenário	Condições	Passos	Resultado esperado
T06	Captive Portal e SSID sem criptografia implementada	SSID-visitantes	1.No cliente, selecionar SSID-visitantes; 2.Iniciar qualquer navegação; 3.Redirecionamento automático para o portal de autenticação; 4.Autenticar;5 .Acesso à Internet após autenticação	Conexão estabelecida; IP via DHCP; Acesso limitado exclusivamente ao portal de autenticação, até que o status de autenticado seja alcançado; Confirmar <i>accounting</i> com todo o tráfego do cliente após autenticação

8.5. Validação e Logs

8.5.1. Capturar logs de autenticação no Microsoft NPS

8.5.2. Capturar logs de evento no client (Event Viewer)

8.5.3. Verificar registros de DHCP e IP lease

8.5.4. Monitorar performance de handshake e indicadores de segurança

8.6. Critérios de Aceitação

8.6.1. Todos os casos de teste devem passar sem falhas

8.6.2. Autenticação deve ocorrer nos três métodos solicitados

8.6.3. Fallback deve ser transparente para o usuário

8.7. Registro de Resultados

8.7.1. Em cada execução, preencher data, responsável, status



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

(Pass/Fail) e comentários adicionais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

APENSO III

**DISPOSIÇÃO ATUAL DA REDE WI-FI E
PROJEÇÕES DE AQUISIÇÃO**

Processo Administrativo Nº 3353/2025

**PROJETO DE MELHORIA DA REDE
WI-FI DO TRT8**

Belém-PA, 9 de abril de 2026



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

SUMÁRIO

APENSO III - DISPOSIÇÃO ATUAL DA REDE WI-FI

1. DISPOSIÇÃO ATUAL E PROJEÇÃO MÍNIMA PARA O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO.....	1
2. PROJEÇÕES MÍNIMA E MÁXIMA PARA AQUISIÇÃO DE ACCESS POINTS.....	4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

APENSO III - DISPOSIÇÃO ATUAL DA REDE WI-FI

1. DISPOSIÇÃO ATUAL E PROJEÇÃO MÍNIMA PARA O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

1.1. A seguir, é apresentada uma tabela com as quantidades existentes atualmente:

Nº	UF	MUNICÍPIO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PA	Abaetetuba	Fórum	02
2	PA	Abaetetuba	2ª Vara do Trabalho	02
3	PA	Altamira	Vara do Trabalho	02
4	PA	Ananindeua	Fórum	04
5	PA	Ananindeua	Arquivo Geral	01
6	PA	Belém	Sede	25
7	PA	Belém	Blocos Anexos 1 ao 4	17
8	PA	Belém	Fórum - Anexo 5	37
9	PA	Belém	Depósito	01
10	PA	Breves	Vara do Trabalho	02
11	PA	Capanema	Vara do Trabalho	02
12	PA	Castanhal	Vara do Trabalho	02
13	PA	Itaituba	Vara do Trabalho	02
14	AP	Macapá	Fórum	14
15	PA	Marabá	Fórum	07
16	PA	Monte Dourado	Vara do Trabalho	02
17	PA	Óbidos	Vara do Trabalho	02
18	PA	Paragominas	Vara do Trabalho	02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

Nº	UF	MUNICÍPIO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PA	Abaetetuba	Fórum	02
2	PA	Abaetetuba	2ª Vara do Trabalho	02
3	PA	Altamira	Vara do Trabalho	02
19	PA	Parauapebas	Fórum	07
20	PA	Redenção	Vara do Trabalho	02
21	PA	Santa Izabel do Pará	Vara do Trabalho	02
22	PA	Santarém	Fórum	02
23	PA	São Félix do Xingu	Vara do Trabalho	02
24	PA	Tucuruí	Vara do Trabalho	02
25	PA	Xinguara	Vara do Trabalho	02
TOTAL EM USO ATUALMENTE				145

- 1.2. Considerando que a nova solução adquirida certamente irá ser diferente da atual, deve-se tomar o número atual apenas como uma base inicial
- 1.3. Relembra-se que fatores essenciais como a quantidade de usuários suportados, assim como a área média coberta muda de modelo a modelo.
- 1.4. Ademais, os padrões Wi-Fi 6E e 7 permitem a operação em 6 GHz. Esse aumento na frequência implica uma diminuição do comprimento de onda, o que limita mais o alcance da área de cobertura de cada *access point* e aumenta a suscetibilidade a obstáculos, como paredes e móveis.
- 1.5. Por outro lado, a utilização na faixa de 6 GHz permite a operação com maior taxa de transmissão de dados, numa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

faixa ainda pouco utilizada (menos interferências externas).

- 1.6. A boa prática de projeto de redes Wi-Fi recomenda deixar uma margem de 20 a 30% (considerar-se-á a taxa de 30%) do número de APs para comportar imprevistos como mudanças de leiaute do ambiente (devido a reformas, por exemplo) ou aumento do número de dispositivos conectados.
- 1.7. Além disso, não é incomum mudanças de instalações de unidades do TRT8 para locais maiores, como aconteceu recentemente com a Vara do Trabalho de Redenção e está ocorrendo com o Fórum Trabalhista de Santarém. Assim, pode-se fazer um acréscimo de mais 5% à margem de segurança, de modo a se considerar a escalabilidade da rede.
- 1.8. Desse modo, o número estimado de APs a serem adquiridos é:

→ MÍNIMO DE APs A SEREM ADQUIRIDOS = (TOTAL EM USO ATUALMENTE) × 1,35

→ MÍNIMO DE APs A SEREM ADQUIRIDOS = 145 × 1,35

Arredondando-se o valor obtido, tem-se:

MÍNIMO DE APs A SEREM ADQUIRIDOS = 195,75

∴ **MÍNIMO DE APs A SEREM ADQUIRIDOS PELO TRT8 = 195**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

2. PROJEÇÕES MÍNIMA E MÁXIMA PARA AQUISIÇÃO DE ACCESS POINTS

2.1. Considerando-se apenas o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sem contar com a participação ou adesão de outros órgãos, conforme art. 86 da Lei 14.133/2021, tem-se para as condições estabelecidas:

→ Mínimo do TRT8 = 195

→ Máximo do TRT8 = 600

2.2. Os quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência correspondem ao total estimado a ser adquirido durante a vigência contratual, conforme o disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

2.3. As estimativas foram elaboradas com base em dados históricos de utilização, expansão prevista da infraestrutura de rede e reserva técnica necessária à manutenção da continuidade dos serviços. O quantitativo mínimo representa a demanda imediata e certa, enquanto o quantitativo máximo expressa o limite superior estimado para o atendimento integral das unidades jurisdicionais, considerando:

2.3.1. a ampliação de cobertura e substituição gradual de pontos de acesso em unidades existentes;

2.3.2. a instalação de novos equipamentos em unidades a serem criadas ou reformadas;

2.3.3. a reposição preventiva ou corretiva de equipamentos defeituosos; e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
(Resolução CNJ nº 468, de 15/07/2022)

- 2.3.4. a manutenção de estoque estratégico para contingências.
- 2.4.** O registro desses quantitativos não implica obrigatoriedade de contratação integral, limitando-se à execução conforme necessidade efetiva e disponibilidade orçamentária.
- 2.5.** Eventuais adesões por órgãos não participantes observarão os limites estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, que restringem a contratação adicional a até 50% por órgão aderente e ao máximo de 200% na soma total das adesões.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA ESCRITA

Prezados Senhores,

A Empresa....., situada à.....(endereço completo), inscrita no CNPJ CONTA CORRENTE:..... BANCO(COD):..... AGÊNCIA(COD):....., e telefones/fax para contatos:, por intermédio de seu representante legal, nome, estado civil, profissão, cargo na empresa, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail, para os fins do **Pregão Eletrônico nº. 90008/2026**, e após examinar todas as cláusulas e condições, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seu(s) anexo(s)/Apenso(s).

Declaramos concordar com os prazo previstos, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I** do edital.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados, com a finalidade de otimização e redução de custos e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de **(mínimo de 60 dias)**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaramos que os itens abaixo serão prestados de acordo com suas respectivas especificações técnica detalhadas no ANEXO I - Termo de referência.

Declaramos que o valor UNITÁRIO e GLOBAL de nossa proposta está detalhado conforme tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	235		
2	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	15		
3	Access Point Wi-Fi 6E -	Quantidade de	TRT8	100		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	Tipo 01	dispositivos				
4	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
5	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
6	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
7	Injetor PoE	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
8	Licença de Uso da Controladora Wireless em Nuvem (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs gerenciados	TRT8	300		
			TRT9	250		
9	Licença de uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizado (NAC) (subscrição por instância)	Quantidade de instâncias ativas	TRT8	01		
			TRT9	01		
10	Licença de uso para Controle de Acesso do NAC (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 dispositivos	TRT8	05		
			TRT9	03		
11	Licença de uso do Módulo de Operação e Manutenção Assistidas por Inteligência Artificial para APs com	Quantidade de APs assistidos	TRT8	200		
			TRT9	250		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	tecnologia Wi-Fi 7					
12	(subscrição - Licença de uso do Módulo de Verificação de Postura de <i>Endpoints</i> (<i>Posture Assessment</i>) (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 <i>endpoints</i>	TRT8	03		
			TRT9	03		
13	Serviço de site survey preditivo até 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	17		
14	Serviço de site survey preditivo acima de 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	06		
15	Serviço de site survey ativo na Sede	Quantidade de localidades	TRT8	02		
16	Serviço de site survey ativo fora da Sede (Demais localidades)	Quantidade de localidades	TRT8	05		
17	Serviços de Implantação de Access Point - Sede	Unidades de Access Point Implantadas	TRT8	200		
			TRT9	02		
18	Serviços de Implantação de Access	Unidades de Access Points	TRT8	100		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	Point - Fora	Implantadas				
19	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 45 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200		
20	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 90 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200		
21	Serviço de implantação da Controladora Wireless em Nuvem	Unidade de serviço por implantação concluída	TRT8	01		
			TRT9	01		
22	Serviço de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC)	Unidade de serviço por instância implantada	TRT8	01		
			TRT9	01		
23	Serviço de implantação do Módulo de Operação e Manutenção Assistida por IA (AIOps)	Unidade de serviço por instância AIOps implantada	TRT8	01		
			TRT9	01		
24	Serviço de Repasse de Conhecimento (01 turma)	Unidade de serviço	TRT8	02		
			TRT9	01		
25	Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva dos	Quantidade de meses	TRT8	60		
			TRT9	60		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	softwares pelo prazo de					
	60 meses	TOTAL GERAL				

....., de..... de 2026.

Responsável da Empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

Prezados Senhores,

A Empresa....., situada à.....(endereço completo), inscrita no CNPJ CONTA CORRENTE:..... BANCO(COD):..... AGÊNCIA(COD):....., e telefones/fax para contatos:, por intermédio de seu representante legal, nome, estado civil, profissão, cargo na empresa, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail, para os fins do **Pregão Eletrônico nº. 90008/2026** e após examinar todas as cláusulas e condições, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seu(s) anexo(s)/Apenso(s).

Declaramos concordar com o prazo de entrega, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I** do edital.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de..... **(mínimo de 60 dias)**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaramos que o(s) item(ns) abaixo será(ão) fornecido(s) de acordo com suas respectivas especificações técnicas detalhadas no Anexo I - Termo de Referência.

Declaramos que o valor UNITÁRIO e TOTAL de nossa proposta está detalhado conforme tabela abaixo:

DECLARAMOS ACEITAR COTAR OS BENS/OBJETOS DO CERTAME COM PREÇOS IGUAIS AO DA LICITANTE VENCEDORA, NAS MESMAS UNIDADES E QUANTITATIVOS, CONFORME TABELA ABAIXO:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	235		
2	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	15		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

3	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
4	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
5	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
6	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
7	Injetor PoE	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
8	Licença de Uso da Controladora Wireless em Nuvem (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs gerenciados	TRT8	300		
			TRT9	250		
9	Licença de uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizado (NAC) (subscrição por instância)	Quantidade de instâncias ativas	TRT8	01		
			TRT9	01		
10	Licença de uso para Controle de Acesso do NAC (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 dispositivos	TRT8	05		
			TRT9	03		
11	Licença de uso do Módulo de Operação e Manutenção Assistidas por Inteligência Artificial	Quantidade de APs assistidos	TRT8	200		
			TRT9	250		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	para APs com tecnologia Wi-Fi 7					
12	Licença de uso do Módulo de Verificação de Postura de Endpoints (Posture Assessment) (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 endpoints	TRT8	03		
			TRT9	03		
13	Serviço de site survey preditivo até 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	17		
14	Serviço de site survey preditivo acima de 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	06		
15	Serviço de site survey ativo na Sede	Quantidade de localidades	TRT8	02		
16	Serviço de site survey ativo fora da Sede (Demais localidades)	Quantidade de localidades	TRT8	05		
17	Serviços de Implantação de Access Point - Sede	Unidades de Access Point Implantadas	TRT8	200		
			TRT9	02		
18			TRT8	100		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	Serviços de Implantação de Access	Unidades de Access Points				
19	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 45 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200		
20	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 90 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200		
21	Serviço de implantação da Controladora Wireless em Nuvem	Unidade de serviço por implantação concluída	TRT8	01		
			TRT9	01		
22	Serviço de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC)	Unidade de serviço por instância implantada	TRT8	01		
			TRT9	01		
23	Serviço de implantação do Módulo de Operação e Manutenção Assistida por IA (AIOps)	Unidade de serviço por instância AIOps implantada	TRT8	01		
			TRT9	01		
24	Serviço de Repasse de Conhecimento (01 turma)	Unidade de serviço	TRT8	02		
			TRT9	01		
25	Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com	Quantidade de meses	TRT8	60		
			TRT9	60		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	manutenção corretiva e evolutiva dos software					
TOTAL GERAL						

....., de..... de 2026.

Responsável da Empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2026

Pregão Eletrônico Nº 90008/2026 – Processo TRT8ª nº 3353/2025

No dia...de...de 2026, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foram registrados, em sessão pública, o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s) abaixo discriminada(s) para aquisição, por meio de registro de preços, de solução de rede Wi-Fi, compreendendo o fornecimento de equipamentos, serviços de site survey, implantação, repasse de conhecimento, assistência e suporte técnico, bem como a subscrição de software hospedado em nuvem, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, admitida a prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e APENSOS**, e na Proposta de preços, independentemente de transcrição, por serem partes integrantes desta Ata de Registro de Preço.

1. DOS PREÇOS REGISTRADOS.

GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	235		
2	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	15		
3	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
4	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
5	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
6	Access Point	Quantidade	TRT8	100		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	Wi-Fi 6 - Tipo 02	de dispositivos				
7	Injetor PoE	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
8	Licença de Uso da Controladora Wireless em Nuvem (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs gerenciados	TRT8	300		
			TRT9	250		
9	Licença de uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizado (NAC) (subscrição por instância)	Quantidade de instâncias ativas	TRT8	01		
			TRT9	01		
10	Licença de uso para Controle de Acesso do NAC (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 dispositivos	TRT8	05		
			TRT9	03		
11	Licença de uso do Módulo de Operação e Manutenção Assistidas por Inteligência Artificial para APs com tecnologia Wi-Fi 7 (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs assistidos	TRT8	200		
			TRT9	250		
12	Licença de uso do Módulo de Verificação	Pacotes de 500 endpoints	TRT8	03		
			TRT9	03		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	de Postura de <i>Endpoints (Posture</i>					
	<i>Assessment)</i>					
13	Serviço de site survey preditivo até 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	17		
14	Serviço de site survey preditivo acima de 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	06		
15	Serviço de site survey ativo na Sede	Quantidade de localidades	TRT8	02		
16	Serviço de site survey ativo fora da Sede (Demais localidades)	Quantidade de localidades	TRT8	05		
17	Serviços de Implantação de Access Point - Sede	Unidades de Access Point Implantadas	TRT8	200		
			TRT9	02		
18	Serviços de Implantação de Access Point - Fora da Sede	Unidades de Access Points Implantadas	TRT8	100		
19	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 45 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200		
20	Serviço de	Unidade de	TRT8	200		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 90 metros	cabo lançada, crimpada e certificada				
21	Serviço de implantação da Controladora Wireless em Nuvem	Unidade de serviço por implantação concluída	TRT8	01		
			TRT9	01		
22	Serviço de implantação da Plataforma de Controle de Acesso (NAC)	Unidade de serviço por instância implantada	TRT8	01		
			TRT9	01		
23	Serviço de implantação do Módulo de Operação e Manutenção Assistida por IA (AIOps)	Unidade de serviço por instância AIOps implantada	TRT8	01		
			TRT9	01		
24	Serviço de Repasse de Conhecimento (01 turma)	Unidade de serviço	TRT8	02		
			TRT9	01		
25	Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva dos softwares pelo prazo de 60 meses	Quantidade de meses	TRT8	60		
			TRT9	60		
TOTAL GERAL						

Empresa vencedora (1º Lugar):

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Representante:
C. P. F.:

RELAÇÃO DE LICITANTES NA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, NOS TERMOS DO **ARTIGO 18 DO DECRETO Nº 11.462/2023**, A SEGUIR:

Empresa vencedora (2º Lugar):

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Representante:

C. P. F.:

2. ENCARGOS DO TRIBUNAL (CONTRATANTE) .

2.1. A contratante atenderá as obrigações previstas do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

3. ENCARGOS DA DETENTORA DA ATA.

3.1. A DETENTORA atenderá as obrigações previstas do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

4. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E GERAIS.

4.1. À **Detentora da Ata** caberá, ainda:

4.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRIBUNAL;

4.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TRIBUNAL;

4.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da Contratação.

4.2. A inadimplência da **Detentora da Ata**, com referência aos encargos estabelecidos neste item contratual, não transfere à Administração do TRIBUNAL a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a **Detentora da Ata** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o TRIBUNAL.

4.3. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.4. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

desta Contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

4.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto da contratação, conforme consta no subitem 6.17 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, para a prestação do objeto desta Ata de Registro de Preços.

4.6. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da Resolução nº. 07/2005 do CNJ. A vedação contida na Resolução nº. 07/2005 do CNJ não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da resolução nº. 229/2016 do CNJ.

4.7. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ.

4.8. A Detentora da Ata, deverá dispor de um endereço de e-mail válido, o qual será fornecido, no ato da contratação, e que será utilizado para o recebimento de todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

4.9. A Detentora da Ata deverá realizar seu cadastro no Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT.

4.10. A Detentora da Ata deverá apresentar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, através do Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT, os documentos fiscais da própria empresa através do Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT para ateste da prestação do serviço e pagamento.

4.11. A administração deverá abster-se de ações que possam ser consideradas como intervenção indevida na gestão interna do contratado, em atenção ao disposto no Art. 48, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

5.1. As especificações técnicas do(s) item(s)/grupo(s) registrado(s) esta(ão) detalhada(as) em suas respectiva(s) descrição(ões) no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital que integra esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

5.2. Os prazos, procedimentos prévios e forma de execução do objeto deverão ocorrer conforme estabelecido no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital que integra esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

5.3. O detentor da Ata de Registro deverá informar ao TRIBUNAL sobre quaisquer situações que possam vir a alterar as condições do compromisso assumido, bem como prestar esclarecimento que se fizerem necessários,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

sempre que requisitado.

5.4. Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme constam dos termos dos **Arts. 84 da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023**, tendo início e vencimento em dia de expediente.

5.5. Em se tratando de execução de serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, será vedada a contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa, ressalvado o disposto no **art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021**.

5.6. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO** e do Fornecedor Beneficiário.

5.7. Fica eleito o foro de Belém - PA, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

5.8. O contratado ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

6. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES, ATUALIZAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS.

6.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser reajustados com base no Índice de Custo de Tecnologia da Informação/ICTI, observada a regra da anualidade e contados da data do orçamento a que se referem, e desde que nas hipóteses que se coadunarem com o objeto desta licitação decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no **Art. 25 do Decreto nº 11.462/2023**.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Tribunal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado nos moldes do **Art. 26 do Decreto nº 11.462/2023**.

6.2.1. Frustrada a negociação de que trata este subitem, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, cabendo ao TRIBUNAL convocar os demais fornecedores constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação original, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado em igual oportunidade e negociação, quando possível.

6.2.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.3. Caso ocorra a redução do preço registrado resultado da negociação entre as partes, o Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei nº 14.133/2021**.

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será a ele facultado requerer ao Tribunal a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, nos moldes do **Art. 27 do Decreto nº 11.462/2023**.

6.3.1. o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Tribunal e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no **art. 28 do Decreto nº 11.462/2023**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

6.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no **subitem 6.3.2**, o Tribunal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **§ 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023**.

6.3.4. Inexistindo êxito nas negociações, o TRIBUNAL procederá ao cancelamento da Ata de registro de preços, nos termos do disposto no **art. 29 do Decreto nº 11.462/2023**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 6.3, o Tribunal atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.3.6. O Tribunal comunicará aos órgãos e às entidades que porventura tenham firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no **Art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Art. 124 da Lei n 14.133/2021**.

6.4. Em qualquer das hipóteses, a fixação de novo preço deverá ser consignada na Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis.

6.5. É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme disposto do **inc. VIII do Art. 82 da Lei n 14.133/2021 e inc. VII do Art. 15 do Decreto nº 11.462/2023**.

6.6. Observando o termos da norma contida do **Art. 23 do Decreto nº 11.462/2023**, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

6.7. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços, sob os termos do **Art. 24 do Decreto nº 11.462/2023**, serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

6.7.1. O disposto no **caput** observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Belém/PA, de de 2026

Presidente (a) /TRT8

Representante da Empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

CONTRATO TRT Nº XXX/2026

AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE REDE WI-FI, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE SITE SURVEY, IMPLANTAÇÃO, REPASSE DE CONHECIMENTO, ASSISTÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO, BEM COMO A SUBSCRIÇÃO DE SOFTWARE HOSPEDADO EM NUVEM, PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) MESES, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATANTES: A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, inscrito no Ministério da Fazenda, sob o nº 01.547.343/0001-33, com sede na Trav. D. Pedro I, nº 746, Bairro: Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66.050-100, e a Empresa xxxxxxxx, doravante denominados, respectivamente, TRIBUNAL e CONTRATADA.

REPRESENTANTES: O(A) Sr^(a). xxxxxxxxx, RG: xxxxxxxx - SEGUP/PA, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, **Exm^o.(a) Presidente(a) do Tribunal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, representa a UNIÃO, e o(a) Sr^(a). xxxxxxxx, C.P.F. Nº xxxxxxxx, residente e domiciliado(a) à xxxxxxxx, representa a CONTRATADA.

SEDE E REGISTRO DA CONTRATADA: A CONTRATADA é estabelecida na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, na Rua xxxxxxxx e está inscrita no Ministério da Fazenda, sob o nº xxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO DO CONTRATO.

1.1. Este Contrato decorre da Licitação realizada, através do Pregão Eletrônico nº 90008/2026, Processo T.R.T. Nº 3353/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 8.078/1990 e do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO.

2.1. O Presente instrumento tem por objeto a aquisição, por meio de registro de preços, de solução de rede Wi-Fi, compreendendo o fornecimento de equipamentos, serviços de site survey, implantação, repasse de conhecimento, assistência e suporte técnico, bem como a subscrição de software hospedado em nuvem, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, admitida a prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e APENSOS, que são partes integrantes deste instrumento e na proposta comercial, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR.

3.1. O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$... (...), correspondente as valores detalhados na(s) tabela(s) abaixo:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	235		
2	Access Point Wi-Fi 7 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
			TRT9	15		
3	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
4	Access Point Wi-Fi 6E - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
5	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 01	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
6	Access Point Wi-Fi 6 - Tipo 02	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
7	Injetor PoE	Quantidade de dispositivos	TRT8	100		
8	Licença de Uso da Controladora Wireless em Nuvem (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs gerenciados	TRT8	300		
			TRT9	250		
9	Licença de	Quantidade de	TRT8	01		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

	uso da Plataforma de Gerenciamento Centralizado (NAC) (subscrição por instância)	instâncias ativas	TRT9	01		
10	Licença de uso para Controle de Acesso do NAC (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 dispositivos	TRT8	05		
			TRT9	03		
11	Licença de uso do Módulo de Operação e Manutenção Assistidas por Inteligência Artificial para APs com tecnologia Wi-Fi 7 (subscrição - SaaS)	Quantidade de APs assistidos	TRT8	200		
			TRT9	250		
12	Licença de uso do Módulo de Verificação de Postura de <i>Endpoints (Pos- ture Assessment)</i> (subscrição - SaaS)	Pacotes de 500 <i>endpoints</i>	TRT8	03		
			TRT9	03		
13	Serviço de site survey preditivo até 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	17		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

14	Serviço de site survey preditivo acima de 500 m²	Quantidade de localidades	TRT8	06		
15	Serviço de site survey ativo na Sede	Quantidade de localidades	TRT8	02		
16	Serviço de site survey ativo fora da Sede (Demais localidades)	Quantidade de localidades	TRT8	05		
17	Serviços de Implantação de Access Point - Sede	Unidades de Access Point Implantadas	TRT8	200		
			TRT9	02		
18	Serviços de Implantação de Access Point - Fora da Sede	Unidades de Access Points Implantadas	TRT8	100		
19	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 45 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200		
20	Serviço de Implantação de Cabeamento Estruturado Cat6 90 metros	Unidade de cabo lançada, crimpada e certificada	TRT8	200		
21	Serviço de implantação da Controladora Wireless em Nuvem	Unidade de serviço por implantação concluída	TRT8	01		
			TRT9	01		
22	Serviço de implantação	Unidade de serviço por	TRT8	01		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

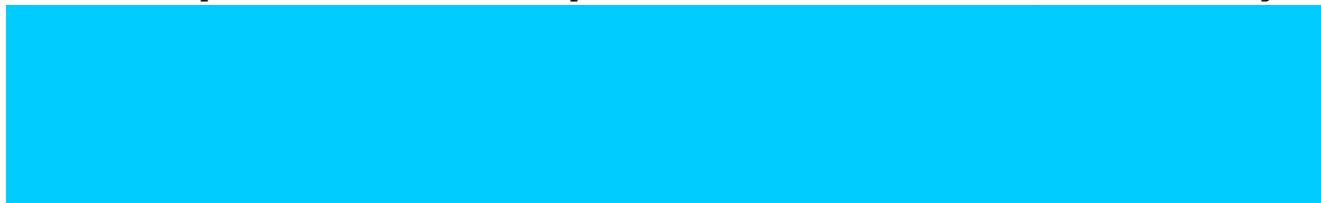
	da Plataforma de Controle de Acesso (NAC)	instância implantada	TRT9	01		
23	Serviço de implantação do Módulo de Operação e Manutenção Assistida por IA (AIOps)	Unidade de serviço por instância AIOps implantada	TRT8	01		
			TRT9	01		
24	Serviço de Repasse de Conhecimento (01 turma)	Unidade de serviço	TRT8	02		
			TRT9	01		
25	Serviço de suporte técnico remoto e on-site, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva dos softwares pelo prazo de 60 meses	Quantidade de meses	TRT8	60		
			TRT9	60		
TOTAL GERAL						

3.2. As especificações técnicas dos itens contratados estão detalhadas em suas respectivas descrições no **ANEXO I - Termo de Referência** que integram este contrato, independentemente de transcrição.

3.3. Nos valores acima consignados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços de montagem, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seu(s) anexo(s)/Apenso(s).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão, conforme segue:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUINTA - DOS LOCAIS, PRAZOS E PROCEDIMENTOS NA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1. O objeto deste contrato deverá ser executado nos prazos e procedimentos previstos no **ANEXO I - Termo de Referência**, sobretudo em seus **subitens 6.7.5, 6.8, 6.12, 6.13, 6.14, 6.15 e 7.3**, que é parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

5.2. Os locais de entrega do objeto deste contrato estão previstos no **subitem 7.2 do ANEXO I - Termo de Referência**, que é parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

5.3. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, **regular-se-ão** pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado (**Art. 89 c/c Inc. III, Art. 92 ambos da Lei 14.133/2021**)

5.4. O contrato **deverá ser executado fielmente pelas partes**, de acordo com as cláusulas nele avençadas e as normas da **Lei 14.133/2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial; outrossim, observando-se rigorosamente as **especificações e exigências** nele definidas e no **Anexo I - Termo de Referência e seus Apenso**s.

5.5. Quaisquer alterações contratuais somente poderão ser aqui introduzidas com observância no que for compatível ao objeto deste contrato.

5.6. Os **atrasos** na execução do objeto deste Contrato somente serão justificáveis quando decorrerem de **casos fortuitos ou de força maior** conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos relacionados com o TRIBUNAL.

5.6.1. Na ocorrência de tais fatos, os **pedidos de prorrogação** deverão ser encaminhados a FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas após o evento**.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

6.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses**, contados do(a) assinatura do contrato na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133/2021**, com possibilidade de prorrogação nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no **subitem 1.1.4. do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

6.1.1. A contagem do prazo de vigência tem eficácia, após a publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, contados da data de sua assinatura (Inc. I, Art. 94, Lei nº 14.133/2021).

6.2. Os prazos de **garantia e manutenção** estão previstos no **subitem 6.9 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS DO TRIBUNAL (CONTRATANTE).

7.1. A contratante atenderá as obrigações previstas no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS DA CONTRATADA.

8.1. A contratada atenderá as obrigações previstas no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E GERAIS.

9.1. À CONTRATADA caberá, ainda:

9.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRIBUNAL;

9.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação do objeto ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TRIBUNAL;

9.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

9.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato.

9.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste item contratual, não transfere à Administração do TRIBUNAL a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o TRIBUNAL.

9.3. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal durante a vigência deste Contrato.

9.4. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

9.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto da contratação, conforme consta no subitem 6.17 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

9.6. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da **Resolução nº. 07/2005 do CNJ**. A vedação contida na **Resolução nº. 07/2005 do CNJ** não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da **Resolução nº. 229/2016 do CNJ**.

9.7. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do **Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

9.8. A CONTRATADA deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento, por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo;>

9.9. A CONTRATADA terá acesso a um guia detalhado das funcionalidades do sistema SIGEO - JT pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda.>

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

10.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, **regular-se-ão** pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado (Art. 89 c/c Inc. III, Art. 92 ambos da Lei 14.133/2021)

10.2. O contrato **deverá ser executado fielmente pelas partes**, de acordo com as cláusulas nele avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial; outrossim, observando-se rigorosamente as **especificações e exigências** nele definidas e no **Anexo I - Termo de Referência**.

10.3. Quaisquer alterações contratuais somente poderão ser aqui introduzidas com observância no que for compatível ao objeto deste contrato.

10.4. Os **atrasos** na execução do objeto deste Contrato somente serão justificáveis quando decorrerem de **casos fortuitos ou de força maior** conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos relacionados com o TRIBUNAL.

10.4.1. Na ocorrência de tais fatos, os **pedidos de prorrogação** deverão ser encaminhados a FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente **formalmente designados pela CONTRATANTE** conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, aos quais compete **acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar** a prestação do objeto, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem;

11.2. A fiscalização adotará os **seguintes mecanismos** para realizar a **comunicação** com a CONTRATADA:

- a) Via telefone;
- b) Via ofício ou notificação;
- c) Via e-mail;
- d) Via presencial.

11.3. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao objeto;

11.4. Durante a execução do objeto deste contrato, fica reservada à Equipe de Gerenciamento do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e APENSOS do edital**, ou, ainda, nas disposições deste decorrente Instrumento Contratual;

11.4.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO deverão ser encaminhadas a seus superiores hierárquicos em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

11.5. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e APENSOS do edital**;

11.6. A fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato não reduz nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o TRT8 ou terceiros quanto aos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

11.7. Qualquer tolerância por parte da Equipe de Gerenciamento do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará em alteração de cláusulas ou condições pactuadas;

11.8. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá exigir que a CONTRATADA estabeleça novos procedimentos administrativos, visando aprimoramento de controles e melhoria da rotina e da qualidade da prestação do objeto;

11.9. A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados.

11.10. A FISCALIZAÇÃO poderá sustar qualquer trabalho/serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar necessária.

11.11. O Gestor do contrato será auxiliado pelos **órgãos de assessoramento jurídico** e de **controle interno do Tribunal**, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (§ 3º, Art. 117, Lei 14.133/2021).

11.12. O contratado será obrigado a **reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato** em que se verificarem **vícios, defeitos ou incorreções** resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.13. Na hipótese de ocorrência de **caso fortuito ou de força maior** que tenha o condão de motivar o atraso na prestação do objeto no prazo previsto neste Instrumento, deve a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito, à FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a execução do objeto do Contrato.

11.14. Definição de papéis e responsabilidades:

PAPEL	RESPONSABILIDADES
	Fiscalizar a execução física do Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução, acompanhando a execução física do Contrato e seus aspectos funcionais, inclusive, a prestação de serviços relativos à garantia técnica;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Fiscal Técnico	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões técnicas e operacionais do Contrato;
	Prestar informações técnicas ao Gestor, para possibilitar a análise administrativa e financeira do Contrato;
	Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, informando a data e o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos;
	Relatar, por escrito, ao Gestor qualquer fato que gere atraso ou impossibilidade de cumprimento do Contrato.
Gestor do Contrato	Representar a Unidade Demandante do TRT8 acompanhando toda a execução do Contrato;
	Gerenciar a execução do Contrato;
	Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato;
	Representar o TRT8 nas questões administrativas e financeiras;
	Prestar informações técnicas necessárias à análise administrativa e financeira do Contrato.
Preposto	Representar a empresa contratada;
	Acompanhar a execução do Contrato e atuar como principal interlocutor junto ao TRT8, participando, inclusive, das reuniões para as quais for convocado;
	Receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas no curso da execução contratual.

11.15. A Fiscalização contratual atuará com base no modelo de gestão definido no Manual de Gestão e fiscalização de Contratos Administrativos, constante no endereço: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual_com_portaria.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

11.15.1. Nos termos do **Manual de Gestão de Contratos Administrativos do TRT8** será **designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização** para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

11.15.1.1. O **Fiscal do Contrato** deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seu(s) anexo(s)/apenso(s) e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

11.16. O **acompanhamento e a fiscalização** da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do(s) objeto(s) e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**.

11.17. Compete ao(s) FISCAL(IS) TÉCNICO(S) auxiliar(em) o GESTOR DO CONTRATO no exercício de suas funções, recaiando a indicação preferencialmente em servidor lotado nas unidades servidas pelos postos terceirizados.

11.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.19. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a)** Não produzir os resultados acordados;
- b)** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- c)** Deixar de disponibilizar os recursos técnicos e humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.19.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a)** Disponibilidade do serviço em conformidade com os níveis de serviço (SLA) contratados;
- b)** Entrega de relatórios de desempenho e funcionamento da solução, quando solicitados;
- c)** Cumprimento dos prazos para resolução de incidentes e chamados de suporte;
- d)** Realização das atualizações e manutenções corretivas e evolutivas previstas;
- e)** Execução das ações de transição, treinamento e transferência de conhecimento, quando aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

12.1. As aquisições dos objetos deste contrato serão orientadas a partir dos requisitos referentes a especificações técnicas e condições de fornecimento constantes no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e seus APENSOS**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO.

13.1. Conforme ao que consta no subitem 9.2. do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, Os prazos e condições de recebimento estão dispostos no subitem 6.7.5. do ANEXO I - Termo de Referência do edital que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

13.2. Para todos os efeitos, a conclusão dos serviços para faturamento do primeiro mês do serviço de assistência e suporte técnico remoto e on-site e **recebimento definitivo da solução** somente será dada pela entrega da Solução de Rede WiFi em pleno funcionamento em todas as localidades que contarem com serviço de instalação, conforme avaliado pela equipe técnica do Tribunal em até 5 dias corridos, após o Termo de Recebimento Provisório, conforme consta do subitem 6.7.5.8 e 9.2.2 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

13.3. A CONTRATADA deverá entregar o AS BUILT em até 30 dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.4. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos descritos na tabela abaixo, os quais poderão ser antecipados, se assim for possível e acordado com o Tribunal.

PRAZOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO			
ETAPA	PRAZO MÁXIMO (dias corridos)	EVENTO	RESPONSÁVEL
Dia D	-	Assinatura de contrato entre o CONTRATANTE e a empresa licitante VENCEDORA.	TRIBUNAL e CONTRATADA
D1	D + 7	Reunião de <i>KICK-OFF</i> .	TRIBUNAL e CONTRATADA
D2	D1 + 7	Apresentação de pré-projeto.	CONTRATADA
D3	D2 + 3	Aprovação do pré-projeto e emissão de ORDEM DE SERVIÇO para início do projeto executivo.	Tribunal
D4	D3 + 30	Execução de <i>site surveys</i> e elaboração do projeto executivo.	CONTRATADA
D5	D4 + 5	Avaliação do Projeto Executivo e emissão de ORDEM DE SERVIÇO para início da implantação.	Tribunal
D6	D5 + 90	Conclusão da entrega, instalação e configuração dos equipamentos e operacionalização de	CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

PRAZOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO			
ETAPA	PRAZO MÁXIMO (dias corridos)	EVENTO	RESPONSÁVEL
		todos os sistemas que compõem a solução. Está incluso neste interím o repasse de conhecimento para dar condições aos Servidores do CONTRATANTE de operar a solução.	
D7	D6 + 5	Emissão do Termo de Recebimento provisório, para conferência do serviço entregue.	Tribunal
D8	D7 + 5	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo, autorização para emissão de faturamento e início do período de execução dos serviços. Início da manutenção, assistência e suporte técnico.	Tribunal
D9	D8 + 30	Entrega do AS <i>BUILT</i> .	CONTRATADA

13.5. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entregas estabelecidos, deverá encaminhar ao Tribunal solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar:

- Motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.
- A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa CONTRATADA, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejar o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

13.6. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Tribunal na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à CONTRATADA da decisão proferida. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas por atraso na entrega.

13.7. Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Nesse caso, a contratada será notificada para corrigir as inconsistências no prazo de 10 (dez) dias corridos, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

13.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da verificação da conformidade dos serviços prestados realizada no recebimento provisório, mediante termo detalhado de aceitação elaborado pela Administração.

13.8.1. Esse prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências adicionais para a verificação do cumprimento das exigências contratuais.

13.9. Em caso de controvérsias quanto à execução do serviço, envolvendo aspectos como qualidade ou abrangência, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se o pagamento da parcela incontroversa mediante a emissão de Nota Fiscal correspondente.

13.10. O prazo para solução de inconsistências ou saneamento de pendências na nota fiscal ou instrumento de cobrança, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de recebimento definitivo.

13.11. O recebimento provisório e/ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e eficácia do suporte técnico prestado, nem exime a contratada das responsabilidades legais e contratuais relacionadas à execução do objeto.

13.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.13. O **recebimento provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço objeto deste contrato nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou neste contrato.

13.14. A **atestação** de que trata a Cláusula seguinte deste Contrato será **realizada logo após o recebimento definitivo** de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATESTAÇÃO.

14.1. A atestação do objeto do Contrato caberá ao servidor designado pelo Diretor(a)-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para **acompanhar, orientar e fiscalizar** a execução contratual, denominado FISCALIZAÇÃO.

14.2. A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, **cabendo à fiscalização NÃO ATESTAR a última e/ou única verificação de produtos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório,** conforme consta do ANEXO I - Termo de Referência do edital que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LIQUIDAÇÃO.

15.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, **correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação,** prorrogáveis por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

15.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

15.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

15.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO.

16.1. Conforme consta do subitem 9.4 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, o pagamento será efetuado em **parcela única**, no caso da aquisição de equipamentos e licenças, inclusive as subscrições dos Itens 8, 9, 10, 11 e 12 do quadro da Seção 1, e em **parcelas mensais**, no caso do serviço de suporte técnico (Item 25), ambos no prazo de até 10 (dez) dias úteis



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

contados da finalização da liquidação da despesa de cada período, conforme item anterior deste contrato, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

16.1.1. As subscrições em nuvem dos Itens 8, 9, 10, 11 e 12 serão pagas em parcela única relativa ao período contratado. O Serviço de suporte técnico remoto e *on-site*, 8x5, com manutenção corretiva e evolutiva (Item 25) terá pagamento mensal pelo prazo contratual, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Os Serviços de implantação dos sistemas SaaS (Itens 21, 22 e 23) e o Repasse de conhecimento (Item 24) permanecem itens separados, com formas próprias de medição e pagamento.

16.2. As notas fiscais deverão ser enviadas pelo contratado por meio do sistema **SIGEO**, para fins de processamento e pagamento.

16.2.1 O Contratado fica obrigado a efetuar o cadastro no SIGEO como fato condicionante ao pagamento.

16.2.2. A contratada deverá efetuar o cadastro no **Portal do SIGEO JT** para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.

16.2.3. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda> a contratada terá acesso ao **link do SIGEO - JT** e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema, podendo acessar, também, o link, <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal> externo, a fim de proceder o cadastro.

16.3. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.5. Quando dos pagamentos, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, os pagamentos ficarão condicionados à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.8. Será exigido a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no **§ 3º do art. 195 da Constituição Federal**;

16.8.1. Será exigido do contratado, manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.8.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada na pendência da atestação de conformidade da prestação do serviço, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

16.8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

liberada no prazo previsto para pagamento, conforme consta do **Art. 143 da Lei 14.133/2021**.

16.8.4. O setor competente para proceder o pagamento deve, antes, realizar a liquidação, observando a **CLÁUSULA DA LIQUIDAÇÃO**.

16.9. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

16.10. Nenhum pagamento será efetuado a contratada na pendência da atestação de conformidade da prestação do objeto deste contrato, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

16.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12. No caso de **controvérsia** sobre a execução do objeto, quanto a **dimensão, qualidade e quantidade**, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme consta do **Art. 143 da Lei 14.133/2021**.

16.13. Caso ocorra atraso no pagamento da fatura, por estas estarem em desacordo com as exigências contratadas, o prazo começará a contar a partir da regularização da mesma.

16.14. As faturas emitidas para pagamento deverão conter somente as despesas relativas ao objeto do Contrato.

16.14.1. **As faturas que apresentarem outras despesas** relativas ao objeto que **não** sejam o **objeto contratado**, serão devolvidas para fins de regularização; outrossim, havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.15. O Tribunal **poderá deduzir do montante a pagar** os valores correspondentes a **multas aplicadas e indenizações cabíveis** devidas pela contratada, nos termos do Edital; e, caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Tribunal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.16. Registra-se que o presente serviço observa as condições e procedimentos semelhantes às do setor privado.

16.17. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **contratada não tenha concorrido de alguma forma** para tanto, fica convencionado que a **taxa de atualização e compensação financeira** devida pelo Tribunal, terá a aplicação da **seguinte fórmula**:

EM: $I \times N \times VP$

Onde:

EM= Encargos moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento

VP= Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

I= $(T/100)/365$ **I=** 0,0001644

TX= Percentual da taxa anual= %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

16.17.1. A atualização e compensação de que trata este subitem será devida no momento do pagamento.

16.18. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação do objeto deste instrumento contratual;

16.19. A CONTRATADA que eventualmente receber valor a maior, ao qual não lhe era devido, deverá devolver integralmente o montante recebido em excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

17.1. Este Instrumento poderá ser alterado na forma como disciplina os **arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, que remete ao **Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021**, observando-se o que for compatível ao objeto deste contrato.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO/EXTINÇÃO.

18.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o TRIBUNAL, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato (anualidade), desde que haja a notificação do contratado nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.3. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada nos autos do processo**, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, as seguintes situações que forem aplicáveis ao objeto deste contrato, previstas no **Art. 137 da Lei nº 14.133/2021**:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de **normas editais** ou de **cláusulas contratuais**, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para **acompanhar e fiscalizar** sua execução ou por autoridade superior;

III - **alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa** que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de **falência** ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso **fortuito ou força maior**, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - **razões de interesse público**, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para **pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz**.

18.4. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021 que forem compatíveis ao objeto deste contrato.

18.5. A extinção do contrato poderá ocorrer sob as seguintes formas, conforme consta do **Art. 138 da Lei nº 14.133/2021**:

18.5.1. Determinada por **ato unilateral e escrito da Administração**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; ou

18.5.2. Amigável/Consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do TRIBUNAL;

18.5.3. Determinada por **decisão judicial**.

18.6. A extinção determinada por **ato unilateral da Administração** e a **extinção Amigável/Consensual** deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES.

19.1. Pelo descumprimento das condições previstas neste instrumento, cumprimento do objeto de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital:

19.1.1. ADVERTÊNCIA:

19.1.1.1. A CONTRATADA será notificada formalmente pelo CONTRATANTE em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação.

19.1.1.2. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o Tribunal entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a CONTRATADA será advertida.

19.1.1.3. Conforme consta do § 2º, **Art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, esta infração será aplicada exclusivamente quando se der causa à inexecução parcial do contrato (Inc. I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.1.2. MULTA:

19.1.2.1. Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos requisitos temporais, será cobrada multa no valor de 1% (um por cento) do valor total



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

do contrato, por dia corrido de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso.

19.1.2.2. Em caso de inexecução parcial do contrato, com a aceitação pela Administração, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

19.1.2.3. Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, conforme consta do § 3º, Art. 156 desse mesmo diploma normativo.

19.1.3. **Impedimento de licitar e contratar com a União, e, ainda, descredenciamento no SICAF e no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos,** quando praticadas as seguintes condutas previstas no incisos II a VII do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.4. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos,** quando da prática de condutas mencionadas no subitem anterior, que justifiquem neste caso a imposição de penalidade mais grave, além das seguintes:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. A multa de que trata o subitem 19.1.2 será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas à União mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através do site www.stn.fazenda.gov.br/siafi, LINK: Guia de Recolhimento da União > Impressão - GRU > UG: 080003; GESTÃO: 00001; RECOLHIMENTO CÓDIGO: 18831-0, ou cobradas judicialmente.

19.2.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.3. As sanções de **advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa**, facultada a defesa prévia do interessado, nos seguintes prazos e moldes extraídos da Lei nº 14.133/2021:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

- a) A aplicação das **sanções acima descritas** não exclui, em hipótese alguma, a **obrigação de reparação integral do dano** causado à Administração Pública.
- b) Na aplicação da sanção de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar**, será facultada a **defesa do interessado/recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, **devendo ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida**, que, se **não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior**, a qual **deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- c) Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar e contratar** que se encontra prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caberá **apenas pedido de reconsideração**, que deverá ser **apresentado** no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e **decidido** no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- d) **tanto o recurso e o pedido de reconsideração** terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.
- e) A aplicação das sanções previstas nos subitens 19.1.3 e 19.1.4 acima observarão, dentre outras normas, o que reza o **Art. 158, Lei nº 14.133/2021**.
- f) É admitida a **reabilitação do licitante ou contratado** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade nos moldes previstos no **Art. 163, Lei nº 14.133/2021**.
- 19.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II** - as peculiaridades do caso concreto;
 - III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.5.** A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste Termo de Contrato serão obrigatoriamente **registradas no SICAF e precedida de regular processo administrativo**, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999**.
- 19.5.1.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver **indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou **Processo Administrativo de Responsabilização - PAR**.
- 19.5.1.1.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas **não** consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, **seguirão seu rito normal na unidade administrativa**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

19.5.1.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.6. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de **publicidade** no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. **(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).**

19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.8. Os débitos do contratado para com o TRIBUNAL, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo TRIBUNAL decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com este TRIBUNAL, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO.

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

20.2. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do CONTRATADO, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo TRIBUNAL, do **Índice de Custo de Tecnologia da Informação/ICTI**, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, **exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade**.

20.3. Nos **reajustes subsequentes ao primeiro**, o interregno mínimo de um ano será contado **a partir dos efeitos financeiros do último reajuste**.

20.4. No caso de **atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento**, o TRIBUNAL pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela **última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s)**.

20.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7. Na **ausência de previsão legal quanto ao índice substituto**, as partes **elegerão novo índice oficial**, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por **apostilamento**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

20.9. Recebido o requerimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato, a autoridade competente deste Tribunal decidirá, motivadamente em 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

21.1. Será exigida da CONTRATADA a apresentação à Secretaria Administrativa, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades, conforme estabelecido no § 1º, Artigo 96, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) **Seguro-garantia;**

c) **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) **título de capitalização** custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

21.1.1. No caso de opção pelo **seguro-garantia**, na forma da **Circular SUSEP n. 251/2004**, será conferido ao CONTRATADO o **prazo máximo de 17 (dezesete) dias corridos**, sendo um dia contabilizado para a entrega do termo de contrato assinado pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, quinze dias reservado à manifestação da proposta pela sociedade seguradora e um dia para a comprovação e entrega do seguro-garantia perante o CONTRATANTE, com a devida apresentação à Secretaria Administrativa.

21.1.2. A garantia, nas modalidades **caução e fiança bancária**, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

21.2. Caso utilizada a modalidade de **seguro-garantia**, a apólice deverá conter as seguintes cláusulas:

1. Ter validade durante a execução do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, para verificação do total adimplemento do contratado e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme estabelecido no art. 97, da Lei nº 14.133/2021;

2. Contemplar expressamente os seguintes riscos mínimos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados ao TRT8 ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas contratuais aplicadas pelo TRT8 à CONTRATADA;

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

3. Contemplar, expressamente, e-mail da seguradora para envio de mensagem eletrônica como forma de comunicação para aviso de expectativa e reclamação de sinistro;

4. Definição clara de prazos para envio do aviso de expectativa e reclamação de sinistro;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

5. Definição expressa do tratamento de conflito de interesses das partes.

21.2.1. A **apólice do seguro-garantia** deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

21.2.2. Não será permitida a substituição da **apólice de seguro-garantia** na data de renovação ou de aniversário, salvo se mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, conforme consta do parágrafo único do Art. 97 da Lei nº 14.133/2021.

21.2.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração, conforme consta do **§ 2º do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021**.

21.3. Ainda no Caso da **modalidade seguro-garantia**, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do **art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022**.

21.4. Caso utilizada outra modalidade de garantia diferente do seguro-garantia, somente será liberada ou restituída, após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

21.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada, de modo que **volte a corresponder a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato**.

21.5.1. No caso de **opção pelo seguro-garantia**, será observada a regra disposta nos **subitens 21.2.1, 21.2.2 e 21.3**;

21.5.2. Em caso de descumprimento dos prazos estipulados no **subitem 21.1 ou no subitem 21.1.1**, o CONTRATANTE aplicará sobre a CONTRATADA **multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato**, por dia de atraso, **até a devida integralização da garantia**, limitado ao percentual de 15% (quinze por cento), o que configurará **inexecução total do contrato administrativo**.

21.6. A **garantia** assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

21.7. A garantia de execução contratual será **liberada em até 30 (trinta) dias após a data do vencimento deste contrato**, desde que **cumpridos estejam todos os termos, cláusulas e condições e deduzidos todos os prejuízos financeiros provocados pela CONTRATADA e não liquidados**.

21.8. A **garantia em dinheiro** deverá ser **efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária**, conforme disposição decorrente do **art. 1º, inciso IV, do Decreto-Lei 1.737, de 1979**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

21.9. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

21.10. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **artigo 827 do Código Civil**.

21.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.13. Caso haja necessidade de acionamento da garantia, recomenda-se promover a notificação da contratada e da seguradora ou da entidade bancária dentro do prazo de vigência da garantia, sem prejuízo da cobrança dentro do prazo prescricional.

21.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.15. A CONTRATADA deverá autorizar o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

21.16. A perda da garantia em favor do TRIBUNAL, por inadimplemento das obrigações contratuais, dar-se-á de **pleno direito**, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

21.16.1. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

21.17. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021. (§ 5º, Art. 59 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO.

22.1. Ficam vinculados a este Instrumento todos os termos do **Pregão Eletrônico nº 90008/2026** e seu(s) anexo(s)/apenso(s), além da proposta vencedora apresentada no certame pela contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

23.1. A CONTRATADA declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, comprometendo-se, assim, a limitar a utilização dos dados pessoais a que tiver acesso apenas para execução dos serviços deste Contrato,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

abstendo-se de utilizá-los em proveito próprio ou alheio, para fins comerciais ou quaisquer outros.

23.2. O TRT8 e a CONTRATADA reconhecem que, como parte da execução do Contrato, armazenam, coletam, tratam ou de qualquer outra forma processam dados pessoais na categoria de Controlador para Operador no sentido dado pela legislação vigente aplicável, sendo o TRT8 considerado "Controlador de Dados", e a CONTRATADA "Operadora", e ambos se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 os quais submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRT8, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

23.3. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRT8-Resolução TRT8 nº 55/2022, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

23.4. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato

23.5. O "Encarregado" ou "DPO" da CONTRATADA fica ciente do dever de manter contato formal com o Encarregado do TRT8, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes

23.6. A critério do Encarregado de Dados do TRT8, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

23.7. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

23.8. A contratada, além de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, deverão

- a)** assinar contrato ou termo de compromisso com cláusulas específicas sobre proteção de dados pessoais;
- b)** seguir fielmente as diretrizes e instruções emitidas pelo TRT8;
- c)** manter os registros das operações de tratamentos de dados pessoais que realizar;
- d)** quando demandado, apresentar garantias e evidências suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação e em normas do TRT8, inclusive contratuais;
- e)** permitir a realização de auditorias e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- f)** auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante os titulares de dados pessoais e autoridades competentes;
- g)** comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado do TRT8, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança da informação relacionado à proteção de dados pessoais;
- h)** eliminar ou devolver para o TRT8, todos os dados pessoais relacionados à execução contratual e as cópias existentes, após o término contratual;
- i)** facultar acesso a dados pessoais somente ao pessoal autorizado que tenha estrita necessidade, treinamento adequado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança dos dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA NULIDADE DOS CONTRATOS

24.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos, previstos no **CAPÍTULO XI da Lei nº 14.133/2021**:

- I** - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II** - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- III** - motivação social e ambiental do contrato;
- IV** - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- V** - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços/objetos já executados/fornecidos;
- VI** - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- VII** - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS

VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

24.1.1. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

24.2. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do **art. 147 da Lei Nº 14.133/2021**, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

24.2.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

24.2.2. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

24.3. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

24.4. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

25.1. Quaisquer discrepâncias, omissões e/ou erros encontrados, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor deverão ser imediatamente comunicados por escrito ao T.R.T. 8ª Região, de forma a serem sanadas.

25.2. As controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato, assim como os casos omissos, serão decididos pelo TRIBUNAL, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor -e normas e princípios gerais dos contratos.

25.3. É vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

25.4. Contratante e contratada ficam obrigados a cumprirem o disposto na **Portaria PRESI nº 279/2022** (estabelece as normas de conduta ética, no



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
REGISTRO DE PREÇOS**

âmbito do Tribunal Regional do Trabalho - TRT8, a serem seguidas por magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores) contida no link <https://www.trt8.jus.br/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-no-relacionamento-com-colaboradores-prestadores-de-servicos-e>

25.5. O CONTRATADO, através do **endereço de e-mail válido**, fornecido no ato da contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

25.6. O CONTRATADO ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO.

26.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro de Belém, Capital do Estado do Pará.

26.2. Assim, para firmeza e validade do que foi avençado, foi o presente Contrato lavrado no Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, o qual depois de lido e achado de acordo, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Belém (PA), XXX de XXX de 2026.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PRESIDENTE(A) DO TRIBUNAL**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada**